Porto.
Porto
Ambiente

Relatório Integrado

2025



Porto Ambiente .

1. Conselho de Administração

MENSAGEM

2025 representou, para a Porto Ambiente, um período de consolidação e maturidade. Se, em 2024, a Empresa assinalou um marco com a apresentação do seu primeiro Relatório Integrado, **em 2025 afirmámos a capacidade da Empresa transformar planeamento em execução e compromisso em impacto na vida dos munícipes.**

Desde a sua criação, a Porto Ambiente tem vindo a afirmar-se como agente mobilizador da cidade, promovendo a sustentabilidade ambiental e económica, a competitividade, o emprego e a coesão social. Em 2025, esse propósito traduziu-se no cumprimento dos objetivos previamente definidos e na reafirmação do compromisso que orienta diariamente a Empresa: servir o Porto com rigor e sentido de missão pública.

O ano ficou igualmente marcado por um contexto de transição de órgãos autárquicos, ocorrido em outubro. Este momento foi gerido com responsabilidade institucional e respeito pelo percurso consolidado da Empresa ao longo dos últimos anos, salvaguardando-se a cultura organizacional, reforçando-se a coesão interna e criando-se condições para desenvolver conjuntamente novas perspetivas e contributos. A nomeação dos novos órgãos sociais, concretizada no primeiro fôlego de 2026, simbolizou o início de uma nova etapa que tem como objetivos, na continuidade da missão, a renovação da ambição e o reforço do contributo da Empresa para o bem-estar dos colaboradores e do munícipe.

Entre os marcos mais relevantes de 2025, destacam-se o voto de louvor atribuído pela Assembleia Municipal, reconhecendo o trabalho desenvolvido, em particular o sucesso do processo de internalização da limpeza urbana; a certificação LEED da sede da Porto Ambiente, que consolida o posicionamento da Empresa como referência em boas práticas ambientais; e a afirmação de um papel ativo na liderança setorial, através da organização do 3.º Fórum de Biorresíduos e do acolhimento do 7.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana, onde o projeto EcoPorto foi distinguido com o Prémio "Cidade+ 2025", na categoria "Inovação e Conhecimento".

No plano estratégico, iniciou-se a execução do projeto NORTE 2030, com um reforço significativo da frota e dos equipamentos de contentorização. Prosseguiu-se igualmente a modernização operacional, através de um investimento de cerca de quatro milhões de euros na aquisição de dez novos veículos, mais eficientes e com menor impacto ambiental.

Foram ainda reforçadas parcerias estratégicas, nomeadamente com a Electrão – Associação de Gestão de Resíduos e com a ERP Portugal – Entidade Gestora de Resíduos, aprofundando a valorização de materiais e melhorando a resposta aos munícipes na recolha de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Iniciou-se o projeto europeu Social Food Webs, integrando uma rede de oito regiões comprometidas com a prevenção do desperdício alimentar e lançou-se o programa "A sustentabilidade não tem idade", mobilizando a população sénior para uma cidadania ambiental ativa, inclusiva e transformadora.

Em 2025, o desempenho financeiro traduziu-se num resultado líquido positivo de 395.652 euros, com uma taxa de execução orçamental de 98,11 % dos Gastos 98,90 % dos Rendimentos, evidenciando rigor na gestão e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

98,11%
GASTOS

98,90%
RENDIMENTOS

O Conselho de Administração dá por encerrado este ciclo plenamente consciente de que os desafios ambientais, sociais e climáticos exigem ambição permanente e responsabilidade acrescida, mas sabendo que, com a confiança do acionista com quem trabalha numa ligação umbilical, com a confiança dos colaboradores cuja dedicação diária sustenta cada resultado alcançado e com a confiança dos parceiros, fornecedores e entidades reguladoras, a Empresa prosseguirá a sua atividade em busca da excelência e acima de tudo do melhor interesse da cidade e dos cidadãos.

Porque são os cidadãos do Porto, enquanto beneficiários diretos do serviço público que prestamos, quem dá sentido à nossa missão, é com e para eles que trabalhamos, pelo que reforçamos o objetivo da Empresa de, diariamente em contínua melhoria, partilhar mutuamente conhecimentos e experiências, com vista ao seu bem-estar e à sustentabilidade da nossa cidade.

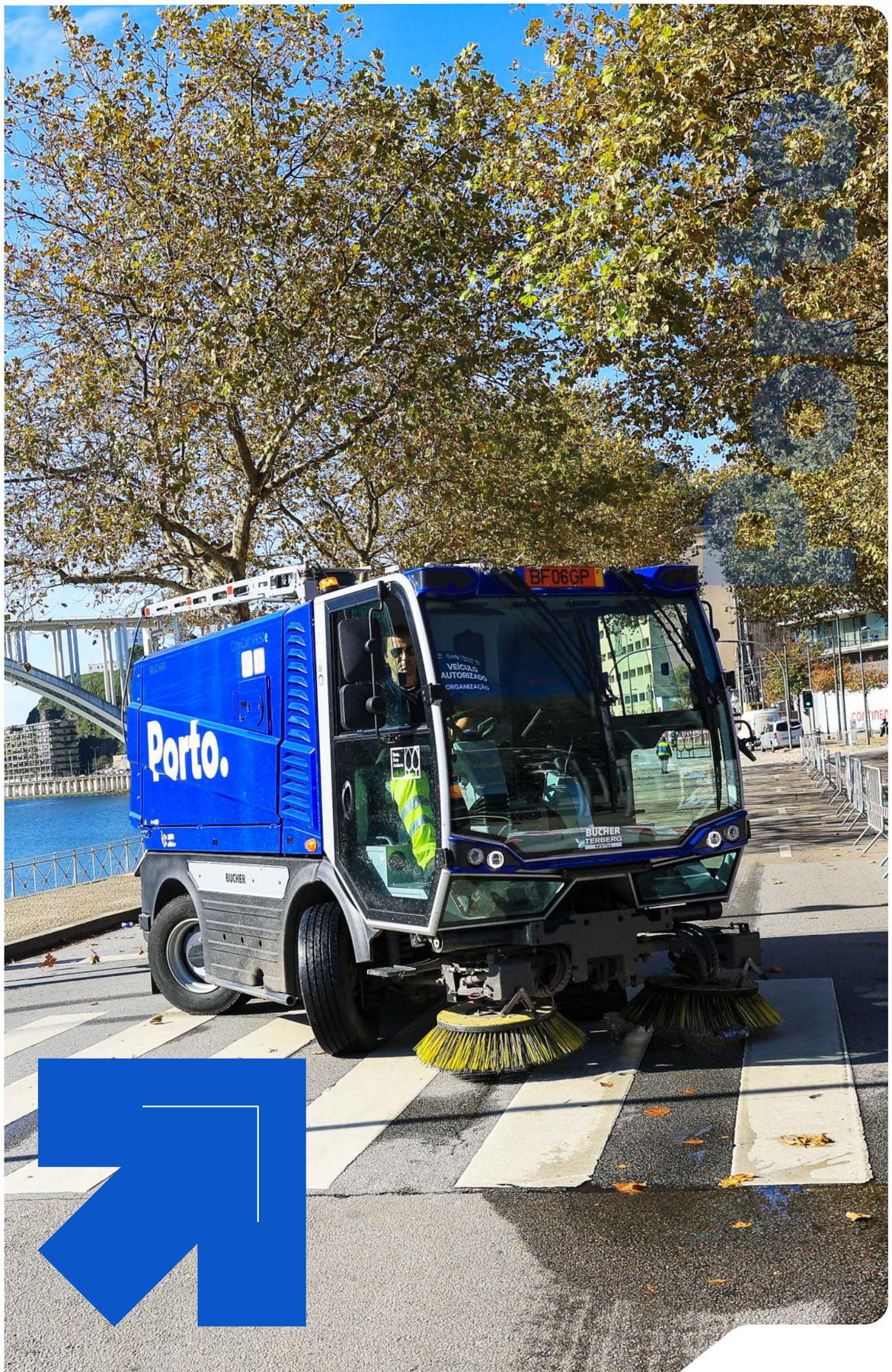
A Porto Ambiente inicia esta nova etapa com solidez institucional, visão estratégica e determinação clara: cuidar do Porto e dos seus munícipes, reforçando diariamente o seu contributo para o interesse público.

Ana Catarina
da Rocha Araújo
PRESIDENTE

José Pedro Maia
da Silva Mendes
VICE-PRESIDENTE

Sofia da Costa
Pimenta de Sá Azeredo
VOGAL

O Porto merece o nosso melhor — e é esse compromisso assumimos ao serviço da cidade.



Índice

01. Mensagem do Conselho de Administração 01

02. Índice 05

03. Governança 07

04. Administração e a sustentabilidade 33

05. Materialidade 50

06. Agenda de sustentabilidade 66

07. Ambiental 76

08. Social 126

09. Políticas, cultura e ética empresarial 138

10. Contratação pública 142

11. Comunicação e imagem 162

12. Ecolinha 166

13. Execução orçamental 168

14. Cumprimento dos indicadores de eficácia e eficiência relativo ao ano de 2025 170

15. Análise dos critérios para 2025 – constantes do artigo 62.º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto 172

16. Endividamento 173

17. Divulgações obrigatórias 174

18. Balanço – em 31 de dezembro de 2024 e 2025 176

19. Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025 178

20. Demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 179

21. Demonstração das alterações no capital próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 180

22. Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 182

23. Certificação Legal das Contas relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025 144

24. Relatório e Parecer do Fiscal Único relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025 148

25. Considerações finais 250

26. Índice ESRS 252



3.
Governança

Governança

O presente Relatório refere-se à atividade da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M, S.A. (doravante Porto Ambiente ou Empresa) no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, visando abranger o reporte de informação financeira e de sustentabilidade.

A presente secção visa dar cumprimento aos deveres de informação e transparência previstos no enquadramento legal aplicável ao setor empresarial local, no qual a Porto Ambiente se insere, designadamente ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Nos termos das disposições legais da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42.º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14.º dos estatutos da Porto Ambiente, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2026.

ESRS 2 BP-1

BASE GERAL PARA A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

ESRS 2 BP-2

A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Numa lógica de melhoria contínua e conscientes do nosso papel enquanto agente mobilizador, a Porto Ambiente apresenta o Relatório Integrado relativo ao exercício de 2025, cuja estrutura e conteúdos foram fortemente inspirados pelos princípios e orientações subjacentes à Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (*CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive*). Não obstante essa inspiração e alinhamento progressivo, importa clarificar que o presente relatório não constitui, nem pretende constituir, uma declaração de conformidade plena com o quadro normativo estabelecido por aquela Diretiva, representando antes um passo consistente no percurso de aproximação às melhores práticas europeias em matéria de reporte de sustentabilidade.

O reporte da informação aqui apresentada segue as orientações das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), que especificam os requisitos de divulgação com base na realização de uma análise de dupla materialidade, detalhada no Capítulo 03 – Materialidade.

A Porto Ambiente partilha voluntariamente o seu progresso nas dimensões ESG — ambiental, social e de governação — demonstrando o elevado grau de compromisso assumido perante as suas partes interessadas.



Descrição da Empresa

A Porto Ambiente é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de âmbito municipal, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Foi constituída por escritura pública celebrada em 27 de janeiro de 2017, na sequência das deliberações da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, tomadas nas respetivas reuniões de 19 e 21 de julho de 2016.

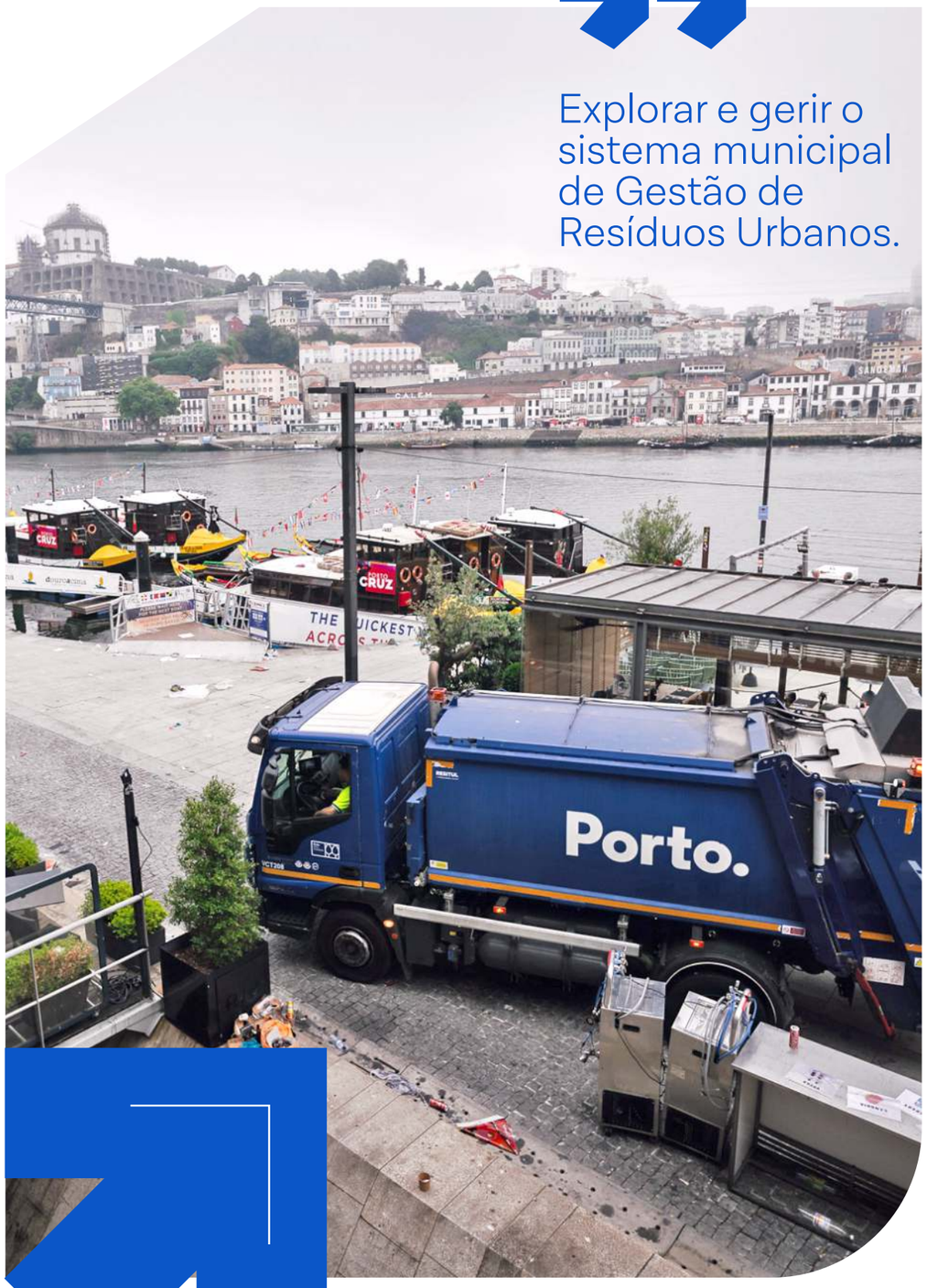
Tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a gestão de resíduos urbanos, a limpeza do espaço público, bem como a coorde-nação e operacionalização das atividades no âmbito do Pacto do Porto para o Clima.

O capital social, no montante de 3 265 566 euros (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), encontra-se representado por 3 265 566 (três milhões, duzentas e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

O contrato de gestão delegada, celebrado pelo prazo de quinze anos, estabelece o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, das seguintes competências:

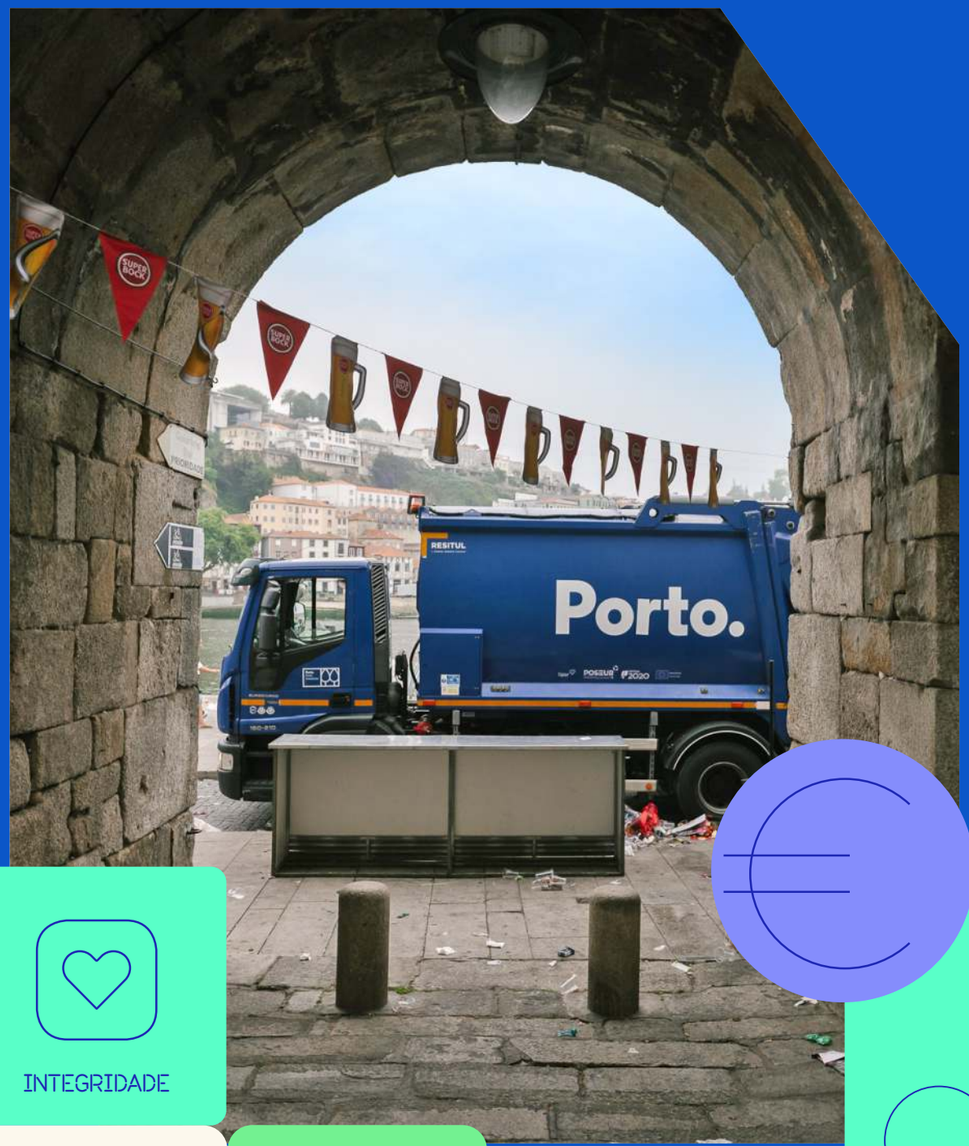
- Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);
- Gerir, de forma integrada e adequada, a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;
- Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

> Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos.



Missão, Visão e Valores

A missão da Porto Ambiente é a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão e recolha de resíduos e de limpeza do espaço público, tendo como base os princípios de qualidade do serviço, rigor e transparência. Esta missão, é orientada pelos seguintes valores, que fornecem direção e propósito à organização:



ORIENTAÇÃO PARA TODOS AQUELES QUE RESIDEM, VISITAM, TRABALHAM OU ESTUDAM NA CIDADE DO PORTO

RESPONSABILIDADE

INTEGRIDADE

VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÓMICA E SOCIAL

INOVAÇÃO

Fontes de receita

O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:

. Receitas próprias, na sua generalidade resultantes da aplicação da tarifa de gestão de resíduos urbanos. A referida tarifa é definida pelas entidades gestoras, sujeita a parecer pelo regulador (ERSAR) e aprovada pelo município, visando refletir a remuneração dos custos incorridos com a prestação da atividade de gestão dos resíduos urbanos, em cenário de eficiência;

- Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- Subsídio à exploração, no âmbito do Pacto do Porto para o Clima (neutralidade carbónica);
- Outras receitas próprias, em função da prestação de outros serviços complementares e/ou acessórios à Gestão de resíduos urbanos ou Limpeza do espaço público.

3.4 Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Mário Jorge de Oliveira Rebelo
Representante do Município

Sérgio Martins Vieira da Cunha
Secretário

Sara Filipa Monteiro Machado
Presidente da mesa

Cláudia Cristina Pimenta Carneiro
Secretária

Conselho de Administração

Ana Catarina da Rocha Araújo
Presidente

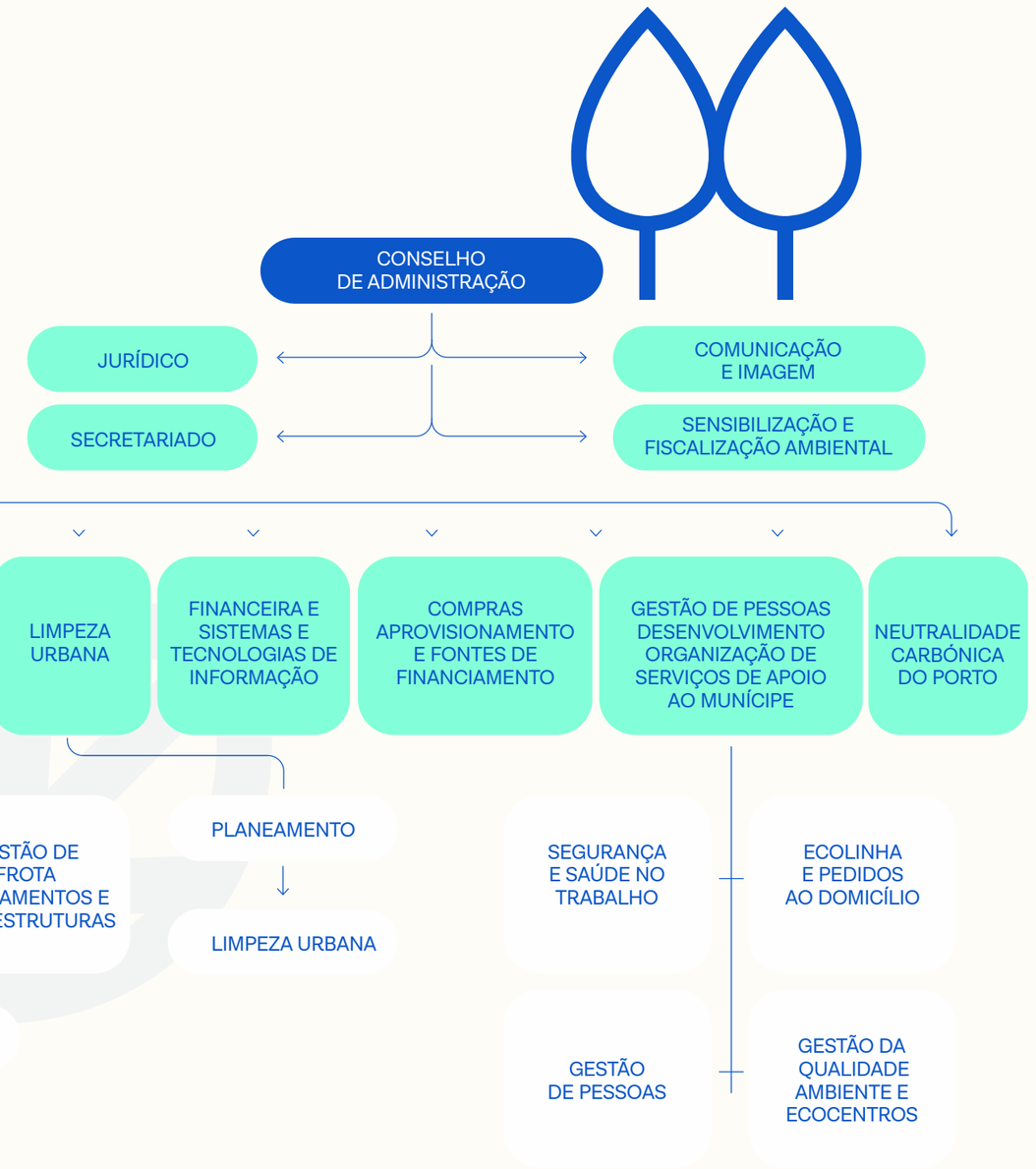
José Pedro Maia da Silva Mendes
Vice-Presidente

Sofia de Costa Pimenta de Sá Azeredo
Vogal

Fiscal Único Efetivo
Forvis Mazars e Associados, SROC, S.A.
Representada por: José Fernando Abreu Rebouta

Suplente
Patrícia Alexandra Faria Cardoso

A Porto Ambiente, com referência ao período de relato do presente relatório, apresentava o seguinte organigrama:



Gestão de Riscos e Controlos Internos

ESRS 2 GOV-5

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLOS INTERNOS DO RELATO DE SUSTENTABILIDADE

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos e, portanto, a sua gestão é crucial para garantir a eficácia e eficiência da prestação de serviços. **Para tal, a Porto Ambiente adota diversas práticas que permitem identificar, avaliar e mitigar os riscos associados.**

Presente e sensível para a identificação, definição e implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos a que está exposta, a Porto Ambiente avaliou os possíveis riscos por meio de análises qualitativas (a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados) e, por envolvimento das partes interessadas (através da análise da perceção da importância de temas e possíveis riscos percebidos), tendo resultado os que evidenciam abaixo.

Em termos financeiros, o **risco de crédito** e o **risco de liquidez**, cuja monitorização é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).

O risco de crédito, que se entende relativamente reduzido, está presente na faturação a entidades terceiras à Empresa (i) na cobrança de tarifa regulada, sendo esta efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto, assim como a outros serviços com melhor expressão financeira, tais como (ii) Transporte de Resíduos de Construção e Demolição, (iii) Aluguer de equipamentos, (iv) Limpeza e recolha de resíduos em eventos e (v) outros similares. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito e, no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto e em parceria com os serviços da Gestão de Clientes daquela entidade.

O risco de liquidez está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da Porto Ambiente. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento e análise financeira, sendo fundamental a negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização das "fontes de financiamento", quer por via dos Contratos Programa celebrados com o Município, do contrato com as Águas do Porto e, mais recentemente, dos financiamentos externos por via de contratos de locação financeira.



O nível de absentismo do setor, são fatores que constituem um risco operacional relevante

A execução das duas grandes atividades operacionais da empresa, a Gestão de Resíduos Urbanos (GRU) e a Limpeza do Espaço Público (LEP), obriga à existência de uma capacidade instalada relevante, nomeadamente ao nível de viaturas e equipamentos e de recursos humanos. O facto de as viaturas recorrentemente necessitarem de suspender a operação, por motivos de manutenção, assim como o nível de absentismo do setor, são fatores que constituem um **risco operacional** relevante. Além destes, a operação poderá também ser condicionada com eventos climáticos adversos e possíveis avarias nos equipamentos. O acompanhamento permanente das actividades operacionais por parte de uma equipa de manutenção e gestão de frota transversal à Empresa e da equipa de recursos humanos é crucial para a redução dos riscos aqui referidos.

O **risco de conformidade legislativa** está presente pela constante alteração e actualização da legislação, regulamentação e diretrizes. Para mitigar este risco é fundamental o constante apoio e presença de uma equipa de juristas internos que acompanham a actividade da empresa como um todo.



Por fim, os **riscos reputacionais** podem emergir da eventual interrupção, ainda que temporária, da prestação de serviços, da degradação dos níveis de qualidade percecionada, do aumento de reclamações, da instauração de ações judiciais ou da ocorrência de constrangimentos financeiros.

Importa salientar que, no contexto de uma empresa municipal responsável por serviços de interesse geral, a exposição reputacional encontra-se particularmente sensível a fatores externos e, por vezes, alheios à esfera de controlo direto da Empresa — designadamente condições meteorológicas adversas, perturbações nas cadeias de fornecimento, indisponibilidade de infraestruturas externas ou constrangimentos operacionais sistémicos.

Mesmo quando tais circunstâncias não sejam imputáveis à Porto Ambiente, a impossibilidade, ainda que momentânea, de assegurar a execução plena da atividade ou de garantir os níveis de eficácia expectáveis pode impactar negativamente a perceção pública do serviço prestado, afetando a confiança dos munícipes, dos parceiros institucionais e demais partes interessadas.

Acresce igualmente a necessidade de assegurar **uma conduta empresarial rigorosa**

O conjunto destes riscos deve ainda ser enquadrado num contexto mais amplo, como o das alterações climáticas, que comportam fenómenos extremos suscetíveis de provocar inundações e outras ocorrências passíveis de interromper a operação. Acresce igualmente a necessidade de assegurar uma conduta empresarial rigorosa, pautada pelo cumprimento do quadro legal aplicável e por uma atuação diligente na identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados.

Neste contexto, a gestão do risco reputacional assume natureza transversal, exigindo monitorização contínua, capacidade de resposta célere, comunicação transparente e reforço permanente dos mecanismos de prevenção e mitigação.

Eventos Subsequentes

No contexto de crescente volatilidade geopolítica e das respetivas consequências económicas, a Porto Ambiente tem vindo a adotar um conjunto de medidas preventivas e de mitigação, descritas de forma sintética nos pontos seguintes:

- **Monitorização Contínua:** A Porto Ambiente mantém um acompanhamento permanente da evolução do contexto político, económico e financeiro internacional, num cenário marcado por instabilidade geopolítica, tensões comerciais e reconfiguração das cadeias de valor globais. Para além da persistência dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, a Empresa acompanha igualmente os impactos decorrentes de decisões de política económica e comercial adotadas por grandes blocos económicos, cujas medidas em matéria de tarifas, restrições tecnológicas e políticas industriais têm produzido efeitos indiretos nos mercados internacionais.

  Esta monitorização, avalia potenciais impactos nas cadeias de abastecimento, na disponibilidade e custo de equipamentos e viaturas, na volatilidade cambial e na evolução dos preços da energia e dos combustíveis. Embora o choque energético verificado em 2022 tenha sido particularmente expressivo, a manutenção de níveis de incerteza elevados exige uma vigilância contínua, tendo em vista antecipar riscos e mitigar efeitos adversos na estrutura de custos e na capacidade de investimento da Empresa.

- **Diversificação de fornecedores e acompanhamento da cadeia de abastecimento:** Embora a atividade da Porto Ambiente não dependa diretamente de matérias-primas críticas, subsiste exposição indireta através de fornecedores estratégicos, designadamente de equipamentos, viaturas e componentes técnicas especializadas. Neste contexto, e não obstante as especificidades técnicas de determinados bens e os constrangimentos decorrentes do regime da contratação pública, a Empresa tem procurado, sempre que possível, diversificar fornecedores e reforçar o acompanhamento do desempenho dos seus parceiros, mitigando riscos de dependência excessiva ou de disrupção na cadeia de abastecimento.

- **Capacidade de adaptação e resposta:** A Porto Ambiente tem vindo a demonstrar capacidade de adaptação às mudanças do contexto externo, ajustando prioridades estratégicas e operacionais sempre que necessário. Tal pode implicar a reavaliação de metas, a reafetação de recursos a áreas críticas ou a racionalização de despesas não essenciais, assegurando, em qualquer circunstância, a continuidade e a qualidade do serviço público prestado.

A Porto Ambiente tem vindo a demonstrar **capacidade de adaptação às mudanças do contexto externo**



- **Sustentabilidade e planeamento de médio e longo prazo:** A Empresa elabora instrumentos de gestão previsional com horizonte temporal entre quatro e cinco anos e opera ao abrigo de um contrato de gestão delegada com duração de quinze anos. Este enquadramento confere estabilidade estrutural e previsibilidade financeira, permitindo a definição de estratégias orientadas para a sustentabilidade económica, ambiental e operacional, evitando decisões assentes exclusivamente em lógicas de curto prazo.

- **Gestão integrada de riscos:** A Porto Ambiente incorpora uma abordagem estruturada e transversal à gestão de riscos, que contempla a identificação, avaliação e mitigação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e reputacionais, incluindo os de natureza geopolítica. Esta atuação visa salvaguardar a solidez financeira da Empresa e garantir capacidade de resposta a eventos adversos, sem comprometer os objetivos de eficiência, qualidade e responsabilidade pública.

Em adição ao anteriormente mencionado, não são conhecidos outros eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.

Evolução da Atividade, Investimentos e Resultados

Em 2025, a Porto Ambiente consolidou a sua intervenção nas diversas áreas de atuação que lhe estão delegadas, reafirmando o seu posicionamento enquanto entidade de referência no seu âmbito de intervenção. Num contexto exigente e em permanente transformação, a Empresa procurou, não apenas cumprir as responsabilidades que lhe estão acometidas, mas também elevar padrões de qualidade, eficiência e inovação na prestação do serviço público.

Os objetivos definidos para o exercício foram orientados por uma visão estratégica clara, assente na sustentabilidade operacional, na solidez financeira e na criação de valor para a cidade. Os indicadores apresentados em seguida evidenciam, de forma agregada, o alinhamento entre planeamento, execução e resultados alcançados.

32%
AUTONOMIA FINANCEIRA

759
FUNCIONÁRIOS

47%
SOLVABILIDADE

+18
MIL
HORAS DE FORMAÇÃO

+39.000
TONELADAS DE RECOLHA SELETIVA

+170
MIL
KILOMETROS DE LIMPEZA URBANA

387
FORNECEDORES AVALIADOS

+7.000
SEGUIDORES NO LINKEDIN

64
INICIATIVAS DOPACTO PARA O CLIMA

A Porto Ambiente foi distinguida, nos **Prémios Cidade+,** na categoria de "Inovação e Conhecimento"



0,17%

Crescimento Global

- O período de 2025 registou um **crescimento global de 0,17%,** contribuindo para este resultado o aumento da fração indiferenciada em 0,41% e uma diminuição da fração seletiva em -0,50%;

- Além de anfitriã do 7.º Encontro Nacional de Limpeza Urbana, a Porto Ambiente foi distinguida, nos Prémios Cidade+, na categoria de "Inovação e Conhecimento", com o projeto EcoPorto, uma referência nacional em práticas de circularidade pelo inegável contributo que tem dado para a economia local;

- Em 2025, a Porto Ambiente obteve aprovação da sua candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-27, para consolidação e expansão dos serviços de recolha seletiva de resíduos no concelho do Porto, estando prevista nomeadamente, no âmbito da candidatura, a aquisição de oito viaturas;

- A parceria entre a Porto Digital e a Porto Ambiente, resultou na criação da Plataforma "Baixa Resíduos", a qual contribui para uma maior aproximação ao cliente Porta a Porta, permitindo que este nos contacte através de uma interface, onde pode: pedir sacos, substituição de contentores e consultar os horários de passagem das nossas viaturas, nos arruamentos onde estes exercem atividade, etc;

- Em parceria com a FEUP, no final de 2025, iniciou-se a implementação do projeto-piloto UCI4SmartCity, na sequência do trabalho desenvolvido pela Porto Ambiente para a criação de um Índice de Limpeza Urbana (ILU) – cujo objetivo é desenvolver uma ferramenta inovadora suportada em ciência de dados e inteligência artificial, integrando soluções de digitalização que possibilitam a monitorização automática e precisa da qualidade da limpeza urbana;

- Em termos de limpeza urbana, foram varridos, manual e mecanicamente, 170 760 quilómetros lineares, mais 1 413 do que no ano anterior, considerando-se mais um objetivo cumprido, com 98,45% do serviço de varredura planeado;

- A equipa de limpeza de fachadas foi responsável por **19 279 intervenções, as quais resultaram em 567 641m² de área vandalizada limpa.**

Aplicação de Resultados

Uma vez que a Limpeza do Espaço Público, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo.

Foram ainda reforçadas parcerias estratégicas, nomeadamente com a Electrão – Associação de Gestão de Resíduos e com a ERP Portugal – Entidade Gestora de Resíduos, aprofundando a valorização de materiais e melhorando a resposta aos munícipes na recolha de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Iniciou-se o projeto europeu Social Food Webs, integrando uma rede de oito De forma idêntica ao supramencionado, também a atividade da Neutralidade Carbónica (Pacto do Porto para o Clima) está excluída de qualquer Sistema Tarifário, na medida em que traduz um desafio assumido pela cidade para integrar o restrito leque de cidades que vão liderar a neutralidade carbónica na Europa até 2030. Nesse contexto, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam igualmente cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será, igualmente, sempre nulo.

Foram ainda reforçadas parcerias estratégicas com a Electrão e com a ERP Portugal

Já no que respeita à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo a mesma regulada e com objetivos de sustentabilidade, encontra-se definida uma trajetória tarifária que ambiciona garantir a integral cobertura dos gastos da atividade pelas receitas obtidas pelo tarifário aprovado. Nos períodos em que a tarifa de resíduos urbanos não se verifique suficiente para a cobertura dos gastos desta atividade regulada, o défice resultante da mesma será igualmente objeto de subsídio à exploração, pelo que o resultado desta atividade será igualmente nulo.

No cômputo geral, o exercício de 2025 encerrou-se, como já se disse, com um resultado líquido positivo no montante de 395 652,19 Euro (trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e dezanove cêntimos), propondo a Administração que o mesmo seja integrado nas reservas legais, pelo montante de 19 782,61 Euro (dezanove mil, setecentos e oitenta e dois euros e sessenta e um cêntimos) e, nos resultados transitados, pelo montante de 375 869,58 Euro (trezentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).

Porto Ambiente	2025				
	Recolha de resíduos	Serviços Auxiliares	Neutralidade Carbónica	Limpeza de espaço público	Total
Vendas e serviços prestados	21 200 078,70	672 697,95	0,00	0,00	21 872 776,65
Contratos Programa	527 244,69	0,00	92 591,25	10 353 296,26	10 973 132,20
Subsídios à exploração	32 347,06	6,78	98 662,05	2 993,22	134 009,11
Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumi.	-141 350,86	-932,13	-4,36	-301 372,35	-443 659,70
Fornecimentos e serviços externos	-10 929 844,45	-145 337,11	-37 505,93	-1 888 231,07	-13 000 918,56
Subcontratos	-39 396,67	0,00	0,00	0,00	-39 396,67
Tratamento de resíduos	-6 120 085,57	-100 746,24	0,00	-188 157,78	-6 408 989,59
Aluguer de viaturas	-291 678,85	-3 657,81	-6 909,91	-504 239,68	-806 486,24
Manutenção	-744 011,74	-6 077,09	-14,19	-235 134,89	-985 237,91
Combustíveis	-1 434 270,24	-12 481,74	-344,99	-174 329,25	-1 621 426,22
Seguros	-200 404,77	-1 822,42	-450,27	-66 779,85	-269 457,31
Outros trabalhos especializados	-1 297 192,18	-12 692,81	-25 343,83	-335 919,28	-1 671 148,10
Fornecimentos e serviços externos - outros	-802 804,44	-7 859,00	-4 442,74	-383 670,33	-1 198 776,51
Gastos com pessoal	-9 229 337,99	-83 553,25	-143 937,79	-7 388 544,08	-16 845 373,11
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-130 850,58	-969,85	0,00	0,00	-131 820,43
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1 158 845,03	60,31	362,64	26 691,48	1 185 959,46
Outros gastos e perdas	-1 034 475,71	-12 914,18	-7 928,72	-25 597,16	-1 080 915,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**1 452 655,90**	**429 058,53**	**2 239,14**	**779 236,30**	**2 663 189,86**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 306 427,11	-10 543,54	-2 057,97	-625 084,84	-1 944 113,46
Imparidade de investimentos depreciáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de finananciamento e impostos)	**146 228,79**	**418 514,99**	**181,17**	**154 151,45**	**719 076,40**
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-137 998,38	-1 605,53	0,00	-143 620,91	-283 224,82
Resultado antes de impostos	**8 230,41**	**416 909,46**	**181,17**	**10 530,55**	**435 851,58**
Imposto sobre rendimento do período	-8 230,40	-21 257,26	-181,17	-10 530,55	-40 199,39
Resultado liquido do período	**0,00**	**395 652,19**	**0,00**	**0,00**	**395 652,19**

Contexto Macroeconómico e Perspetivas Futuras

A atividade e desempenho da Porto Ambiente, como a de qualquer empresa, é diretamente condicionada pelo contexto macroeconómico que a envolve, motivo pelo qual é pertinente considerar os dados económicos e políticas reguladoras que impactam ou podem impactar, direta ou indiretamente, os seus custos operacionais, receitas e investimentos futuros e, como tal, as suas operações e respetivo desempenho.

A previsão inicial do crescimento da economia portuguesa apontava para os 2,0%, tendo registado, numa primeira estimativa, um crescimento de 1,9%[1]. Assim, a economia portuguesa continua a crescer a um nível moderado, apesar de um contexto marcado por tensões comerciais e pela reconfiguração do comércio internacional, apreciação do euro, normalização gradual das condições monetárias e redução projetada das pressões inflacionistas externas, incluindo preços energéticos em euros, cujos impactos têm abrandado pelo "(...) alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.".

O mercado de trabalho permanece resiliente, embora seja previsível um abrandamento do crescimento do emprego nos próximos anos, num contexto de constrangimentos demográficos. Segundo o Banco de Portugal, os salários por trabalhador deverão crescer - cerca de 5% em 2025, 4,1% em 2026 e 3,7% em 2027–2028. Em face do número de colaboradores que a Porto Ambiente tem sob a sua alçada, este contexto traduz-se numa pressão estrutural sobre a massa salarial, independentemente da estabilização da inflação global.



Assim, a economia portuguesa continua a crescer a um nível moderado

O setor do turismo continuará a desempenhar um papel crucial na economia nacional. Especificamente na cidade do Porto, os dados da Pordata[2] relativos a 2025 ainda não estão publicados, mas os elementos disponíveis demonstram que o crescimento dos últimos anos ultrapassou níveis pré-pandemia, tendo-se registado 6 279 499 dormidas no município do Porto, relativos a 2024.

Segundo dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)[3], a região do Turismo do Porto e Norte de Portugal voltou a afirmar-se como o principal destino turístico dos portugueses em 2025, liderando o ranking nacional de dormidas e hóspedes residentes e crescendo acima da média do país nos principais indicadores, tendo o Aeroporto Francisco Sá Carneiro movimentado mais de 17 milhões de passageiros em 2025, "(...) um valor recorde que reforça a capacidade da região para atrair novos mercados e distribuir fluxos turísticos".

1 - INE.PT

2 - PORDATA.PT

3 - INE.PT

2,1%

Taxa de Inflação
em 2025

O aumento das dormidas e da taxa de ocupação implica, maior produção de resíduos urbanos, maior utilização de papeleiras e equipamentos urbanos, intensificação das necessidades de varredura e lavagem, maior desgaste de pavimentos e mobiliário urbano e maior concentração de resíduos em zonas turísticas específicas, pelo que este dinamismo e atratividade pela cidade, se traduzem em desafios para a Empresa, desafios esses a que a Empresa continua a dar cabal resposta.

O enquadramento internacional mantém-se marcado por tensões comerciais, pela reconfiguração dos fluxos globais e apreciação do euro, embora com redução das pressões inflacionistas externas e condições financeiras relativamente estáveis. A inflação na área do euro, segundo o Banco de Portugal, deverá reduzir-se para 2,1% em 2025, 1,9% em 2026 e 1,8% em 2027, fixando-se em 2,0% em 2028. Não se antecipam ruturas macroeconómicas, mas persiste um ambiente de incerteza que recomenda prudência na gestão financeira e no planeamento de investimento.

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometam a sua continuidade, a Porto Ambiente espera, em 2026:

- Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- Aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos,
- Aumentar a aposta na circularidade e na prevenção da produção de resíduos, bem como em novas tecnologias e metodologias para separação de diferentes resíduos.

Com estas apostas, é **primordial motivação da Porto Ambiente contribuir para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto**, bem como para a redução dos custos da atividade imputados ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementadas, não temos conhecimento de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações, tendo em consideração, desde logo, os potenciais impactos decorrentes do atual contexto económico, despoletado pelos dois anos de pandemia, subsequente invasão russa do território ucraniano e mais recentes conflitos que proliferam no médio Oriente, reflexão essa que mereceu particular destaque na secção seguinte.



4.

Administração e a Sustentabilidade



O Papel dos Órgãos de Administração, de Direção e de Supervisão

ESRS 2 GOV-1

PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO

Em conformidade com o disposto no número 8 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os membros da Assembleia Geral não são remunerados, enquanto o Conselho de Administração da Porto Ambiente é composto por dois membros executivos remunerados e um presidente não executivo, à luz do número 4 da referida Lei.

No decorrer do ano de 2025, o Conselho de Administração era composto pelo género feminino em 33,33% e também em 33,33% por membros não executivos.

Os órgãos de administração da Porto Ambiente são estruturados em três funções gerais, em prol da prossecução de um melhor serviço público, transparente e eficiente, através do alinhamento e definição de boas práticas, em que:



33,33%

Distribuição por Género
do **Conselho de Administração**

Compete à **Assembleia Geral**, designar ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como orientar e designar as metas de promoção do desenvolvimento local a desenvolver pela Empresa através dos contratos programa;

Competem ao **Conselho de Administração** os mais amplos poderes de gestão de empresa previstos na lei, designadamente:

- Administrar o património da empresa;
- Nomear titulares para cargos de direção;
- Elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade, de investimento e financeiros, orçamentos anuais de investimento e de exploração e de tesouraria, bem como o balanço previsional;
- Elaborar o relatório e contas do exercício;
- Propor à Câmara Municipal do Porto os preços e tarifas a praticar pela empresa;
- Celebrar contratos de gestão, protocolos de colaboração e outros contratos com outras entidades, quer públicas ou privadas, no âmbito da atividade e para a prossecução dos objetivos;
- Aprovar os regulamentos internos e diretrizes adequadas ao bom funcionamento da empresa, bem como definir a organização interna correspondente aos departamentos e serviços de apoio;
- Por delegação do Município do Porto, instaurar processos de contraordenação por violação das normas legislativas e regulamentares que regem o serviço público a cargo da empresa;
- Prosseguir as orientações, objetivos e metas determinadas em Assembleia Geral e as vertidas em contratos programa celebrados com o Município do Porto;

Compete ao **Fiscal Único** a fiscalização, participação e emissão de pronúncia acerca da atividade da empresa.



O Conselho de Administração é o órgão responsável pela **supervisão estratégica dos impactos, riscos e oportunidades**

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela supervisão estratégica dos impactos, riscos e oportunidades as-sociados à atividade da Empresa, assegu-rando o seu enquadramento nas orienta-ções definidas. Compete à direção inter-média a comunicação, acompanhamento e gestão desses impactos ao nível opera-cional, garantindo a sua adequada imple-mentação e monitorização no terreno. Esta responsabilidade insere-se no âmbito das competências gerais de gestão e supervisão do Conselho de Administração, não implicando, por si só, alterações aos respetivos mandatos nem às políticas conexas em vigor.

A Porto Ambiente não dispõe, atualmente, de um comité específico dedicado às matérias de sustentabilidade ou gestão de riscos. Contudo, estas matérias encontram-se plenamente integradas no modelo de governação da Empresa.

Os impactos identificados, bem como os riscos e oportunidades associados à ativi-dade, são apresentados e analisados em sede de reunião do Conselho de Adminis-tração, com base nos contributos técnicos dos diversos departamentos, nos relatórios produzidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e nas conclusões das auditorias internas e externas realizadas para efeitos de manutenção das certifica-ções em vigor.

Este processo articula-se com os meca-nismos de controlo interno e *compliance*, assegurando que a identificação, avaliação e mitigação de riscos são efetuadas de forma sistemática, documentada e alinha-da com o enquadramento legal e regula-mentar aplicável.

Na sequência dessa apreciação, são de-finidas medidas e procedimentos destina-dos a mitigar impactos negativos e a redu-zir riscos materiais, os quais são posterior-mente comunicados aos quadros diri-gentes — designadamente diretores e coordenadores — para implementação nas respetivas áreas de atuação, garantindo rastreabilidade e responsabilização.

No âmbito das operações, a **Porto Ambiente reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade** pela abordagem estratégica destinada a garantir que as práticas e decisões são alinhadas com os princípios da sustentabilidade.

Desta forma, a Porto Ambiente não cumpre apenas a função de garantir um Porto lim-po, como se posiciona também como um exemplo de responsabilidade e inovação na gestão ambiental.

Reporte de Sustentabilidade

ESRS 2 GOV-2

INFORMAÇÕES PRESTADAS E QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE ABORDADAS PELOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO DA EMPRESA

O reporte de sustentabilidade, encontra-se integrado na Direção Financeira, que sincroniza as informações das restantes áreas, assegura a divulgação dos tópicos de atuação e o alinhamento e integração das políticas e diretrizes de sustentabilidade, com reporte semestral dos impactos, riscos e oportunidades ao Conselho de Administração composto por dois membros executivos remunerados e um presidente não executivo, à luz do número 4 da referida Lei.

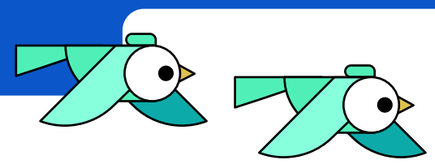
.As avaliações constantes dos impactos ambientais desempenham um papel crucial na atividade da Empresa e, como tal, são apresentadas de forma sistemática, para garantir a sua atualização contínua e a eficácia das políticas, ações, métricas e metas adotadas.

Dever de Diligência

ESRS 2 GOV-4

DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA

A Porto Ambiente reconhece que a implementação de um dever de diligência robusto **fortalece a responsabilidade em relação aos impactos nas pessoas e no ambiente**. A tabela infra sistematiza os elementos essenciais do dever de diligência com os pontos pertinentes das nossas declarações de



Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios

A Porto Ambiente incorpora na gestão e na sua missão as melhores práticas de sustentabilidade, com recurso a políticas e ações estratégicas e operacionais

Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência

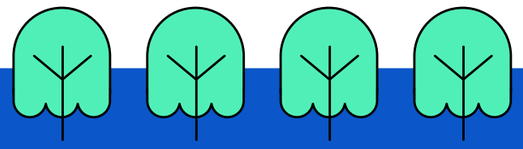
Através da Linha Porto, comunicações eletrónicas, reuniões pré-agendadas e inquéritos, a Porto Ambiente garante que todas as partes interessadas tenham voz no processo de gestão e definição de impactos, riscos e oportunidades

Identificar e avaliar os impactos negativos e tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos

No capítulo 05 Materialidade, encontra-se descrito de forma sucinta o processo de identificação dos impactos, riscos e oportunidade identificados, bem como os resultados obtidos, no decurso da aplicação do questionário realizado em 2024. Por forma a mitigar os imapctos negativos, a Porto Ambiente dispõe de ações, políticas e metas que podem ser consultadas ao longo do presente Relatório.

Acompanhar a eficácia destes esforços e respetiva comunicação

A Porto Ambiente ainda não dispõe de um sistema formal de avaliação dos impactos, riscos e oportunidades identificados, contudo, algumas metas e métricas conseguem ser avaliadas pela natureza intrínseca à atividade que a caracteriza, como é exemplo a evoluçãoda recolha seletiva, divulgações nos relatórios de execução orçamental bem como no relatório integrada.

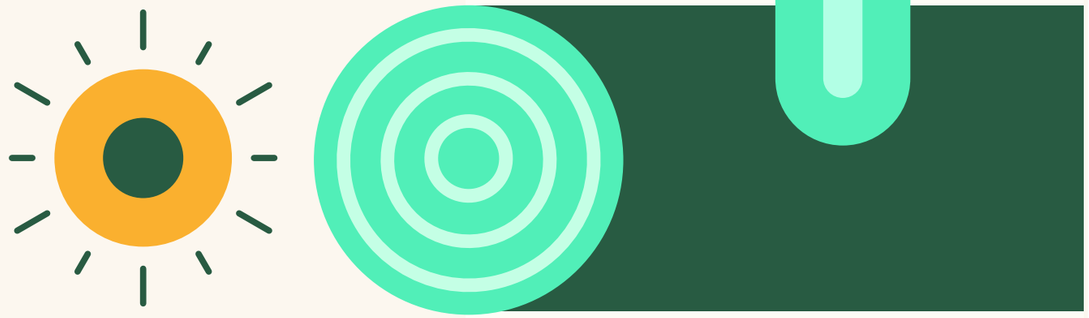


Estratégia, Modelo de Negócios e Cadeia de Valor

ESRS 2 SBM-1

ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR

A sustentabilidade está intrinsecamente presente na atividade da Empresa logo, adequa as suas ações em conformidade com os princípios ambientais, sociais e de governança, incumbindo à Porto Ambiente a prestação de serviços em matéria da recolha e gestão dos resíduos urbanos, a limpeza do espaço público e a definição da estratégia para a neutralidade carbónica, no Município do Porto.



Resultados Sustentáveis

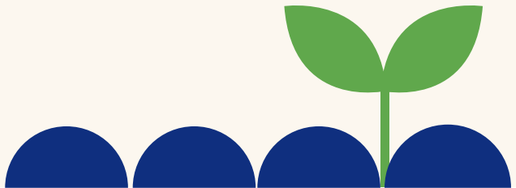
. Aumentar a taxa de separação
. Menos recursos, mais eficiência e menor impacto ambiental
. Economia circular
. Compras públicas ecológicas e sustentáveis
. Promover comportamentos mais sustentáveis

Comunidade

. Missão da União Europeia para Cidades Inteligentes e Neutras em Clima
. EcoPorto: Centro para a Circularidade da Cidade do Porto
. Projeto WAKE UP!
. Criação de parcerias nacionais e internacionais
. Sensibilização e inclusão social

Compromisso verde

. Neutralidade Carbónica 2030
. Frota elétrica ou com menores emissões de carbono
. Promoção de comportamentos sustentáveis
. Menos recursos, mais eficiência e menor impacto ambiental
. Aumentar a taxa de separação



Consolida a estratégia do compromisso anteriormente assumido no Pacto do Porto para o Clima

A transição, ocorrida em 2024, para um modelo de reporte em alinhamento com os critérios ambientais, sociais e de governança, em conformidade com a Diretiva de Relato Não Financeiro ESG-CSDR 2023/24 da União Europeia, consolida a estratégia do compromisso anteriormente assumido no Pacto do Porto para o Clima pela Porto Ambiente e como Cidade Missão pelo Município.

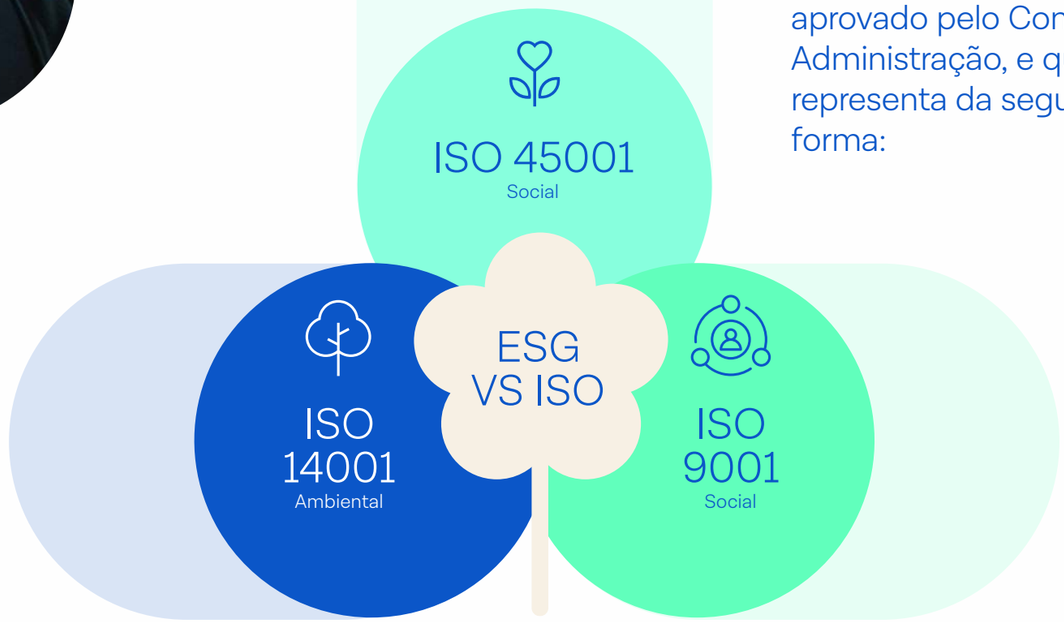
A Porto Ambiente presta serviços no âmbito da Gestão de resíduos urbanos e da Limpeza urbana, previstos pelo contrato de gestão delegada, em regime de exclusividade válido por quinze anos, por delegação do Município do Porto e, como tal, não existem alterações no período de reporte.



Assumindo o compromisso com a sustentabilidade, representa-se as conquistas de normas de normalização, designadamente ISO 45001 – Saúde e Segurança Ocupacional; ISO 9001 – Gestão de Qualidade; e, ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental, emitidas pela Organização Internacional de Normalização face aos indicadores ambientais, sociais e de governação (ESG), criados para medir o desempenho da Empresa.

Sistema Integrado de Gestão

Os sistemas de gestão agora implementados, designadamente ISO 9001, respeitante à qualidade, ISO 14001, relativo ao ambiente e, ISO 45001, relativo à segurança e saúde no trabalho, estão estruturados para funcionar de forma integrada, como de um só sistema se tratasse, contribuindo para o aumento da eficiência operacional, tendo em conta que a compilação de todas as informações e responsabilidades associadas, facilita a comunica-ção e a sua compreensão por todos, bem como diminui os riscos e reduz a má implementação das regras e a má utilização dos equipamentos.



Mais do que símbolos de reconhecimento ou distinções, **estas certificações representam o reconhecimento do empenho, rigor, organização e excelência no trabalho** realizado diariamente por todos os colaboradores da empresa, em prol da cidade e do meio ambiente, conforme esquematizado no Processo de Gestão Estratégica e Melhoria aprovado pelo Conselho de Administração, e que se representa da seguinte forma:



> Porto Ambiente avaliou, uma vez mais, a satisfação dos seus clientes e munícipes relativamente aos serviços prestados

Durante este ano, e em conformidade com a norma ISO 9001, a Porto Ambiente avaliou, uma vez mais, a satisfação dos seus clientes e munícipes relativamente aos serviços prestados, através da realização de um questionário, para o qual foi contratada uma empresa especializada em estudos de mercado. Este estudo teve como objetivo avaliar a satisfação dos seus clientes, tanto empresas como particulares, em relação à qualidade dos serviços prestados – que incluem a recolha de resíduos e a limpeza do espaço público – com vista à melhoria contínua e à oferta de um serviço de excelência.

O questionário abrangeu diversas temáticas, tais como níveis de ruído, constrangimentos ao trânsito, limpeza e capacidade dos contentores, bem como o comportamento dos funcionários, entre outros aspetos. Apesar de ainda haver áreas a melhorar na qualidade do serviço prestado pela Porto Ambiente, os resultados obtidos foram, de forma geral, positivos.

Não obstante, no ano de 2026 mostra-se do melhor interesse da Empresa proceder a um ajustamento das perguntas e do público inquirido para evitar enviesamentos nos resultados e procura obter uma informação mais consonante com a visão global que a cidade tem da Porto Ambiente, bem como **uma melhor perceção das melhorias a implementar nas operações e restante atividade da Empresa.**

Demonstrações Financeiras por Setor das ESRS

ESRS SBM-1

ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR

Segundo o preconizado no número 40 da norma, a Empresa deve divulgar uma repartição das receitas totais, tal como incluídas nas suas demonstrações financeiras por setor significativo das ESRS, conciliando-as, sempre que aplicável, com as informações comunicadas por segmentos, assim como com uma lista dos setores adicionais das ESRS para além dos referidos, tais como atividades que dão origem a receitas entre empresas em que desenvolve atividades significativas ou em que está ou pode estar ligada a impactos materiais.

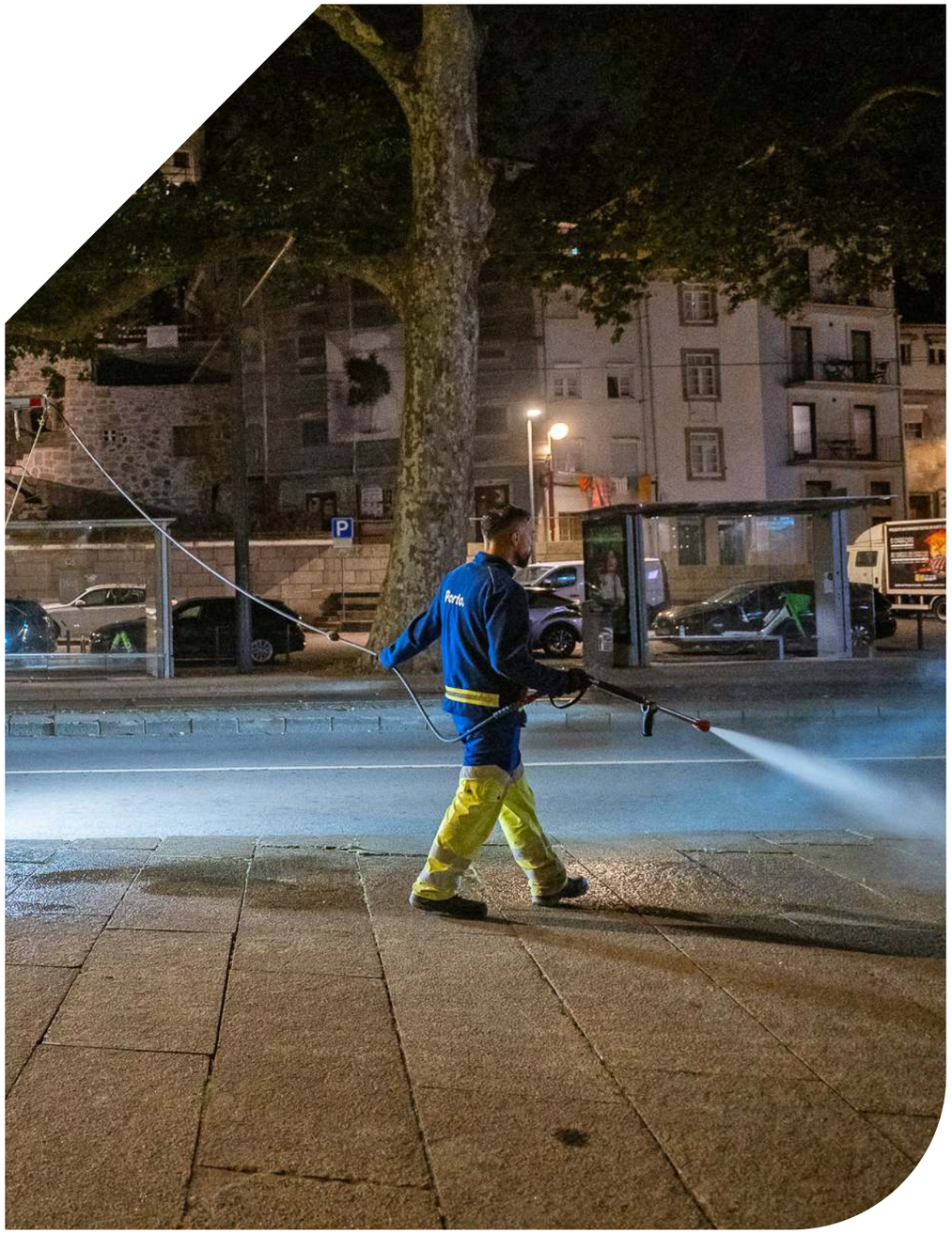
A identificação destes setores adicionais das ESRS deve ser coerente com a forma como os mesmos foram tidos em conta pela Empresa ao realizar a sua avaliação da materialidade e com a forma como divulga informações setoriais materiais.

A Empresa deve divulgar uma repartição das receitas totais, tal como incluídas nas suas demonstrações financeiras

Neste contexto importa destacar o conceito de taxonomias segundo as ESG (*Environmental, Social, and Governance),* em que se referem a sistemas de classificação que definem quais as atividades económicas que podem ser consideradas sustentáveis.

Conforme referido na Secção 3 do presente documento, este Relatório Integrado 2025 da Porto Ambiente constitui um passo progressivo no percurso de aproximação aos princípios e orientações da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (*CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive*).

No que respeita à aplicação do Regulamento da Taxonomia Europeia, importa referir que o processo de integração destes requisitos se encontra ainda numa fase preliminar de maturidade interna. Consequentemente, não é, nesta fase, possível apresentar um nível de detalhe e alinhamento integral com as exigências específicas desta matéria, para além da informação já divulgada na Nota 16.1.



5.

Materialidade



O objetivo da análise de dupla materialidade é identificar os impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com a atividade da Empresa, assim como da cadeia de valor em que opera. Neste contexto, em conformidade com as orientações das *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) e por forma a identificar os temas materialmente relevantes a divulgar, a Porto Ambiente desenvolveu durante o ano de 2024 a análise de dupla materialidade.

O conceito da "dupla" materialidade interliga duas óticas distintas: a vertente financeira e a vertente de impacto. A "materialidade financeira" analisa os efeitos financeiros resultantes dos riscos e oportunidades gerados pelos tópicos de sustentabilidade, enquanto a "materialidade de impacto" analisa o impacto real ou potencial do efeito que os tópicos de sustentabilidade podem ter no ambiente e nas pessoas.

O resultado desta avaliação resultou na **criação da Agenda de Sustentabilidade da Porto Ambiente, a qual refletirá os tópicos relevantes** na (re)definição das prioridades e políticas da Empresa.

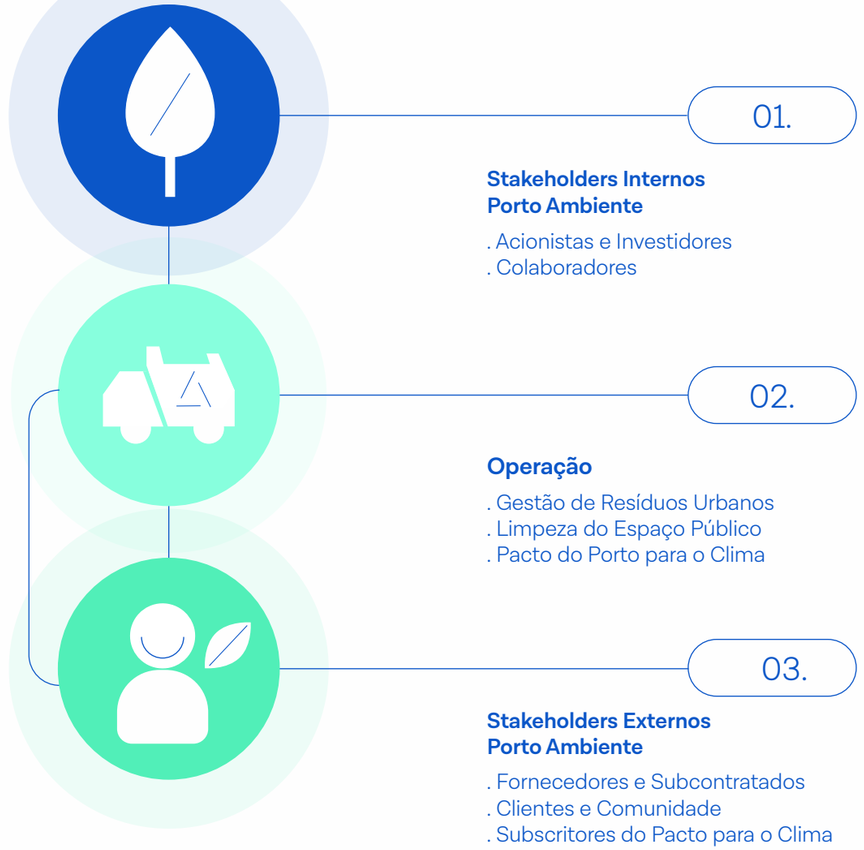
Partes Interessadas

ESRS 2 SBM-2

INTERESSES E PONTOS DE VISTA DAS PARTES INTERESSADAS

No que toca aos interesses e pontos de vista das partes interessadas, quer nas questões estratégicas, quer no modelo de negócios, a Porto Ambiente apresenta no gráfico seguinte a identificação das partes interessadas (*stakeholders*).

Igualmente é representado o respetivo envolvimento e relevância na definição da estratégia para o modelo de negócio, e o papel do Conselho de Administração, enquanto órgão executivo que se mantém informado através de reuniões de acompanhamento de indicadores e avaliação dos serviços.



Acionistas e investidores

Através da definição e consolidação da estratégia de negócio, reúne o envolvimento de todos os departamentos da Empresa, sendo sintetizado sob a forma de prestação de contas, assim como em deliberações Municipais, em sede de Assembleia Municipal, quando aplicável, ou em eventuais esclarecimentos adicionais.

A Porto Ambiente exerce a sua atividade ao abrigo de um Contrato de Gestão Delegada, instrumento no qual se encontram definidas as orientações estratégicas do acionista, as quais enquadram e estruturam o modelo de negócio e a atuação da Empresa.



Colaboradores

O envolvimento dos colaboradores acontece a vários níveis, constituindo a Direção dos Recursos Humanos a principal ponte para o efeito, abrangendo matérias como a definição de funções, inquéritos no âmbito do clima organizacional, comunicação aberta e transparente, averiguação de denúncias, formação, entre outros.

Como resultado desse envolvimento, a Porto Ambiente adota abordagens, procedimentos e dinâmicas que permitem incorporar na sua estratégia e modelo de negócio, os interesses resultantes da auscultação destas partes interessadas.

> O envolvimento dos colaboradores acontece a vários níveis

Cliente e comunidade

A Linha Porto., para além do reporte de ocorrências e agendamento de prestação de serviços, permite aos munícipes da cidade do Porto exprimirem as suas ideias, elogios, reclamações e sugestões, sendo estas alvo de avaliação interna.

Ainda assim e para que possa haver uma forma mais direta de comunicação entre o munícipe (cliente) e a Empresa, em 2026, abrir-se-irão outras vias de comunicação, nomeadamente pela reabertura do e-mail ecolinha@portoambiente.pt e a equação de uma extensão da Linha Porto diretamente atendida pela equipa da Porto Ambiente.

Adicionalmente, por via do inquérito externo de que já acima se falou, a Empresa ausculta anualmente, as perceções e opiniões dos seus clientes.



> A ecolinha permite aos munícipes da cidade do Porto exprimirem as suas ideias, elogios, reclamações e sugestões

Fornecedores e subcontratados

A Direção de Compras e Aprovisionamento da Porto Ambiente determina a forma de relacionamento da Empresa com os seus fornecedores, estando disponível para o diálogo e aferição das necessidades e preocupações dos mesmos. Assegura também a implementação e monitorização de normas internas, nomeadamente do Código de Ética e de Conduta do Fornecedor, para além das normas legais aplicáveis.

Por outro lado, estando a Porto Ambiente obrigada à aplicação da legislação da Contratação Pública, vê assim reforçada a garantia de tratamento justo e igualitário, no que concerne à adjudicação, assim como, nos momentos subsequentes, através do Gestor de Contrato.

A Porto Ambiente procura por via da definição de normas, internas ou em caderno de encargos, que sejam repercutidos nos fornecedores, os interesses da auscultação destas partes interessadas na estratégia e modelo de negócio.

Identificação e Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais

ESRS 2 IRO-1

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS

Em conformidade com os requisitos de aplicação do número 16 do Regulamento Delegado (EU) 2023/2772, de 31 de julho, que complementa a Diretiva 2013/34/EU, a Porto Ambiente utilizou o instrumento de apoio disponibilizado na determinação das questões materiais para todas as ESRS temáticas, tendo em conta as suas próprias circunstâncias específicas.

Este exercício desenvolveu-se em três fases distintas, designadamente:

1. Análise interna do contexto próprio e da aplicabilidade em relação às temáticas existentes, cuja repercussão foi a eliminação dos tópicos ou subtópicos seguintes:

- A Porto Ambiente não possui uma conexão direta com a extração e utilização dos recursos marinhos, na medida que, não obstante que a Empresa tenha como atividade sazonal a limpeza de praias, em nenhum momento se verifica a extração e utilização dos recursos marinhos.

- A Porto Ambiente não tem uma dependência nem apresenta impactos, significativos de serviços ecossistémicos, motivo pelo qual não se trata de um tópico materialmente relevante.

- Não obstante da Porto Ambiente ter presente e reconhecer que, a nível internacional, os direitos dos povos indígenas são um tópico relevante, não é considerado material tendo em consideração a ausência de reconhecimento formal de povos indígenas no contexto nacional.

2. A análise da materialidade na ótica dos stakeholders, foi realizada através de questionários, dos quais resultaram vários temas que foram graduados mediante recurso à escala de Likert, possibilitando assim a distribuição de impacto por cada um dos temas aplicáveis.

3. Posteriormente, a análise às respostas dos questionários contempla uma avaliação interna adicional, conforme explanado no Regulamento Delegado (EU) 2023/2772 de 31 de julho, sobre a probabilidade de impacto, podendo ser negativo (escala, âmbito e carácter irremediável do impacto) ou positivo (escala e âmbito).

Na análise da componente financeira, os riscos e as oportunidades no âmbito de cada tema foram estudados internamente e posteriormente classificados pela probabilidade de ocorrência, bem como pela potencial dimensão dos efeitos financeiros positivos e/ou negativos.

A discussão, análise e consolidação dos resultados envolve os órgãos chave de gestão, designadamente o Conselho de Administração, tendo em consideração a perceção e metas.

> A Porto Ambiente não tem uma dependência nem apresenta impactos, significativos de serviços ecossistémicos



RISCOS

FINANCEIROS
OPERACIONAIS
LEGISLATIVOS
AMBIENTAIS
REPUTACIONAIS

ESRS 2 SMB-3

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

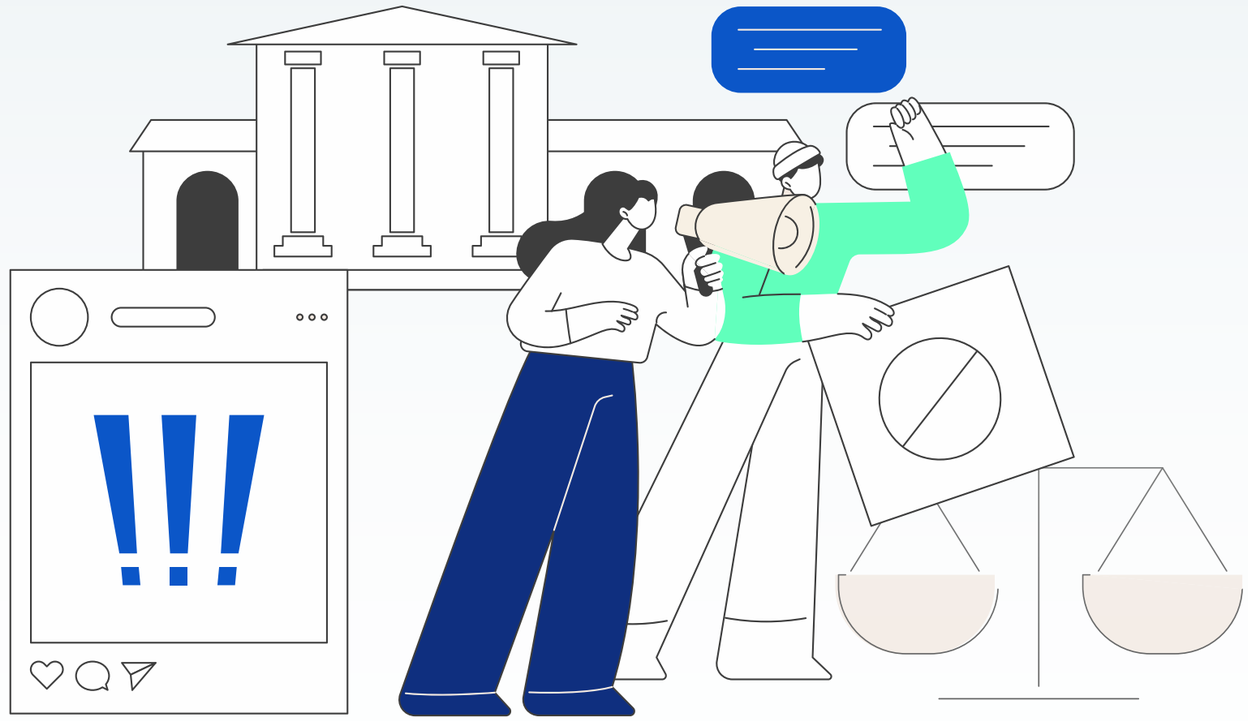
Tendo em conta os efeitos significativos que a Porto Ambiente pode ter nas matérias sociais, ambientais e de governança, através da avaliação de materialidade, resulta uma série de impactos, calculados conforme os riscos e oportunidades, a montante e a jusante da cadeia de valor.

Através de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos a que está exposta, a Porto Ambiente, no decorrer da avaliação efetuada, ponderou os possíveis riscos por meio de análises qualitativas (a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados) e por envolvimento das partes interessadas (a perceção da importância de temas e riscos percebidos).

> Privilegiando assim a manutenção de um elevado nível de transparência

O tratamento dos riscos e/ou oportunidades, explanados na gestão de riscos e controlos internos do presente Relatório (ESRS GOV-5) acontece, tipicamente, de forma centralizada na área operacional. Por outro lado, a análise, avaliação e monitorização, dos ditos riscos é conduzida por um conjunto de áreas com responsabilidades de governação, em conjunto com o Conselho de Administração, privilegiando assim a manutenção de um elevado nível de transparência, responsabilização e controlo nos riscos e/ou oportunidades que afetam a Empresa.

Considerando as fontes de riscos presentes no requisito de divulgação ESRS GOV-5, da ESRS 2, conforme ilustração, são várias os riscos que importa considerar no sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Entidade.



Ponderadas estas fontes, apresenta-se o mapeamento dos riscos associados à atividade da Porto Ambiente, resultante da avaliação efetuada, em relação ao processo de relato de sustentabilidade.

No que se refere **riscos legislativos**, o mapeamento refere um risco alto, sendo que este pode ter um impacto na atividade pela não conformidade, resultando em processos ou multas. Contudo, em virtude da imperiosa necessidade de cumprimento dos pressupostos legais, sem prejudicar a inovação, eficiência e características próprias da Empresa, as oportunidades apresentam-se como extremamente limitadas, sendo a prevenção e a mitigação do risco, tal como atrás identificadas, fundamentais para a sua mitigação.

Os **riscos operacionais** consubstanciam-se numa possível falha nas operações, acidentes ou questões de eficiência no que toca aos riscos associados, porém, a implementação de novas tecnologias, formação e procedimentos para mitigação e melhoria contínua dos serviços prestados descrevem as oportunidades inerentes.

A instabilidade económica, variação de custos bem como o **risco de crédito e de liquidez** constituem fatores a ter em consideração, quando analisados os possíveis riscos financeiros da Empresa. No entanto, o envolvimento da Porto Ambiente com os projetos internacionais e a procura pela inovação e melhoria contínua com uma permanente monitorização dos riscos fazem este tópico constituir igualmente uma alta oportunidade.

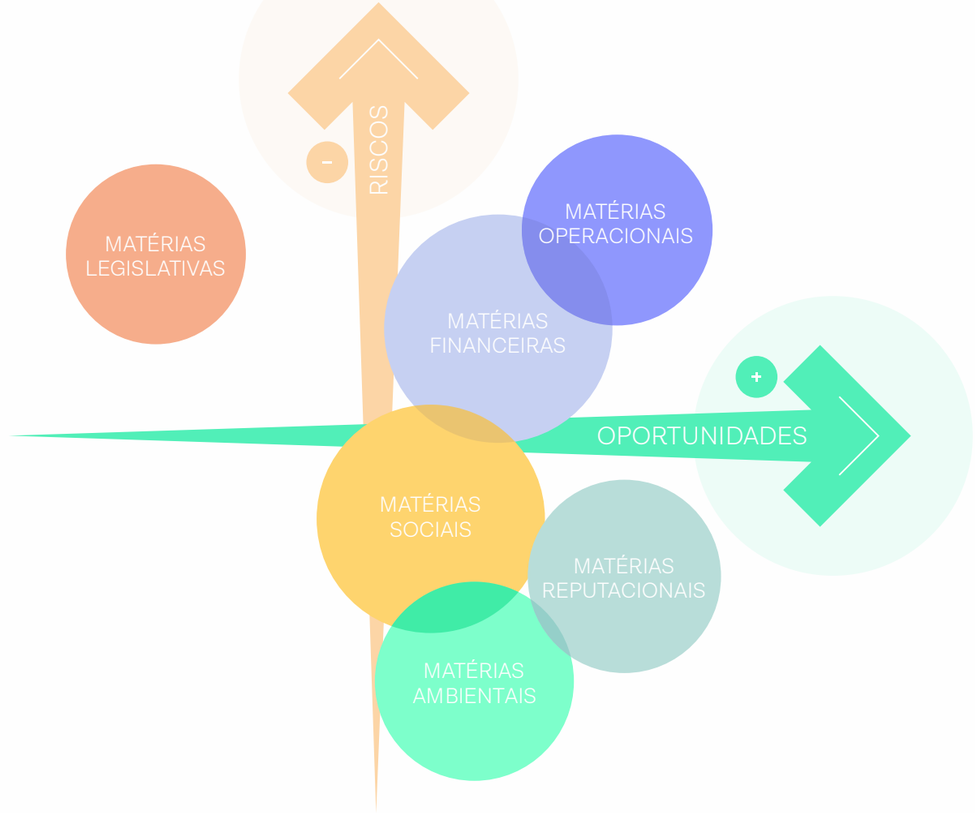


Em termos de **riscos sociais e reputacionais**, estes são considerados baixos pelo forte compromisso com a responsabilidade social, padrões éticos e transparentes estabelecidos pela Porto Ambiente. **Ainda assim, ambos representam oportunidades para iniciativas sociais e ambientais com a comunidade, associações e demais.**

Como parte integrante do objeto social da Empresa, as matérias ambientais representam um baixo risco sendo esse, permanentemente, o fim último e objetivo da prestação de serviços que a constitui.

Não obstante, **tendo em consideração a melhoria contínua, esta matéria apresenta grandes oportunidades**, como são exemplos a fiscalização e sensibilização, a otimização dos circuitos e os investimentos em inovação da frota.

Os efeitos atuais e previstos dos impactos, riscos e oportunidades materiais no modelo de negócio, cadeia de valor, estratégia e tomada de decisões, e a forma como a empresa responde ou planeia responder a esses efeitos é a seguinte:



Esta matriz incorpora os efeitos decorrentes do cômputo geral das medidas implementadas e que possibilitam a prevenção e a mitigação de várias matérias. Assim, considerando a referida matriz, está incorporado no modelo de negócios e estratégia a contínua prospeção de mercado por forma a identificar novas alternativas tecnológicas que visem um maior nível de prevenção e mitigação dos riscos, não sendo esperado qualquer efeito ou alteração adicional na estratégia.

No que se refere aos impactos materiais da empresa, divulgamos em seguida: (i) O modo como os impactos materiais negativos ou positivos da empresa afetam ou são suscetíveis de afetar as pessoas ou o ambiente, (ii) Se e como os impactos têm origem ou estão relacionados com a estratégia e o modelo empresarial, (iii) Os horizontes temporais razoavelmente esperados dos impactos; e (iv) Se a empresa está directamente envolvida nos impactos materiais ou se estes ocorrem devido às suas relações comerciais.

> um serviço público desta natureza está inerente a criação de condições de níveis favoráveis de salubridade

A atividade da empresa afeta, de forma direta e indireta, as pessoas e o ambiente.

Por um lado, diretamente, já que à prestação de um serviço público desta natureza está inerente a criação de condições de níveis favoráveis de salubridade, quer por via de uma adequada frequência e abrangência territorial da Gestão de Resíduos e da Limpeza Urbana, quer por via do tratamento subsequente dado aos resíduos recolhidos, nomeadamente a política de aterro “Zero” e aumentos relevantes do nível de separação.

Por outro lado, indiretamente, pela utilização de uma vasta frota de veículos e equipamentos, por via do consumo energético e consequente libertação de emissões de gases, afetando a poluição e as alterações climáticas, sendo, tipicamente, fontes relevantes de riscos associados à atividade. As políticas implementadas pela empresa, propiciam a mitigação destes impactos, nomeadamente pela total eletrificação da frota ligeira, energia contratada de fontes 100% verdes, assim como da adoção de alternativas menos poluentes na frota pesada (gás natural veicular, com uma percentagem progressivamente crescente, de fontes limpas), sendo estes os dois tópicos materiais cruciais.

> As políticas implementadas pela empresa, propiciam a mitigação destes impactos



No que se refere aos efeitos financeiros, atuais e previstos, dos riscos e oportunidades materiais, da empresa, na sua situação e desempenho financeiros e nos fluxos de caixa, não são atualmente conhecidos, riscos e oportunidades materiais, que possam impactar na sua situação e desempenho financeiros ou nos fluxos de caixa.

No que respeita a riscos e oportunidades futuras, parece-nos relevante divulgar que, no ano transato, a Porto Ambiente concluiu o seu processo de revisão do Plano de Ação para o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, em alinhamento com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030).

O Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) estabelece, no n.º 2 do artigo 15.º, que o PERSU desenvolve as "as orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, prioridades a observar, metas a atingir e ações a implementar no sentido de garantir a concretização dos princípios (...) [gerais de gestão de resíduos], bem como o cumprimento dos objetivos e metas nacionais e europeias aplicáveis".

O RGGR dispõe, no n.º 1 do artigo 18.º, que "e em articulação com os planos de gestão de resíduos de nível nacional, são elaborados planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação que concretizam as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para a respetiva área geográfica", bem como a seguir a estrutura e diretrizes a definir de forma conjunta entre a Autoridade Nacional de Resíduos e a ERSAR.

> Não são atualmente conhecidos, riscos e oportunidades materiais, que possam impactar na sua situação e desempenho financeiros

Considerando a aprovação deste plano, e as ambiciosas metas para 2030, a Empresa incorporou nos seus IGP as necessidades expectáveis em termos de plano de investimentos e recursos operacionais. **A matriz incorpora também os efeitos decorrentes das medidas implementadas**, não sendo conhecido qualquer efeito ou alteração adicional na estratégia.





6.

Agenda de Sustentabilidade

Foram **catorze os temas considerados** no questionário efetuado:

14 temas

01. Alta Materialidade de Impacto e Financeira	02. Alta Materialidade de Impacto e Baixa Materialidade Financeira	02. Alta Materialidade Financeira e Baixa Materialidade de Impacto	03. Baixa Materialidade de Impacto e Financeira
Alterações **Climáticas**	**Direitos** do Trabalho	**Biodiversidade**	Relações com **Stakeholders**
Economia **Circular**	Água		**Microplástico**
Energia	**Serviços** Prestados		**Direitos** da Comunidade
Poluição	Condições da **Trabalho**		**Substâncias** Nocivas
	Conduta **Empresarial**		
Governança	Social		Ambiental

Não obstante, após o processo de identificação, avaliação e análise interna, a Porto Ambiente apresenta dez tópicos materiais na Agenda de Sustentabilidade, que se enumeram:



1. Conduta Empresarial

A Porto Ambiente dispõe de um código de ética e de conduta, assim como de um plano de prevenção da corrupção, com revisão anual, canal de denúncias e um modelo de governo de gestão aberta, motivo pelo qual apresenta este tópico, com uma materialidade financeira baixa. Importa referir que a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis para prevenir a corrupção e suborno, quer a nível da gestão, quer dos restantes funcionários.

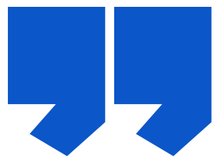
Além disso, de forma a garantir as boas compras e práticas, a Porto Ambiente dispõe de um sistema de segregação de funções em relação ao pedido de despe-sas, aprovação da mesma, contabilização e pagamentos.

Em termos de ética e transparência, a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis, com revisão anual, para mitigar as hipóteses de corrupção e suborno, sendo a conduta empresarial regulada com ética e transparência, motivo pelo qual se trata de uma área continuamente funcional, em alinhamento com o estabelecido no passado, cujos recursos já se encontram alinhados e os procedimentos definidos.

Com foco na prevenção, transparência e ética, é apresentado ao funcionário, aquando do acolhimento, a informação institucional e vinculativa no Quiosque da Porto Ambiente.

São ainda oportunidades de desenvolvimento:

- O reforço da formação anual de prevenção à corrupção, suborno, ética e códigos de conduta, com particular enfoque em colaboradores com maior nível de exposição a circunstâncias de risco;
- A permanente evolução dos Código de Ética, Código de Conduta e Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, refletindo as melhores práticas publicadas.



Em termos de ética e transparência, a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis

2. Direitos de trabalho

Atenta a atualizações constante no Código de Trabalho bem como na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tendo em consideração a composição dos quadros às duas realidades mencionadas, a Porto Ambiente procura uma atualização e melhoria contínua de forma a assegurar que todos os funcionários veem os seus direitos assegurados.

Além disso, a Porto Ambiente promove a liberdade de associação, e prevê nos seus estatutos a privacidade, a igualdade de género e a inclusão.

São realizados, anualmente, inquéritos sigilosos e independentes ao clima organizacional

3.Condições de trabalho

Para aferir a perceção dos colaboradores, são realizados, anualmente, inquéritos sigilosos e independentes ao clima organizacional, estando em progressão a implementação generalizada de um sistema de avaliação de desempenho.

Complementarmente, são consultadas algumas das melhores práticas, nacionais e internacionais, em matérias específicas, para deteção de oportunidades.

Como resultado dessas abordagens, têm vindo a ser promovidas melhorias nas condições de trabalho, nomeadamente em matérias de ergonomia, equipamentos de proteção individual e formação de operação de equipamentos.

4.Serviços Prestados

A Porto Ambiente presta um serviço público que abrange a população residente, flutuante, turística e universitária do Município do Porto bem como os seus clientes. Como tal, o acesso a produtos e serviços e a implementação de práticas responsáveis enraíza os valores e a missão da Empresa.

Para efeitos de avaliação de qualidade, para além dos questionários realizados, em matéria de satisfação relativa ao serviço de Gestão de resíduos urbanos e Limpeza urbana, a empresa está ainda sujeita ao crivo de entidades independentes no que respeita à certificação da qualidade pela ISO 9001.

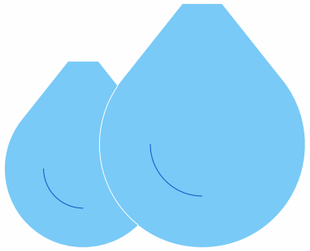


5.Energia

No que respeita a energia elétrica, a Porto Ambiente, seguindo orientações do município, adquire toda a sua energia, com certificação de origem 100% verde, isto é, gerada a partir de fontes 100% renováveis. Adicionalmente, estão implementados procedimentos de monitorização dos consumos energéticos, nomeadamente no que respeita ao edifício sede da Porto Ambiente, o qual foi internacionalmente reconhecido com a norma *LEED – Leadership in Energy and Environmental Design* – pelo desempenho ambiental em termos de eficiência energética, hídrica, qualidade do ar e coberturas verdes, existindo nas referidas instalações equipamentos de recolha de energia solar, assim como planos para incremento dessa capacidade.

No que respeita aos demais consumos energéticos, como referido anteriormente, a Porto Ambiente tem vindo a implementar práticas de redução da pegada carbónica pela eletrificação da frota e/ou alteração para gás natural veicular, práticas essas que para além do contributo em matéria de pegada carbónica, em paralelo com a monitorização efetuada, se traduzem igualmente numa maior eficiência dos recursos energéticos.

Por último, e olhando a montante da cadeia de valor da Porto Ambiente, a Empresa encaminha cerca de 100% dos resíduos indiferenciados para valorização energética, sendo responsável pela reintrodução no sistema de mais de 55 MWh de Energia.

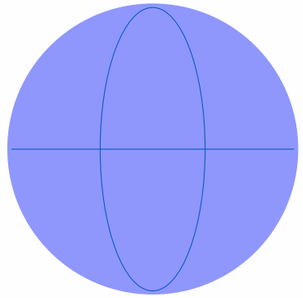


6. Água

Constituindo um recurso indispensável às operações da Empresa, a Porto Ambiente procura implementar internamente, mas suas operações e equipas de suporte, as práticas mais eficientes e sustentáveis, nomeadamente, sempre que possível e aplicável, é substituída a utilização de água da rede por água reutilizada, em linha com os princípios da economia circular e com uma resposta às alterações climáticas, assegurando-se a manutenção da água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros

A reutilização de água e respetivos níveis de segurança, são garantidos pelo tratamento efetuado em conformidade com os parâmetros da Agência Portuguesa do Ambiente e demais legislação em vigor, cuja utilização passa pela limpeza do espaço público, nomeadamente na lavagem de arruamentos e equipamentos de deposição, promovendo a reutilização deste recurso e diminuindo o impacto ambiental, social e económico da sua atividade diária na cidade.

Complementarmente e, abrangendo agora os serviços de suporte da Porto Ambiente, é assegurada a monitorização inteligente do consumo de água, por via da capacidade de Gestão Técnica Centralizada disponível do edifício sede de S. Dinis.

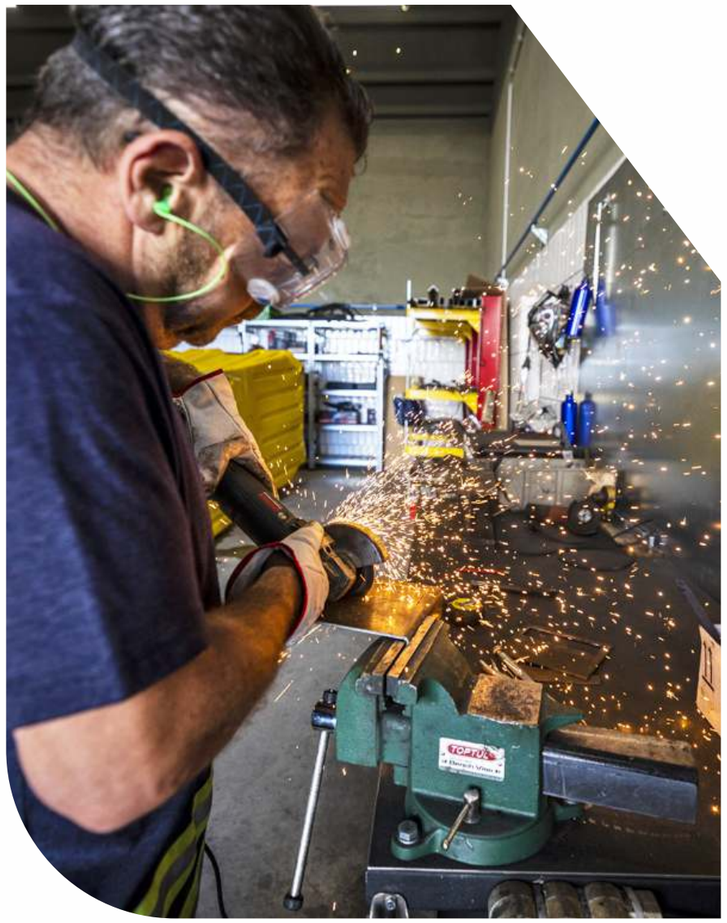


7. Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas

Estando a Empresa no "negócio" do ambiente, a adaptação e mitigação das alterações climáticas, é o tópico que maior presença verifica nas rotinas, procedimentos e decisões implementadas do dia a dia da atividade da Porto Ambiente.

Desde logo no que respeita ao core da atividade da Gestão de resíduos urbanos, onde a aposta é efetuada em todas as frentes, nomeadamente (i) na política de aterro "Zero", evitando a poluição que decorreria dessa abordagem e permitindo assim a valorização energética de resíduos não separados, (ii) nos relevantes aumentos do nível de separação, permitindo assim a reintrodução na economia de materiais por essa via, (iii) na disponibilização aos munícipes de alternativas de circularidade, como o EcoPorto, e os ecocentros de uma forma mais genérica.

> São realizados, anualmente, inquéritos sigilosos e independentes ao clima organizacional



Na definição de múltiplas decisões operacionais, como a já referida eletrificação e migração para alternativas fósseis mais "limpas" da frota de viaturas e equipamentos, pela relevante aposta na sensibilização e gestão de clientes, assim como na digitalização das operações que já se traduziu num incremento da eficiência dos circuitos, com consequências ao nível da diminuição de consumíveis, assim como na poupança de vários milhares de folhas de papel.

Na promoção de iniciativas direcionadas como a plantação de árvores, a aposta em hortas comunitárias, a promoção de equipamentos de recolha multifluxo em todas as instalações de Empresa.

Por último, consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou, em janeiro de 2022, o Pacto do Porto para o Clima, tendo a Empresa Municipal de Ambiente do Porto sido convidada a abraçar esse desafio em setembro desse ano, pela criação de uma nova direção de Neutralidade Carbónica. Assim, está ativamente presente nesta direção, a gestão das medidas e dos atos necessários a garantir a neutralidade carbónica da cidade do Porto até 2030, em cumprimento dos objetivos delineados no Pacto do Porto para o Clima e na Missão Europeia "Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima".

8. Economia Circular

Um dos mais recentes investimentos da Porto Ambiente foi o EcoPorto – Centro de Circularidade da Cidade do Porto que interliga a norma das alterações climáticas com a economia circular. Com o intuito de promover a reutilização de materiais, pretende ser um centro de formação e capacitação, em que é dada uma segunda vida aos objetos e equipamentos.

Assim, esta atividade tem o potencial para apresentar, a longo prazo, uma redução ao nível dos resíduos, existindo menor abandono de equipamentos e traduzindo-se num menor custo de tratamento, assim como na realocação de recursos humanos que integram atualmente a capacidade afeta para recolha destes objetos fora de uso.

Em 2026 será alargada consideravelmente esta atividade, para a prevenção da criação de resíduos, nomeadamente nas áreas dos resíduos têxteis e alimentares.

> Assim, esta atividade tem o potencial para apresentar, a longo prazo, **uma redução ao nível dos resíduos**

9. Poluição

No domínio da poluição, a Porto Ambiente tem vindo a registar impactos positivos decorrentes das decisões estratégicas adotadas ao nível da eletrificação e da migração para alternativas fósseis de menor intensidade emissiva na frota de viaturas e equipamentos. Esta evolução, aliada a uma gestão mais eficiente dos recursos operacionais, contribui para a redução das emissões atmosféricas associadas à atividade da Empresa e para a melhoria da qualidade ambiental no Município.

Paralelamente, têm vindo a ser reforçadas as políticas de aquisição sustentável e de utilização racional de detergentes e outros produtos com potencial impacto poluente, privilegiando sempre soluções com menor carga química, elevada biodegradabilidade e, em circunstâncias que o justifiquem, certificação ambiental. A monitorização sistemática do seu consumo, armazenamento e destino final assegura o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e das boas práticas ambientais, reduzindo riscos e promovendo maior responsabilidade na cadeia de utilização destes produtos.



No que respeita às chamadas “substâncias que suscitam preocupação”, a estratégia e o modelo de negócio da Empresa assentam numa lógica preventiva e de melhoria contínua, recentemente consolidada com a obtenção da certificação ISO 14001.

Esta certificação reforça a robustez do sistema de gestão ambiental implementado e confirma o compromisso institucional da Porto Ambiente com padrões elevados de desempenho ambiental e conformidade regulatória, por via, nomeadamente:

- A redução da probabilidade de riscos ambientais, tais como emissões, derrames e outros acidentes;
- A redução de custos, através da melhoria da eficiência dos processos (redução de consumos, minimização do tratamento de resíduos e efluentes).

10.Biodiversidade

Não obstante de não existir um impacto direto na biodiversidade (por exemplo: exploração direta ou influência na dimensão da população da espécie), a Porto Ambiente reconhece o potencial impacto da sua atividade de forma indireta através do potencial de contaminação dos solos, poluição sonoro, hídrica e atmosférica. Para afastar o risco associado a esse impacto, a Empresa procura reduzir a probabilidade de ocorrência através da sensibilização para a separação de resíduos, da fiscalização do cumprimento das normas, da requalificação de estruturas e aquisição de equipamentos elétricos, entre outros.

De acordo com a agenda apresentada, é possível verificar que quatro tópicos não são considerados materiais na conjunção da análise da materialidade de impacto e da materialidade financeira supra.



7. Ambiental

ESRS 2 SBM-3

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS
E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

A análise da dupla materialidade permitiu identificar de que forma as questões ambientais impactam a Empresa e como a Empresa afeta o meio ambiente, relativamente aos seguintes riscos:

01. A sujeição e cumprimento de regulação restrita e em permanente atualização poderão aumentar o risco de não conformidade ou tardia implementação;

02. Os eventos climáticos extremos podem afetar as operações de recolha e tratamento de resíduos, bem como a limpeza urbana;

03. As expetativas extremas de partes interessadas podem afetar a reputação empresarial;

04. Os custos operacionais podem ser influenciados negativamente no caso de aumentos de combustível e energia;

Por seu turno revelam-se como oportunidades:

05. A implementação de novas tecnologias para aumento da eficiência na recolha de resíduos de forma a reduzir custos operacionais bem como emissões inerentes;

06. A submissão de candidaturas para acesso a fontes de financiamento de sustentabilidade;

07. A colaboração com outras cidades e organizações para partilha de melhores práticas e inovações;

08. As iniciativas de educação e sensibilização ambiental para aumentar o envolvimento dos cidadãos em práticas sustentáveis, como a reciclagem;

09. O desenvolvimento de novos modelos de negócio baseados na economia circular, como é o caso EcoPorto, pese embora no caso concreto, não se preveja ou tenha sido equacionada a obtenção de benefícios económicos.

A sensibilização ambiental para aumentar o envolvimento dos cidadãos em práticas sustentáveis



Políticas, Ações e Metas Relativas às Alterações Climáticas

E1-2

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS

E1-3

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

E1-4

METAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS

Para o efeito, a Porto Ambiente desenvolveu as seguintes políticas (1-3), ações (4-6) e metas (7-8) em relação à atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas:

1. Estabelecimento de compromissos claros para caminhar rumo à neutralidade carbónica, incorporando práticas de sustentabilidade em todas as operações e sensibilizando os munícipes

2. Promoção da redução, reutilização e reciclagem de materiais, incentivando a economia circular na gestão dos resíduos;

3. Implementação de ações de sensibilização ambiental por forma a incentivar a consciência pública para as práticas sustentáveis;

4. Expansão da rede de ecopontos e melhoria das infraestruturas de recolha seletiva para facilitar a separação de resíduos e aumentar as taxas de reciclagem;

5. Adoção de tecnologias limpas, com equipamentos que eliminem ou reduzem o máximo de emissões sem quebras de serviço;

6. Desenvolvimento e promoção de programas de compostagem para reduzir a quantidade de resíduos orgânicos;

7. Definição de metas anuais de redução das emissões de gases com efeito estufa, cujo fim é atingir a neutralidade carbónica;

8. Aumento da taxa de reciclagem.



Emissões

E1-6

EMISSÕES BRUTAS DE GEE DE ÂMBITO 1, 2, 3 E EMISSÕES TOTAIS DE GEE

Os gases com efeito estufa (GEE) são representados e agravados, principalmente pelos seguintes, potencialmente e diretamente enquadráveis na atividade da Porto Ambiente:

- dióxido de carbono, sendo o mais abundante na atmosfera, cujos contributos passam essencialmente pelo setor de energia e combustíveis;
- metano, provocado em 60% com origem em atividades humanas, sendo os aterros sanitários uma das principais fontes no setor dos resíduos;
- óxido de azoto, onde a agricultura tem o maior impacto pelos fertilizantes, mas também a gestão de resíduos, nomeadamente através da decomposição de materiais orgânicos em aterros;
- gases fluorados, que se consubstanciam em "(...) substâncias com um grande potencial de aquecimento global, muito superior ao do dióxido de carbono.", sendo que pode ser encontrado em equipamentos como bombas de calor, equipamentos fixos de ar condicionado ou de refrigeração, sistemas de proteção contra incêndio, entre outros.

A pegada carbónica representa o total das emissões de GEE e é calculada através do dióxido de carbono equivalente (Co2e), medida internacional que estabelece a equivalência entre os demais GEE e CO2, sendo o último o gás de referência pela quantidade e impacto. O CO2e, calculado pela tabela de equivalências adotada no quadro das Nações Unidas, e que tem por base a multiplicação de um gás pelo seu potencial de aquecimento global (PAG) ou Global Warming Potential (GWP).

No que diz respeito às emissões de GEE de âmbito 1, definidas como emissões diretas provenientes de fontes que são controladas pela Empresa, a Porto Ambiente reconhece a importância de monitorizar e reduzir as emissões provenientes, essencial-mente, da gestão de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público, contri-buindo para o compromisso da área do Pacto do Porto para o Clima e com a meta da neutralidade carbónica.

Reduzir as emissões provenientes, essencialmente, da gestão de resíduos urbanos



As emissões referidas resultam, predominantemente, da utilização de combustíveis fósseis na frota de veículos e equipamentos operacionais, bem como de processos inerentes à atividade de gestão de resíduos onde, a implementação de medidas para melhorar a eficiência energética e a adoção de tecnologias mais limpas são essenciais para a diminuição destas emissões diretas, alinhando-se com as melhores práticas de sustentabilidade e promovendo um impacto positivo na qualidade ambiental da cidade.

Assim, **a Porto Ambiente reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade** e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, através de ações concretas e estratégias eficazes.

Em termos de emissões de GEE de âmbito 2, causados indiretamente pela energia consumida, nomeadamente em termos de eletricidade, os contratos realizados pela Porto Ambiente incidem sobre a aquisição de energia elétrica 100% proveniente de fontes de energia renováveis, cujos resultados de CO2 são zero. No entanto, o quantitativo relativo ao consumo total de energia é apresentado no capítulo denominado Consumo Energético, sendo os resultados oficiais de emissões partilhados através de certificado emitido pelo prestador de serviços, durante o mês de março.

Consumos em **2025**

10 437 litros de gasolina

660 662 litros de gasóleo

732 274 Nm³ de gás natural veicular

1 047 m³ de gás natural no edifício sede

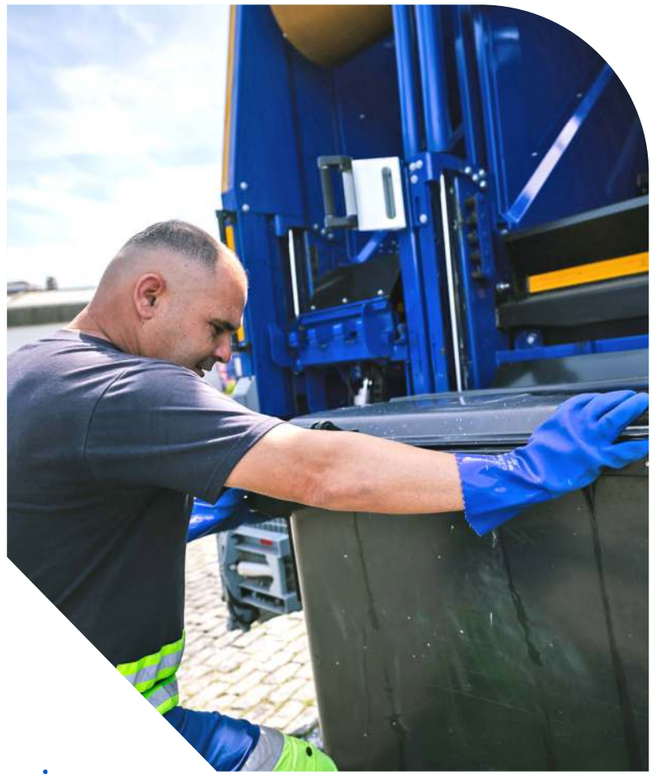
No total de gases fluorados produzidos, a **Porto Ambiente** produziu, nomeadamente, por tipo de gás:

Comutador **Elétrico**

Gás: SF_6 (hexafluoreto de enxofre)
Quantidade: 1,25 kg
Impacto estimado: 28,50 tCO_2e

Equipamento **Ar Condicionado**

Gás: R-410A
Quantidade: 74,92 kg
Impacto estimado: 156,40 tCO_2e



Melhorar a eficiência energética e a adoção de tecnologias mais limpas são essenciais

No que se refere às emissões de GEE de âmbito 3 - Outras emissões indiretas -, cuja ocorrência se dá na cadeia de valor a jusante e a montante, a Porto Ambiente reconhece a representatividade que este âmbito pode ter na pegada de carbono, mas também a dificuldade da sua mensuração.

Contudo, cientes de que as emissões relacionadas com fornecedores bem como os comportamentos dos consumidores constituem uma parte significativa do impacto ambiental, a Porto Ambiente está empenhada em reunir esforços para desenvolver métricas robustas de controlo e atenuação deste tipo de emissões, a montante e a jusante.

A abordagem a ser desenvolvida não só permitirá identificar oportunidades de melhoria ao longo da cadeia de valor não obstante das práticas sustentáveis que têm vindo a ser implementadas nos cadernos de encargos e consequentes adjudicações, como fortalecerá o compromisso com o Pacto do Porto para o Clima.

A estratégia da Empresa não só alinha as metas da sustentabilidade e da neutralidade carbónica, como demonstra **um compromisso claro para com a melhoria da qualidade ambiental dos cidadãos e visitantes da cidade do Porto.**

Biodiversidade e Ecossistemas

E4-1

PLANO DE TRANSIÇÃO E CONSIDERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS NA ESTRATÉGIA E NO MODELO EMPRESARIAL

E4-2

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

E4-3

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

E4-4

METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

Ambiental

Para a Porto Ambiente é fundamental integrar a biodiversidade e ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial e, para o efeito, considera as seguintes políticas, ações, recursos e metas:

- Implementar políticas que promovam a proteção e recuperação da biodiversidade, na medida do impacto potencial que as operações podem ter;
- Estabelecer estratégias de preservação dos ecossistemas nos processos de gestão de resíduos e na limpeza do espaço público;
- Realizar avaliações periódicas de impacto, para que as operações não afetem negativamente os ecossistemas;
- Promover campanhas de sensibilização para a comunidade, com o intuito de partilhar conhecimento sobre a importância da biodiversidade e da forma como práticas sustentáveis, podem impactar positivamente os ecossistemas;
- Estabelecer parcerias e partilha de dados com outras entidades por forma a desenvolver melhores práticas e projetos que visem a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Dar formação aos colaboradores, por forma a primar pelo exemplo e capacitá-los para agir em conformidade com as políticas definidas;
- Definir metas quantitativas para redução do impacto sobre a biodiversidade como a poluição do solo e da água.

A Porto Ambiente não tem uma dependência nem apresenta impactos, significativos de serviços ecossistémicos

E4-5

MÉTRICAS DE IMPACTO RELACIONADAS COM A ALTERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS

E4-6

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

Em conformidade com o explanado nas secções anteriores, a Porto Ambiente não tem um impacto direto na biodiversidade e ecossistema, motivo pelo qual, a Empresa não dispõe de métricas específicas ou de uma análise aos efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades, porém, em conjunto com as partes interessadas, o acionista e demais entidades do grupo, a Porto Ambiente procura sempre dar o seu contributo nesta matéria.



Poluição

E2-2

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO

E2-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E2-3

METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO

E2-4

POLUIÇÃO DO AR, DA ÁGUA E DO SOLO

A poluição é um desafio significativo enfrentado pelas cidades, contudo, a Porto Ambiente compromete-se a adotar práticas sustentáveis, integrando as dimensões ambiental, social e de governança nas suas operações com o compromisso não apenas de mitigar a poluição, mas também promover um ambiente mais saudável e sustentável para todos os cidadãos.

A poluição é uma preocupação crescente com impacto direto na sociedade e no meio ambiente e para mitigar os efeitos da mesma, a Porto Ambiente tem estabelecido uma série de iniciativas e políticas para contribuir para um ambiente mais saudável e sustentável.

A gestão eficaz dos resíduos é fundamental para reduzir a poluição e, em 2025, a Porto Ambiente continuou a implementar melhorias significativas na rede de equipamentos de deposição, aumentando a acessibilidade a ecopontos e potenciando assim o incremento dos quantitativos de frações seletivas. Essa reorganização pretende diminuir a deposição inadequada de resíduos em áreas públicas, que contribui para a poluição.

A Porto Ambiente compromete-se a adotar práticas sustentáveis

Além disso, campanhas de sensibilização foram lançadas para engajar a comunidade na separação de resíduos e na adesão ao sistema de recolha porta-a-porta, visando um aumento nas taxas de reciclagem e uma diminuição gradual da quantidade de resíduos enviados para aterros e incineração.

A limpeza do espaço público é outra componente crucial na luta contra a poluição urbana, onde o investimento em novas tecnologias, como varredoras elétricas e sistemas de varredura húmida, permitiu à Porto Ambiente melhorar a eficácia na limpeza das ruas e passeios, contribuindo para um ambiente urbano mais limpo e livre de resíduos.

Em termos diretamente relacionados com a poluição, apresenta-se a distância percorrida em quilómetros pela frota da Porto Ambiente, por tipo de combustível, e as toneladas equivalentes de petróleo (TEP) que discriminam as unidades de energia definida como o calor libertado na combustão de toneladas de petróleo padrão, totalizando uma distância de 2 828 274 km, representando 70,57 voltas ao mundo, com 1132,65 ton equivalentes de petróleo.



Tipo de Combustível	Número Abastecimentos	Toneladas Petróleo	Distância Km	CO^2e (Kg)	CO^2e (Ton)	Quantidade Abastecida
Gasolina	1 782	8	90 557	24 528	24	10 437
Gasóleo	13 947	524	1 726 896	1 591 754	1 591	600 662
Gás Natural	13 042	600	1 010 821	1 779 426	1 761	732 274
Total	**28 771**	**1 133**	**2 828 274**	**3 395 708**	**3 376**	**1 343 373**

Socialmente, a Porto Ambiente dedica-se a promover a conscientização e a educação da população sobre a importância da gestão de resíduos e da limpeza do espaço público, cujas iniciativas têm como objetivo estimular a participação dos cidadãos em práticas de reciclagem e na manutenção de um ambiente limpo.

É crucial tentar reduzir comportamentos que promovam a poluição, como o depósito inadequado de resíduos e a falta de cuidado com os espaços públicos, pelo que a Empresa desenvolve diversos programas educativos para partilhar conhecimentos sobre a poluição e suas consequências, bem como as práticas que podem ser adotadas para mitigá-las. Pretende-se, com estas iniciativas promover a construção de uma cidadania ativa, comprometida com um Porto mais sustentável.

E2-5

SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM PREOCUPAÇÃO E SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM ELEVADA PREOCUPAÇÃO

No contexto da gestão de substâncias que suscitam preocupação, a Porto Ambiente envolve-se com práticas que asseguram a proteção ambiental e a saúde pública, tal é reconhecido pela obtenção da certificação ISO 14001, que representa um marco importante na estratégia de sustentabilidade bem como um fortalecimento do modelo de negócio.

A certificação referida permite à Porto Ambiente identificar oportunidades para reduzir custos através da melhoria dos processos operacionais, o que inclui a otimização do consumo de recursos, a minimização do tratamento de resíduos e efluentes e, consequentemente, a redução da pegada ambiental da empresa.

Com uma abordagem proativa, a Porto Ambiente não se preocupa apenas com os aspetos materialmente relevantes da sua operação, mas também está atenta a novas informações e diretrizes, com vista a uma melhoria contínua, com benefícios para a população, colaboradores, fornecedores.

A Porto Ambiente compromete-se a adotar práticas sustentáveis

Com uma abordagem proativa, a Porto Ambiente não se preocupa apenas com Relativamente aos efeitos financeiros de riscos e oportunidades nas áreas de atuação da Porto Ambiente, nomeadamente na limpeza do espaço público e na gestão dos resíduos urbanos, é fundamental reconhecer que a empresa enfrenta um conjunto de desafios que podem impactar a sua sustentabilidade financeira.

E2-6

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

A poluição representa um desafio significativo que pode implicar custos adicionais, como, por exemplo, as despesas com tratamento de resíduos contaminados, sendo necessário considerar variáveis como o aumento dos resíduos indiferenciados, a manutenção de infraestruturas de limpeza, e a implementação de medidas corretivas para garantir a qualidade ambiental.

Em contrapartida, surgem novas oportunidades através da implementação de soluções sustentáveis, tais como: a promoção da economia circular e a adoção de tecnologias avançadas – que visam a redução de resíduos e a eficiência na limpeza urbana. A adoção de práticas mais ecológicas, não só resulta em economias a longo prazo, mas também fortalece o compromisso da Porto Ambiente com os objetivos do Pacto do Porto para o Clima.

Assim, a análise e **a gestão preventiva destes riscos e oportunidades são essenciais para garantir a viabilidade financeira da empresa**, enquanto se promove um ambiente urbano mais limpo e sustentável para a comunidade.



Consumo Energético

Em termos energéticos, a Porto Ambiente consumiu um total de 284 030 kWh, energia 100% gerada através de fontes verdes, conforme explicado no capítulo “Emissões”.

No ano de 2025, a Porto Ambiente dispunha já de soluções renováveis, embora ainda de dimensão reduzida, como sejam os painéis fotovoltaicos para autoconsumo. Neste período, o consumo total foi de 284 MWh, dos quais 11,67 MWh foram fornecidos por soluções renováveis de autoconsumo, representando 4,11% do total consumido.

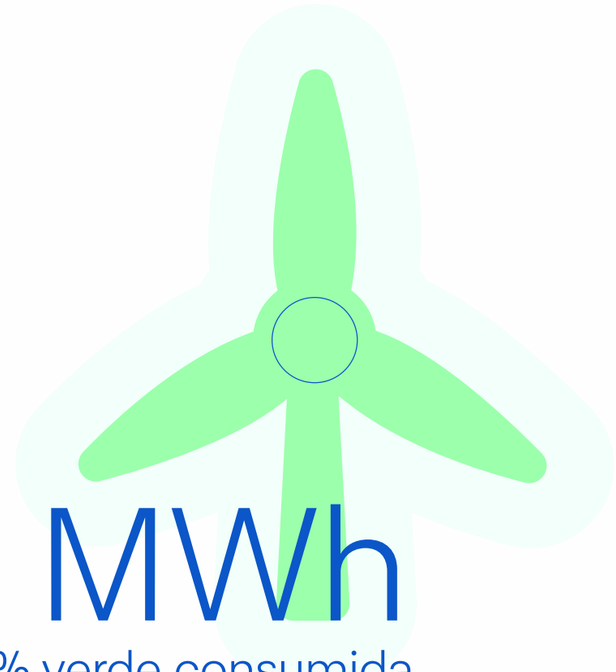
A Porto Ambiente, em articulação com os demais operadores do perímetro Lipor, tem promovido a valorização energética em praticamente 100% dos seus resíduos indiferenciados. Esta estratégia, para além de essencial na prossecução dos objetivos das boas práticas ambientais, contribui igualmente para a maximização do aproveitamento dos resíduos.

Com esta abordagem alcança-se, assim, a redução da quantidade de resíduos enviados para aterro e a sua consequente transformação em energia, contribuindo para a sustentabilidade e para a redução da pegada de carbono da empresa.

No ano de 2025, a Porto Ambiente encaminhou para valorização energética cerca de 112 mil toneladas de resíduos, os quais se estima serem responsáveis pela produção de cerca de 59 MWh de Energia “limpa”.

E1-5

CONSUMO ENERGÉTICO
E COMBINAÇÃO DE ENERGIA



284 MWh
Energia 100% verde consumida

112 mil t
Resíduos recolhidos



59 MWh
Produção de Energia “limpa”

Gestão de resíduos Urbanos

A Gestão dos Resíduos Urbanos, uma das três principais áreas de atuação da Empresa, representa uma área crítica no contexto das alterações climáticas e da necessidade de uma economia circular, sendo imperativo implementar políticas que visem não só a eficiência da prestação dos serviços, mas a minimização dos impactos ambientais associados.

No seguimento do objetivo proposto em 2024, no ano de 2025, a Porto Ambiente deu continuidade ao processo de reorganização da rede de equipamentos, cujo propósito é disponibilizar a todos os munícipes, num só ponto, contentores de todas as frações. Neste contexto e de forma simultânea, pretende-se uniformizar o método de recolha dos equipamentos numa determinada área, para permitir uma maior eficiência na recolha, além de colma-tar pontos isolados de deposição indiferenciada e disponibilizar uma maior capacidade de deposição seletiva.

No cômputo geral, no fim do ano de 2025 existiam cerca de 4 300 contentores para resíduos indiferenciados e 1 400 ecopontos completos na cidade do Porto, dos quais 68 foram instalados no decorrer do ano.

740
Contentores
de proximidade do projecto orgânico

2815 +2%
Aderentes
da recolha porta-a-porta residencial

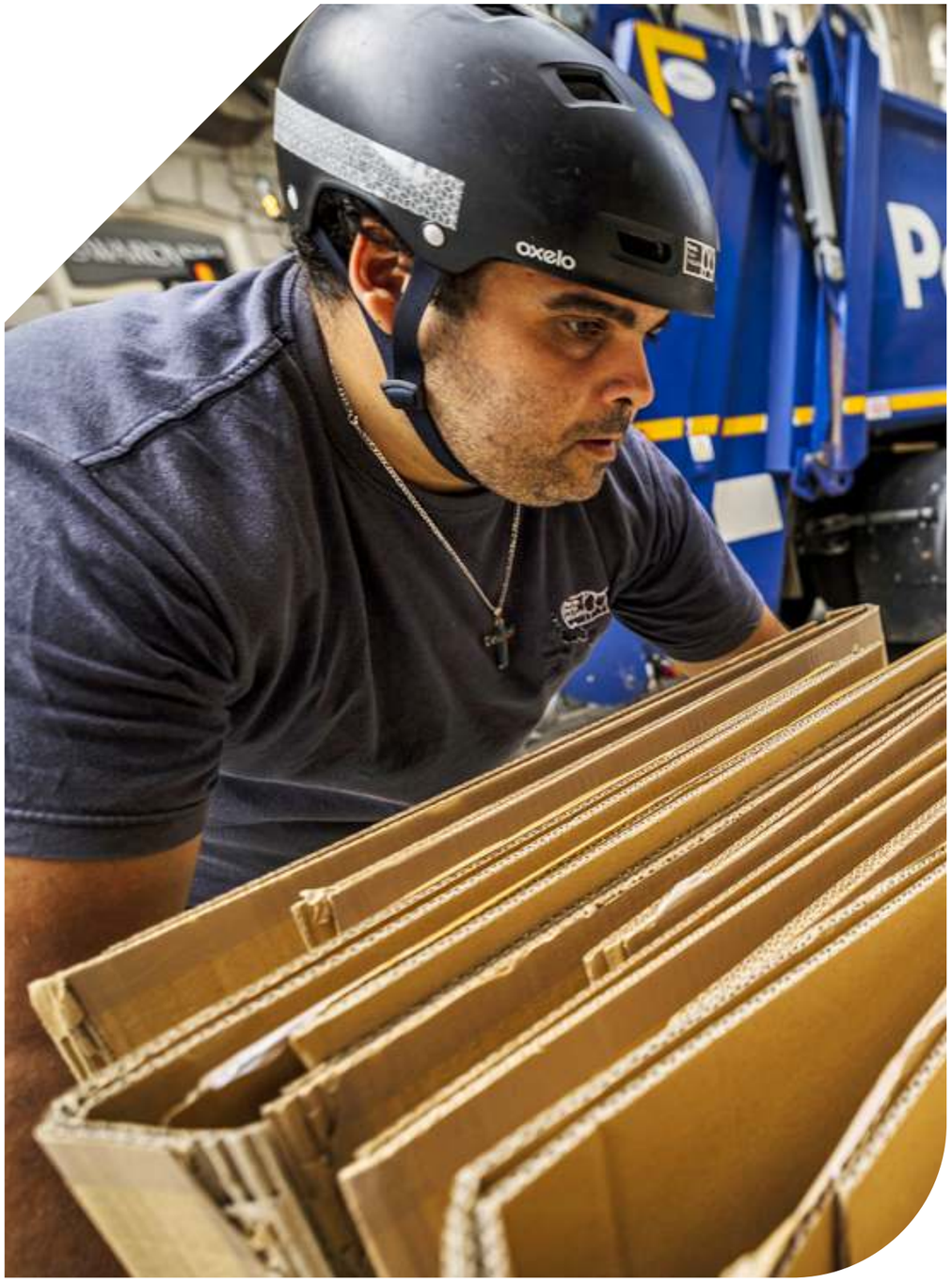
1683^{t}
de recolha
no porta-a-porta residencial

A recolha Porta-a-Porta residencial alcançou 2 815 aderentes no ano em apreço (um aumento de 2% relativo ao ano anterior), totalizando 1 683 toneladas de recolha, das quais 880 respeitante à fração seletiva.

A Gestão dos Resíduos Urbanos, uma das três principais áreas de atuação da Empresa, representa uma área crítica no contexto das alterações climáticas e da necessidade de uma economia circular, sendo imperativo implementar políticas que visem não só a eficiência da prestação dos serviços, mas a minimização dos impactos ambientais associados.

A Porto Ambiente deu continuidade ao processo de reorganização da rede de equipamentos





Alterações Climáticas

E1-1

PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

As alterações climáticas representam um desafio significativo para a gestão dos resíduos urbanos, tendo em consideração a necessidade de recurso a ferramentas, como veículos pesados de mercadorias, em operação permanente para a sua recolha. Contudo, para mitigação do tema, a Porto Ambiente dispõe das seguintes ações, políticas e metas:

> A importância da deposição em locais adequados, bem como a separação correta

1. Frota a gás natural veicular. Embora, por definição, classificado como combustível fóssil, apresenta menor intensidade carbónica e menores emissões locais de poluentes atmosféricos face aos combustíveis tradicionais, constituindo uma solução de transição no processo de descarbonização da frota, a qual foi reforçada em 2025;

2. Campanhas de sensibilização da população para a importância da deposição em locais adequados, bem como a separação correta, contribuindo para uma gestão mais eficaz.

Recursos Hídricos e Marinhos

E3-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-3

METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

A gestão inadequada dos resíduos pode afetar os recursos hídricos e marinhos. Assim, para prevenir este potencial impacto, a Porto Ambiente dispõe de sistemas adequados de tratamento e deposição de resíduos para além da promoção pública da reciclagem e valorização energética de resíduos, reduzindo a pressão sobre os sistemas de gestão de águas e ecossistemas marinhos.

E3-4

CONSUMO DE ÁGUA | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

Em termos de consumo de água, a Direção de Gestão de Resíduos Urbanos apresenta um consumo anual na ordem dos 744,44 m3, recorrendo-se a meios de obtenção de água alternativos disponíveis como por exemplo, os furos de água para o exercício da sua atividade.

E3-5

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

No âmbito do processo de avaliação de dupla materialidade realizado pela Porto Ambiente, os impactos, riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos, no contexto da gestão de resíduos urbanos, foram classificados como não materiais.

Em consequência, a Empresa não identificou efeitos financeiros materiais, atuais ou previstos, positivos ou negativos, associados a este tema, no curto, médio ou longo prazo.

Não obstante esta classificação, a Porto Ambiente reconhece a relevância geral da proteção dos recursos hídricos e marinhos no contexto da sustentabilidade ambiental e assegura, no desenvolvimento da sua atividade, o cumprimento dos requisitos legais e operacionais aplicáveis. À data de reporte, não se antecipa que este tema venha a originar impactos financeiros relevantes adicionais face ao modelo de operação em vigor.

A Empresa manterá, ainda assim, o acompanhamento deste domínio, de forma a assegurar a identificação atempada de eventuais alterações de contexto regulatório, operacional ou ambiental suscetíveis de gerar efeitos financeiros materiais no futuro.

A Porto Ambiente reconhece a relevância geral da proteção dos recursos hídricos e marinhos

744m³



Utilização dos Recursos e Economia Circular

E5-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-3

METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-4

ENTRADAS DE RECURSOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-5

SAÍDAS DE RECURSOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

Sendo a economia circular uma ferramenta importante no combate ao desperdício e maximização da vida útil dos recursos através da reutilização e reciclagem, a Porto Ambiente com o projeto EcoPorto – Centro para a Circularidade da Cidade do Porto, eleva este conceito para ir ao encontro dos ambiciosos objetivos ambientais estipulados para a cidade.

Em 2025, o EcoPorto teve 277 participantes nas atividades de capacitação promovidas, recebeu 2 007 equipamentos, dos quais foi possível reparar 1 307, representando 48%.

Entradas de recursos

A atividade da Porto Ambiente assenta num modelo operacional intensivo em recursos, incluindo recursos humanos, combustíveis, energia, água, materiais consumíveis e equipamentos, indispensáveis à prestação do serviço público de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público.

Não obstante a relevância transversal destes inputs, importa referir que os recursos humanos, os combustíveis, a energia e a água são objeto de tratamento específico noutras secções do presente relatório, nomeadamente no âmbito das normas ESRS S1 (Força de Trabalho), ESRS E1 (Alterações Climáticas) e ESRS E3 (Recursos Hídricos e Marinhos). Neste contexto, a presente divulgação incide predominantemente sobre os restantes inputs mate-riais e operacionais, de natureza mais residual no enquadramento global, mas ainda assim relevantes do ponto de vista da eficiência de recursos e da economia circular.

Neste domínio, a Porto Ambiente privilegia a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental, a utilização de materiais sustentáveis e duráveis, em detrimento de soluções descartáveis, e a implementação de modelos de contratação baseados em renting e partilha de ativos, promovendo a extensão do ciclo de vida dos equipamentos e a otimização da sua utilização.

Esta abordagem contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos, alinhada com os princípios da economia circular, reduzindo a necessidade de consumo de novos materiais e promovendo a minimização de resíduos associados à atividade operacional.

Saídas de recursos

A atividade da Porto Ambiente centra-se na recolha e encaminhamento de resíduos urbanos, assegurando o seu correto direcionamento para as diferentes operações de gestão, incluindo valorização material, valorização orgânica e eliminação.

À semelhança do referido para as entradas de recursos, importa salientar que determinados outputs com maior relevância no contexto da sustentabilidade — nomeadamente emissões atmosféricas, consumos energéticos e descargas associadas aos recursos hídricos — são objeto de tratamento específico noutras secções do presente relatório, designadamente no âmbito das normas ESRS E1 (Alterações Climáticas), ESRS E2 (Poluição) e ESRS E3 (Recursos Hídricos e Marinhos).

A Porto Ambiente privilegia a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental

No que respeita aos fluxos materiais, e conforme detalhado na secção seguinte (vii) Encaminhamento de resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão), a grande maioria dos resíduos recolhidos é encaminhada para operações de valorização, sendo que apenas 0,59% não foram objeto de qualquer tratamento em alta, tendo sido depositados em aterro.

Paralelamente, a atividade operacional gera também fluxos de resíduos próprios, designadamente associados à manutenção de viaturas, **equipamentos e instalações, os quais são encaminhados através de operadores licenciados**, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

Em linha com os princípios da economia circular, a Porto Ambiente promove a valorização dos resíduos sempre que possível, assegurando a rastreabilidade dos fluxos e contribuindo para a redução do impacte ambiental global da sua atividade. Esta abordagem procura igualmente fomentar a recuperação, a reutilização e a reintrodução de materiais e bens em novos ciclos de uso, como se verifica no âmbito das operações do EcoPorto, onde determinadas saídas são enquadradas numa lógica de segunda vida e de nova inserção na comunidade.

E1-1

PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E1-2

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E1-3

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E2-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO I GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E2-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E2-3

METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-3

METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANO



E4-2

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E4-3

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E4-4

METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-3

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

> A Porto Ambiente privilegia a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental

No que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos, no decorrer de 2025, a Porto Ambiente realizou as seguintes políticas e ações:

- **Reorganização da rede de equipamentos e uniformização do método de recolha**

Através da reorganização da rede de equipamentos e uniformização do método de recolha dos mesmos, a Porto Ambiente teve como objetivo disponibilizar sempre que possível num único ponto contentores indiferenciados e ecopontos. Através desta medida, reafirma-se o compromisso com a gestão eficiente dos resíduos urbanos, cujo fim último é a transformação de políticas, ações e metas nas operações que tenham um impacto positivo, ou reduzam o impacto negativo, no meio ambiente.

> Reafirma-se o compromisso com a gestão eficiente dos resíduos urbanos

+68 Novos Ecopontos

A iniciativa mencionada apresenta os seguintes indicadores: (i) número de ecopontos completos disponíveis; (ii) número de contentores indiferenciados isolados; (iii) número de equipamentos uniformizados com recolha por grua, com os quais se pretende obter os seguintes impactos positivos: (i) maior capacidade de deposição seletiva e incentivo à adequada deposição, (ii) aumento de eficiência na recolha de resíduos e iii) aumento da cobertura municipal.

Para o efeito, em 2025, efetivou-se a instalação de 68 novos ecopontos, tendo sido, simultaneamente, efetuada a substituição de equipamentos de recolha existentes, para recolha de carga superior (por grua).

- **Projeto de recolha seletiva porta-a-porta residencial**

O projeto de recolha porta-a-porta residencial, que foi iniciado em 2018, prevê a recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metal, vidro e orgânico, assim como de resíduos indiferenciados, predominantemente em habitações unifamiliares.



Em diversos momentos, nomeadamente em ações de alargamento do projeto, são realizadas campanhas de comunicação e sensibilização, com o objetivo de informar os munícipes sobre o modo de funcionamento do projeto e sensibilizá-los para uma correta separação dos resíduos. Atualmente, o projeto de recolha porta a porta residencial existe em zonas da área ocidental da cidade, tendo arrancado em abril o alargamento à zona oriental, através de uma candidatura a financiamentos do POSEUR.

O projeto de recolha porta-a-porta tem como indicadores o (i) número de aderentes e (ii) os quantitativos de recolha, por fluxo de resíduo.

No ano de 2025, o sistema do porta-a-porta residencial registou um aumento de 2% na quantidade total de resíduos recolhidos, contando, no final do ano com um total de 2 815 aderentes.

No ano de 2026 prevê-se um incremento substancial desta forma de recolha, com o alargamento a outras áreas da cidade e a respetiva formação e sensibilização dos munícipes abrangidos.

- **Projeto orgânico residencial**

O Projeto Orgânico é o projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos, inicialmente financiado no âmbito dos Avisos PO SEUR-11-2018-14, PO SEUR-11-2019-29, PO SEUR-11-2020-15 e CityLoops, que compreende a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura. Este projeto teve o seu início oficial em abril de 2019, tendo evoluído para uma rede de 740 contentores de proximidade para deposição de resíduos orgânicos até ao final de 2025.

Os principais indicadores deste projeto passam pelo número de aderentes, a cobertura da cidade ao projeto bem como as quantidades recolhidas, como se ilustram:

Indicador	Unidade	2025
Quantitativos recolhidos	Toneladas	864,83
Aderentes	Número	35 920,00
Nível de cobertura de serviço	Percentagem	65%



Rede de 740 Contentores Orgânicos

- **PAPERSU**

O Plano de Ação do Município do Porto para Gestão dos Resíduos Urbanos – PAPERSU 2022–2030, foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com parecer positivo da ERSAR e da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). Em setembro de 2024, o PAPERSU 2022-2030 foi aprovado pela Assembleia Municipal, por unanimidade.

O Plano de Ação tem como objetivo promover a implementação de medidas de prevenção da produção de resíduos, recolha seletiva de novos fluxos de resíduos e reforço da recolha dos resíduos orgânicos. Inclui também a dinamização de ações de suporte, destacando-se a realização de campanhas de sensibilização.

Promover a implementação de medidas de prevenção da produção de resíduos

Numa perspetiva geral, as novas metas definidas para 2030 traduzem-se na fixa-ção de percentagens mais exigentes de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, bem como na fixação de uma meta de captura seletiva de biorresíduos. Porém, são dezanove as medidas do plano de ação enquadradas em eixos como a prevenção, gestão dos recursos e operacionalização, cujas atividades se materializam ao longo do horizonte temporal previsto, com indicadores como (i) a expansão do serviço de recolha porta-a-porta residencial e biorresíduos e (ii) a quantidade de resíduos depositados, relativamente a vários fluxos. Por forma a permitir a aceleração da implementação das medidas preconizadas no PAPERSU, a Porto Ambiente submeteu e formalizou a candidatura ao aviso Norte 2030.

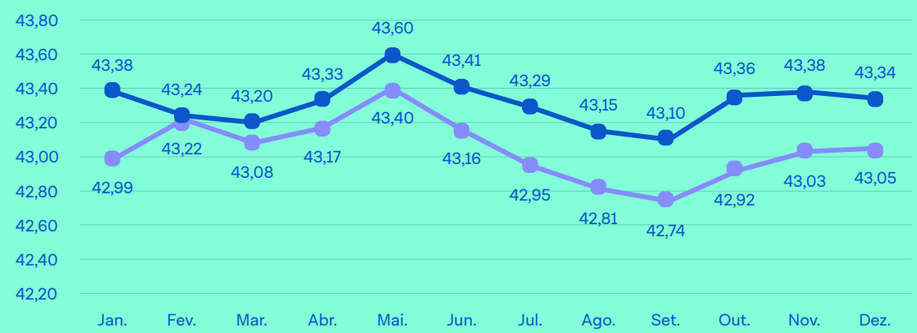
Promover a implementação de medidas de prevenção da produção de resíduos

No cômputo geral das ações e metas definidas, abaixo se apresentam os resultados obtidos pela área.

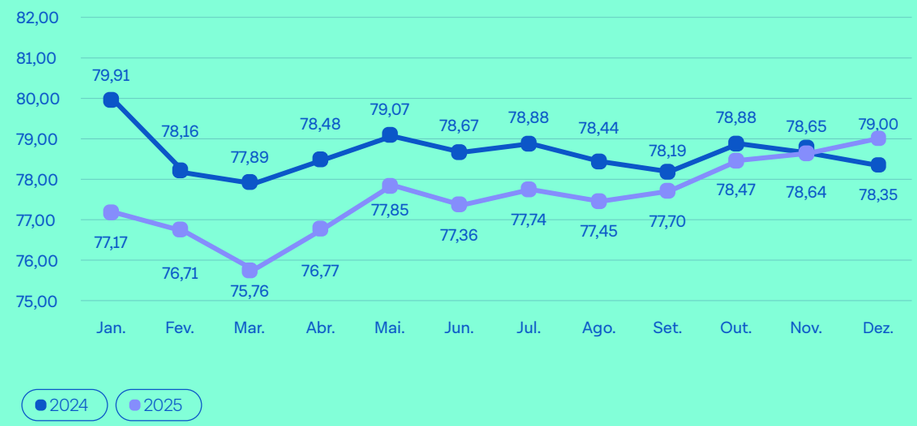
(i) Taxa de cumprimento das metas de recolha seletiva, em conformidade com os indicadores do plano de ação anterior.

Taxa de cumprimento das metas de recolha seletiva	31.12.2025	
	Objectivo	Resultado
Meta de preparação para reutilização e reciclagem	31,00%	43,05%
Meta de retomas com origem em recolha seletiva	61,00 Kg/hab/ano	79,00 Kg/hab/ano

(ii) Meta de preparação para reutilização e reciclagem em conformidade com os indicadores do plano de ação anterior.



(i) Meta de retomas com origem em recolhas seletiva





Indiferenciada

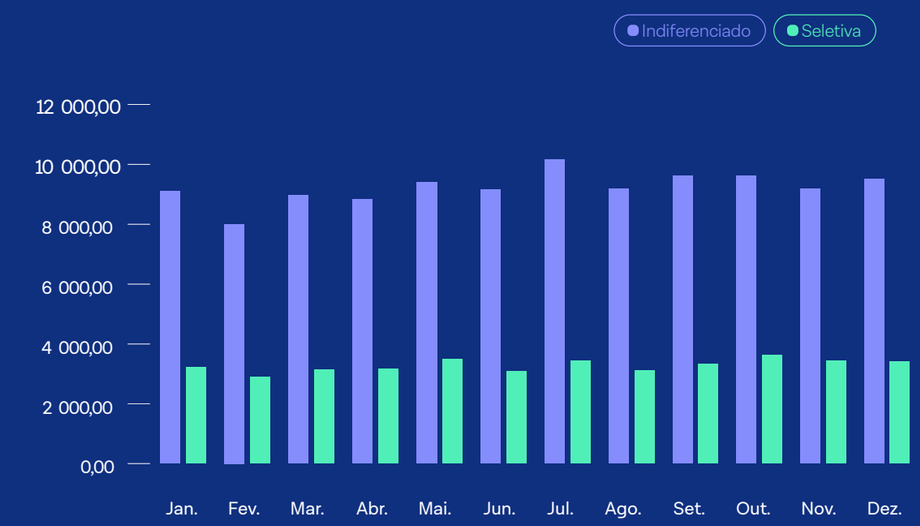
73,99%

Seletiva

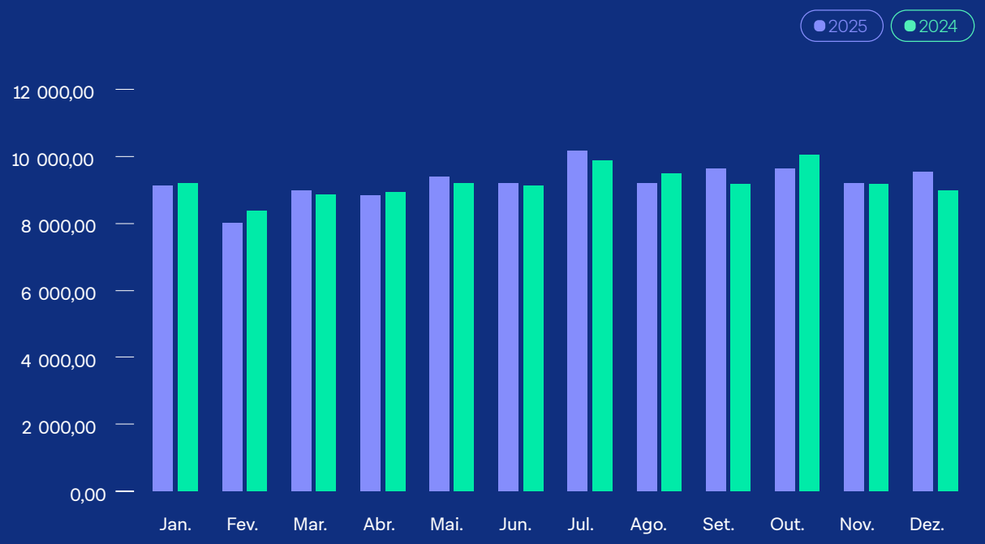
26,17%

Toneladas recolhidas
em **2025**

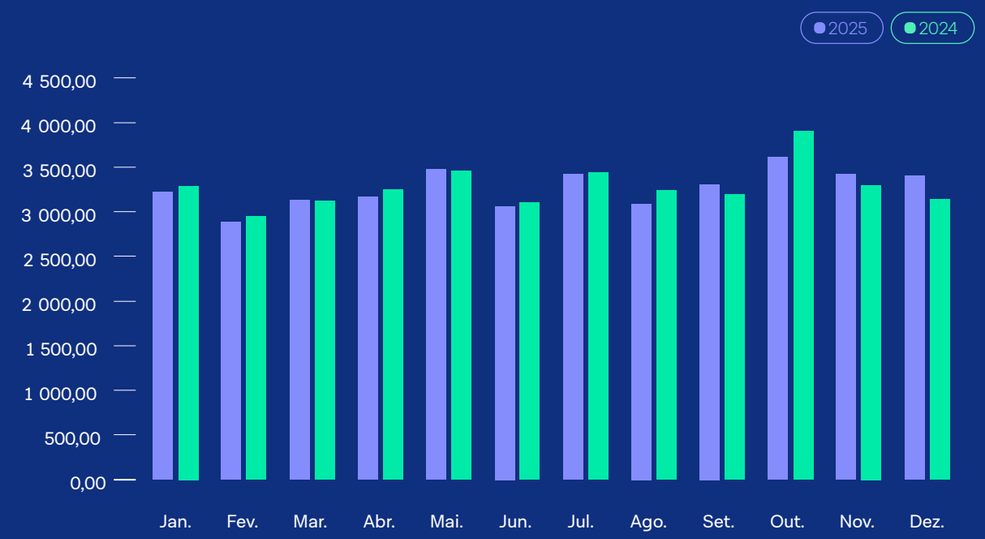
(iv) Comparativo de resíduos recolhidos, por mês, em 2025



(v) Comparativo de resíduos seletivos recolhidos relativamente ao ano anterior



(vi) Comparativo de resíduos seletivos recolhidos relativamente ao ano anterior



(vii) Encaminhamento de resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão

Em Percentagem

Encaminhamento de Resíduos Urbanos	2025	2024
Depósito em profundidade	0,59%	1,22%
Valorização Energética	73,26%	72,47%
Valorização Orgânica	7,27%	7,87%
Reciclagem Multimaterial	18,88%	18,44%
Total	**100,00%**	**100,00%**

E5-6

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

Quanto aos potenciais efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades associados com a utilização dos recursos e com a economia circular, sendo uma das prioridades da Porto Ambiente, reconhece-se o potencial desta gerar uma redução da quantidade de resíduos enviados para aterro, logo, uma redução de custos, e simultaneamente, promover a valorização de materiais recicláveis e a reutilização de recursos.

Contudo, a necessidade de investimentos iniciais em infraestruturas e tecnologias inovadoras, que podem impactar o orçamento da empresa, como foi exemplo a abertura, implementação e formação dos colaboradores do EcoPorto.

> Os bens gerados pelo EcoPorto são doados, e também pela contribuição daEmpresa para a sustentabilidade ambiental

Por outro lado, as oportunidades decorrentes deste investimento fortalecem a colaboração com parceiros locais, a criação de novos produtos por forma a contribuir para a sociedade, sendo que os bens gerados pelo EcoPorto são doados, e também pela contribuição da Empresa para a sustentabilidade ambiental.

Assim, a Porto Ambiente está comprometida em explorar e reforçar proativamente estas dinâmicas e ações, assegurando que as operações não apenas atendem às necessidades atuais, mas também contribuem para um futuro sustentável.

Limpeza do Espaço público

Com a introdução de 20 novos equipamentos de varredura, incluindo 12 varredoras elétricas e 8 compactas, despoletou-se o iniciou do planeamento de um novo serviço de varredura com testes realizados em várias zonas da cidade por forma a determinar as frequências e recursos adequados.

Em 2025, a Porto Ambiente continuou a trabalhar no compromisso em abordar as alterações climáticas, otimizar os recursos hídricos e promover a economia circular, através da inovação constante e da colaboração com a comunidade para garantir um espaço público limpo, sustentável e acolhedor para todos.

A otimização dos recursos e a procura na adoção de novas metodologias de varredura continuam a ser uma prioridade desta Direção e este trabalho resultou numa taxa de execução de 98,45% do que estava planeado, demonstrando a eficácia das iniciativas implementadas até ao momento.

24 457

Equipamentos Lavados

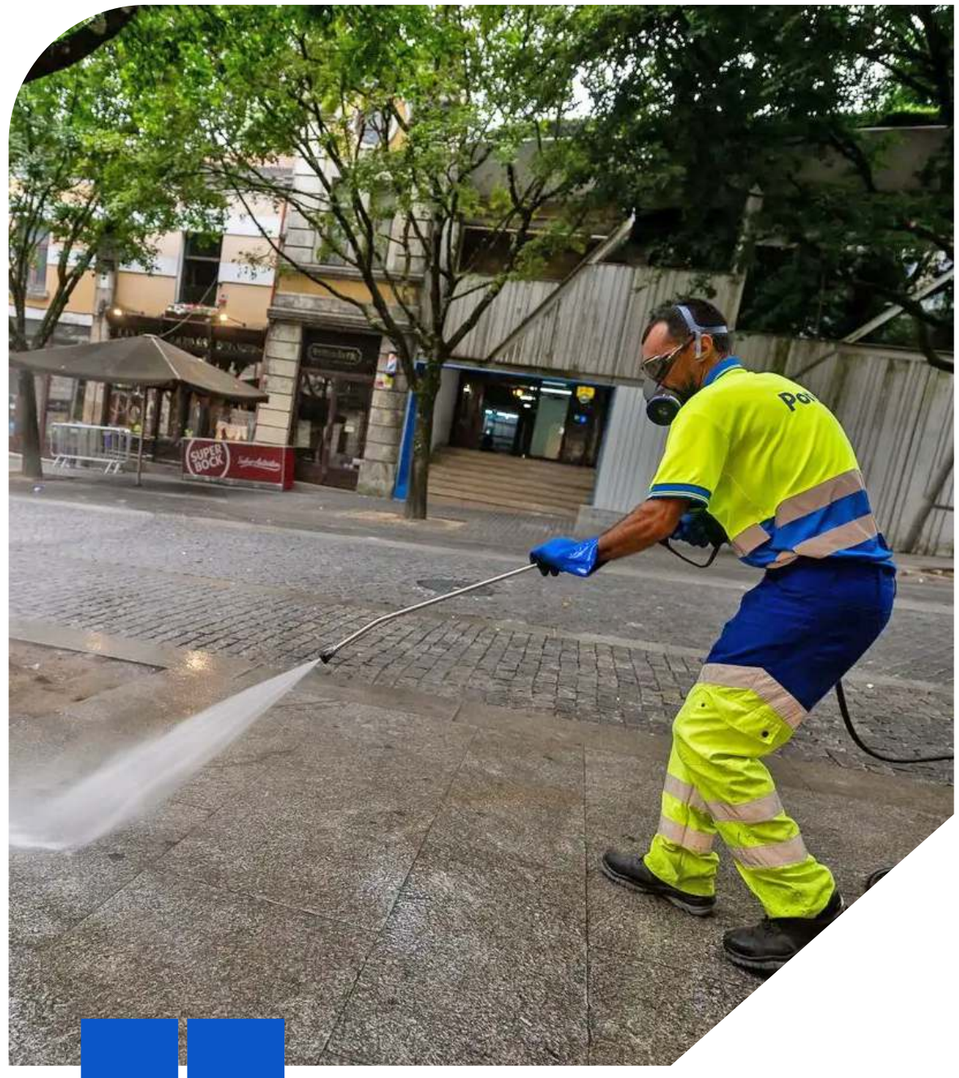
Alterações Climáticas

E1-1

PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

A adoção de varredura húmida, com recurso a água, ao invés dos tradicionais sopradores, em conjunto com as novas aquisições permite uma limpeza mecanizada e reforça a eficiência do serviço prestado para além de contribuir para a redução das emissões e resíduos.

Em 2025, foram lavados 24 457 equipamentos de deposição e respetivas áreas envolventes, dos quais 2 228 correspondem a papeleiras, embora tenha havido uma redução atribuída ao número de recursos humanos disponíveis. Este serviço é vital para manter a higiene e a funcionalidade dos espaços públicos.



Otimizar os recursos hídricos e promover a economia circular

Recursos Hídricos e Marinhos

E3-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-3

METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No que respeita à gestão de recursos hídricos, a Porto Ambiente deu um passo relevante na otimização do consumo de água, através da implementação de um programa de formação dirigido às equipas de lavagem, promovendo a utilização de água para reutilização (ApR) sempre que operacionalmente possível.

Contudo, ao longo de 2025, o abastecimento de ApR esteve suspenso desde o mês de fevereiro, em virtude de intervenções de manutenção na ETAR do Freixo, condicionando a sua utilização regular nas operações de lavagem.

Antecipando o reforço da utilização deste recurso no futuro, a Porto Ambiente submeteu à Agência Portuguesa do Ambiente um pedido de alteração do Título Único Ambiental (TUA), com vista a ficar habilitada a utilizar ApR na lavagem de equipamentos de deposição de resíduos — tanto em estaleiro como na via pública — bem como na lavagem de viaturas em estaleiro, encontrando-se o pedido atualmente a aguardar deferimento.

590m³
Água para Reutilização

Não obstante os constrangimentos registados, em 2025 foi consumido um total de 590m³ de água para reutilização, evidenciando o compromisso da Empresa com práticas de eficiência hídrica e economia circular.

Adicionalmente, manteve-se a colaboração com a Empresa Municipal Águas e Energia do Porto, que permitiu assegurar a limpeza de aproximadamente 36 mil órgãos de drenagem, contribuindo de forma determinante para a minimização do risco de inundações e para a proteção dos recursos hídricos locais.

No domínio do litoral, a operação de limpeza das praias foi reforçada, tendo resultado na recolha de 1 434 toneladas de sargaço. Esta intervenção contribui não apenas para a melhoria das condições de fruição balnear e da qualidade paisagística, mas também para a **preservação do equilíbrio ecológico das zonas costeiras,** promovendo um ecossistema marinho mais saudável.



E3-4

CONSUMO DE ÁGUA | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No âmbito das atividades de Limpeza do Espaço Público, o consumo total de água ascendeu a aproximadamente 6 164m³. Em linha com a estratégia de eficiência hídrica da Empresa, foi reforçada a capacitação das equipas operacionais de lavagem de alta pressão, preparando a transição progressiva para uma maior incorporação de água para reutilização (ApR) nas operações.

Com vista a ampliar o âmbito de utilização deste recurso, foi preparado um pedido de alteração do Título Único Ambiental (TUA) da Porto Ambiente, a submeter à Agência Portuguesa do Ambiente, permitindo alargar formalmente a utilização de ApR em diferentes contextos operacionais.

Paralelamente, a Empresa assegurou o cumprimento do plano de análises laboratoriais e dos procedimentos de desinfeção das viaturas de lavagem, garantindo os padrões de qualidade e segurança exigidos. Após a conclusão das intervenções de manutenção no sistema de abastecimento, prevê-se que a utilização de ApR venha a assumir um peso maioritário no consumo de água associado às viaturas de lavagem.

E3-5

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

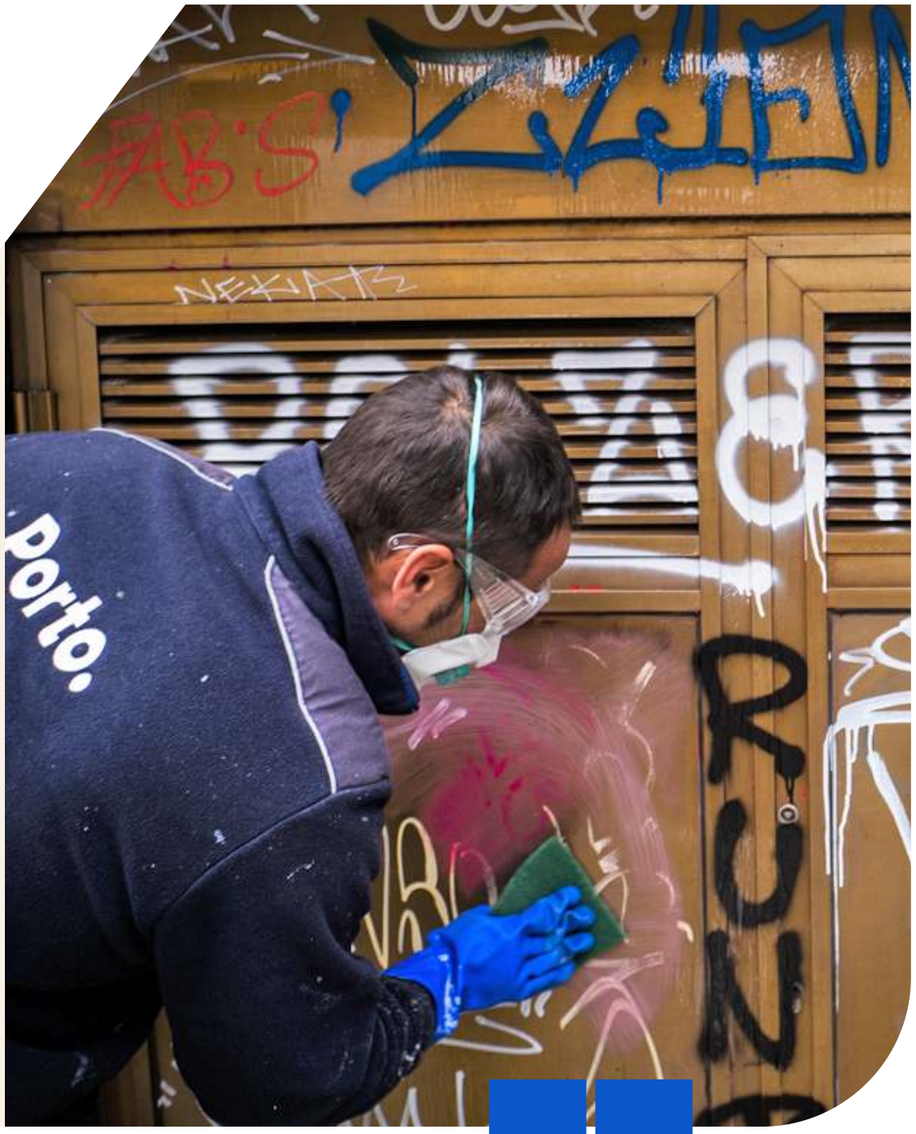
No que toca aos efeitos financeiros de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos da Limpeza do Espaço Público, ressalva-se a crescente pressão sobre os recursos hídricos, agravada pelas alterações climáticas e pela intensificação do turismo, que poderá resultar em custos elevados associados à gestão e implementação de medidas de sustentabilidade nas operações de limpeza, especialmente na época alta.

Por outro lado, a adoção de práticas inovadoras, como a utilização de veículos de limpeza mais ecológicos e compactos, minimiza os impactos ambientais e apresenta uma oportunidade de melhoria da satisfação dos cidadãos e turistas, através da eficiente limpeza das ruas bem como das praias.

A valorização dos ecossistemas marinhos e a promoção de praias limpas e seguras são fundamentais, não apenas para a saúde pública e o bem-estar da comunidade, mas também para o fortalecimento da imagem da cidade como um destino turístico sustentável. Assim, a **Porto Ambiente está comprometida em alinhar as operações de limpeza com os objetivos do Pacto do Porto para o Clima**, garantindo que a gestão dos recursos hídricos e marinhos seja integrada de forma eficaz nas atividades diárias.



1 434 toneladas
Sargaço Recolhidos



Investimento em soluções inovadoras em prol da eficiência da operação

Utilização dos Recursos e Economia Circular

E5-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-2

AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-3

METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-4

ENTRADAS DE RECURSOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-5

SAÍDAS DE RECURSOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No âmbito da economia circular, a Porto Ambiente lançou um projeto em parceria com a Electrão para a caracterização dos resíduos depositados nas papeleiras, revelando um impressionante potencial de reciclagem de cerca de 50%.

Esta iniciativa é fundamental para o desenvolvimento de novas metodologias, aumentando a reciclagem e reduzindo a quantidade de resíduos destinados à incineração.

Além disso, a equipa de limpeza de fachadas realizou 19 279 intervenções, utilizando sílica e pintura, promovendo um ambiente urbano mais limpo.

E5-6

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

Os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular na limpeza do espaço público constituem um aspeto essencial da estratégia da Porto Ambiente.

Não obstante não existirem efeitos financeiros previstos na limpeza do espaço público para além do investimento em soluções inovadoras em prol da eficiência da operação, as oportunidades surgem através da redução do consumo de água, onde a colaboração com a comunidade e a promoção de iniciativas de limpeza que envolvam os cidadãos fortalecem o sentimento de responsabilidade coletiva e ambiental. Desta forma, a empresa procurará maximizar os benefícios económicos e ambientais das suas operações, assegurando um futuro mais sustentável para a cidade.

19 279
Limpezas de fachadas

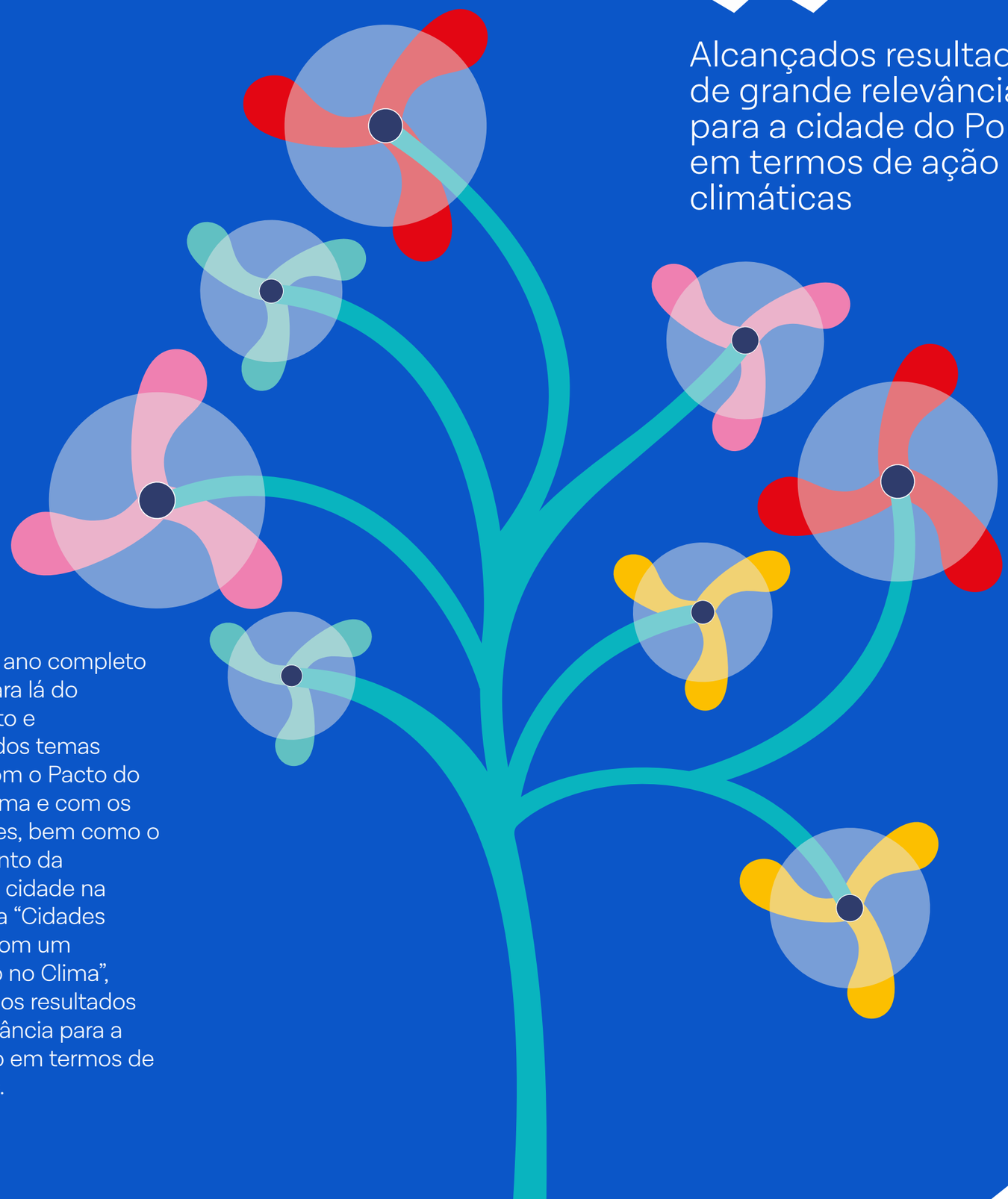
Pacto do Porto para o Clima

A neutralidade carbónica só pode ser abordada com sucesso através de intervenções transversais e multinível, desde o nível pessoal ao global, passando pelos níveis organizacional, local, regional e nacional.

Neste âmbito, a Porto Ambiente tem como objetivo a aplicação do seu conhecimento e da sua experiência acumulada para identificar as melhores soluções, aplicando os métodos e procedimentos que se mostrem técnica e legalmente mais adequados a alcançar os objetivos municipais e de interesse geral que subjazem ao Contrato-Programa.

O Porto tem vindo a implementar um conjunto de medidas que terá de continuar e aprofundar, acelerando a descarbonização em múltiplos setores e envolvendo diversos agentes da cidade. Essas medidas estão organizadas em dois grandes projetos que, apesar de distintos, concorrem para o mesmo objetivo comum: atingir a neutralidade carbónica até 2030.

Ambiental



Alcançados resultados de grande relevância para a cidade do Porto em termos de ação climáticas

Neste segundo ano completo de atividade, para lá do desenvolvimento e monitorização dos temas relacionados com o Pacto do Porto para o Clima e com os seus subscritores, bem como o acompanhamento da participação da cidade na Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto Neutro no Clima”, foram alcançados resultados de grande relevância para a cidade do Porto em termos de ação climáticas.

Alterações Climáticas

E1-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

O Porto assume um papel de liderança no combate às alterações climáticas com o firme compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2030 que é evidenciado através do envolvimento do Contrato Climático da Cidade, aprovado no âmbito da Missão Cidades e elaborado em colaboração com múltiplos stakeholders com o apoio da União Europeia, reconhecendo o Porto como um modelo a seguir em termos de sustentabilidade urbana.

Das várias iniciativas realizadas, destaca-se o envolvimento e reconhecimento da cidade na Missão Europeia "Cidades Inteligentes e com Impacto Neutro no Clima", cuja missão visa testar e implementar novos mecanismos para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, através de uma plataforma para partilhar experiências e boas práticas.

Neste contexto, ressalva-se que o Porto foi selecionado entre quase 400 candidaturas para integrar o restrito grupo de 100 cidades, reforçando o seu compromisso e trabalho para com a descarbonização.

Simultaneamente, o Pacto para o Clima do Porto procura proporcionar uma oportunidade para os cidadãos conhecerem as iniciativas de sustentabilidade concretas que têm vindo a ser implementadas na cidade.



Unidade de Fiscalização e Sensibilização

A Unidade de Sensibilização e Fiscalização procura sensibilizar e mobilizar a comunidade para a adoção de hábitos sustentáveis, demonstrando como pequenas ações individuais podem contribuir para a mitigação das alterações climáticas.

Mudança de hábitos e práticas, para tentar prevenir comportamentos indevidos

A fiscalização atua como uma ferramenta de divulgação, bem como de garantia do cumprimento do regulamento, enquanto a sensibilização tem sido consolidada e tem evoluído em prol da mudança de hábitos e práticas, para tentar prevenir comportamentos indevidos e alterar mentalidades e ideias feitas dos munícipes, clientes e outras entidades, procurando capacitar cada cidadão como um agente de mudança, envolvendo a cidade na melhoria da limpeza do espaço público e gestão dos resíduos urbanos.

No decorrer do ano de 2025, a Unidade de Fiscalização e Sensibilização apresentou resultados positivos, conforme se demonstra na tabela seguinte:

Unidade de Fiscalização e Sensibilização	2025		
	Planeado	Execução	Desvio
Processos de Sensibilização e Fiscalização	3 500	3 580	102,29%
Processos de Formação de Sensibilização Ambiental	280	307	109,64%
Total de Ações de Sensibilização	5 500	5 600	101,82%
Número de pessoas sensibilizadas	15 000	14 000	93,33%



8. Social

ESRS 2 SBM-3

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E A SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIOS

Em termos sociais, relativo à estratégia e modelo de negócio, a Porto Ambiente identificou os seguintes riscos e oportunidades:

Oportunidades

S1

- Implementação de um modelo de gestão de talento (por forma a reter talento e capacitar os funcionários)
- Gestão aberta (promoção do espírito de equipa, criatividade e comunicação aberta)

S2

- Compras e parcerias sustentáveis
- Melhoria dos procedimentos internos e criação de diretrizes em conformidade com as melhores práticas

S3|S4

- Melhoria da qualidade e gestão do serviço (via feedback)
- Educação pública (através dos programas de sensibilização para malhar conhecimento)
- Fortelcimento dos laços com a comunidade

Riscos

S1

- Retenção de talento (taxa de rotação elevado, com impacto financeiro)
- Modelo de gestão de talento (políticos assentes no desenvolvimento e meritocracia via avaliação do desempenho, com impacto nas operações e financeiro)

S2

- Condições de trabalho (relacionamento com fornecedores que incumprem as normas)
- Redução de potenciais fornecedores (através de imposição de cláusulas e auditorias)

S3|S4

- Aderência de formação (com impacto nos recursos financeiros afetos)
- Responsivo de aos questionários (baixo responsividade apenas permitirá averbar condicionalmente o serviço prestado)
- Gestão de expectativas (relativo perceção de valorização, sendo mais propicio quando os serviços não ocorrem)

Recursos Humanos

S1-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

Na Porto Ambiente, os colaboradores demonstram um empenho e sentido de serviço público inigualáveis.

S1-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

S1-2

PROCESSOS PARA DIALOGAR COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA E COM OS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES SOBRE IMPACTOS

S1-3

PROCESSOS PARA CORRIGIR OS IMPACTOS NEGATIVOS E CANAIS PARA A PRÓPRIA MÃO DE OBRA EXPRESSAR PREOCUPAÇÕES

S1-4

TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

A Empresa, através do modelo de gestão implementado, promove uma comunicação aberta e transparente com o intuito de valorizar todos os contributos e, bem assim, mitigar os possíveis impactos e riscos decorrentes das especificidades da atividade e dos serviços prestados.

> Mudança de hábitos e práticas, para tentar prevenir comportamentos indevidos

Para o efeito e designadamente, realiza-se anualmente um inquérito do clima organizacional, existindo ainda um canal próprio, designado “Quiosque”, para sugestões, denúncias e outros pedidos.

S1-1

POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

S1-4

TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

S1-5

METAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DOS IMPACTOS MATERIAIS NEGATIVOS, A PROMOÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS

Desenvolvimento **de carreira**

Sistema de Avaliação de Desempenho
No decorrer de 2025, foi iniciado o desenvolvimento do sistema de avaliação de desempenho a ser implementado no decorrer de 2026.

Diversidade e Inclusão

Em conformidade com o número 2 do artigo 5.º da Lei n.º 4/2019, a empresa deve integrar um número não inferior a 2% de trabalhadores com deficiência ao serviço.

Segurança e Saúde no Trabalho

De acordo com os índices de Classificação da OMS

Atendendo ao caráter predominantemente operacional das suas atividades, que implicam trabalho físico intensivo e interação constante com viaturas e equipamentos pesados, a Porto Ambiente apresenta um risco inerente mais elevado de ocorrência de incidentes. Neste contexto, a Empresa tem reforçado a implementação de medidas de prevenção e mitigação, cuja avaliação demonstra resultados positivos, evidenciando o compromisso contínuo com a segurança dos trabalhadores e de terceiros.

Plano de Formação

Cumprimento da taxa de execução do plano de formação anual

A Porto Ambiente apresenta uma taxa de execução de 73%, sendo que é importante ressalvar que, por vezes, existem fatores externos, como por exemplo formandos mínimos nas turmas, que poderão condicionar a prestação de serviços

Absentismo

Taxa de absentismo inferior ou igual a 7%
A Porto Ambiente apresenta uma taxa de absentismo de 6,52%.

6,52%



Satisfação global do funcionário

Avaliação do clima organizacional com resultados superiores a 75%
A avaliação do clima organizacional efetuada em 2025 traduziram uma elevada satisifação global com a Porto Ambiente, por parte dos colaborares, sendo que 93% apresentam resultados positivos.



75%
colaboradores satisfeitos



Com as políticas supra, cujas metas se apresentam maioritariamente positivas e através de um conjunto de benefícios adicionais como o seguro de saúde para funcionários com contrato sem termo, voucher de apoio à parentalidade, entre outros, a **Porto Ambiente visa reter talento situando-se a rotatividade no ano de 2025 em cerca de 17%.**

S1-6

CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA EMPRESA

S1-7

CARACTERÍSTICAS DOS NÃO ASSALARIADOS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA DA EMPRESA

S1-9

MÉTRICAS DE DIVERSIDADE

No que respeita às características dos trabalhadores e métricas de diversidade, apresenta-se os seguintes indicadores:

. Número de colaboradores por categoria profissional

Categoria Profissional	Número de Colaboradores 2025	2024
Administrador executivo	2	2
Diretor	6	5
Coordenador	6	7
Assessor Jurídico da Administração	2	1
Outros técnicos superiores	25	22
Secretária do Conselho de Administração	1	1
Administrativo	12	15
Carreira Técnico	31	20
Operação de Gestão de Resíduos Urbanos		
Encarregado Operacional Geral	2	2
Encarregado Operacional	14	13
Chefe de equipa	1	1
Assistente Operacional - Motorista	97	91
Assistente Operacional - Cantoneiro	246	232
Operação de Limpeza do Espaço Público		
Encarregado Operacional Geral	2	2
Encarregado Operacional	10	12
Chefe de equipa	14	11
Assistente Operacional - Motorista	21	22
Assistente Operacional - Cantoneiro	267	257
Total	**759**	**716**

. Número de colaboradores por tipo de contrato

Tipo de Contrato	Número de colaboradores 2025	2024
Contrato de gestão	2	2
Contrato individual de trabalho	694	640
Cedência de interesse público	63	74

. Número de colaboradores por vínculo contratual

Vinculo Laboral	Número de colaboradores 2025	2024
Indeterminado	523	501
Certo/Incerto	236	215

. Número de colaboradores, por género e idade

2025 Idade dos quadros superiores	Número de colaboradores Masculino	Feminino	Percentagem Masculino	Feminino
< 30	97	12	12,80%	1,58%
30 > 50	328	38	43,27%	5,01%
> 50	269	14	35,49%	1,85%

. Número de colaboradores, por idade e regime assalariado ou não assalariado, sendo que, na Porto Ambiente, todos os trabalhadores são assalariados.

Tipo de Colaborador	Número de colaboradores 2025	2024
Masculino	694	659
Feminino	65	57

. Absentismo registado

Absentismo	2025	2024
Absentismo	6,52%	6,54%

. Número de colaboradores, por idade e regime assalariado ou não assalariado, sendo que, na Porto Ambiente, todos os trabalhadores são assalariados.

	Número de colaboradores	
Flutuação de colaboradores	**2025**	**2024**
Número de entradas	208	149
Número de saídas	164	143
Volume de Negócios/Trabalhador	28 817,89	27 680,29

S1-8

COBERTURA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DIÁLOGO SOCIAL

Relativamente à negociação coletiva e ao diálogo social, nenhum colaborador da Porto Ambiente é abrangido por convenções coletivas de trabalho, porém, o Conselho de Administração reúne, quando necessário, com os sindicatos e trabalhadores.

O Conselho de Administração reúne, quando necessário, com os sindicatos e trabalhadores

S1-10

SALÁRIOS ADEQUADOS

S1-11

PROTEÇÃO SOCIAL

No âmbito da proteção social e dos salários adequados, todos os colaboradores são abrangidos pelo sistema de Segurança Social ou, no caso dos funcionários em cedência de interesse público, pela Caixa Geral de Aposentações, e são remunerados com, no mínimo, o salário mínimo nacional estabelecido. Além do exigido legalmente, os trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado têm um seguro de saúde oferecido pela Empresa.

S1-9

MÉTRICAS DE DIVERSIDADE

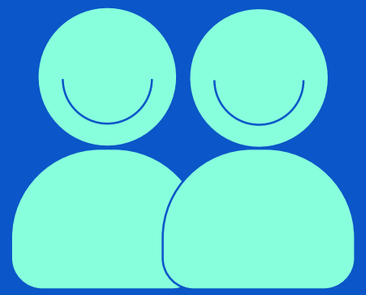
S1-12

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em conformidade com o número dois do artigo 5.º da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, que define as quotas de emprego para pessoas com incapacidade 60%, as grandes empresas devem admitir trabalhadores que se inscrevam neste âmbito, em número não inferior a 2%.

A Porto Ambiente, apesar dos esforços desenvolvidos e da captação de talento orientado para este domínio, tem enfrentado dificuldades acrescidas no cumprimento integral do disposto, em virtude das especificidades do seu perfil operacional. Cerca de 90% dos seus colaboradores desempenham funções operacionais de terreno, frequentemente associadas à condução de veículos pesados e à operação de equipamentos urbanos especializados, atividades que exigem elevados níveis de aptidão física, robustez funcional e cumprimento rigoroso de requisitos de segurança. Neste contexto, determinadas limitações funcionais podem representar fatores acrescidos de vulnerabilidade a lesões profissionais, quer para os próprios trabalhadores, quer para terceiros, impondo uma análise particularmente prudente na afetação de funções.

Não obstante estes constrangimentos estruturais, a Empresa mantém a ambição e o compromisso de prosseguir o percurso delineado, reforçando gradualmente as condições internas necessárias ao cumprimento do objetivo estabelecido, de forma responsável, inclusiva e compatível com a sua missão de serviço público e com os princípios de segurança e proteção dos trabalhadores.



90%

colaboradores são operacionais

S1-13

MÉTRICAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Métricas de formação e desenvolvimento de competências

Formação	Unidades	Total
Tipo de formação		930
Formação Interna	Nº de Formações	775
Formação Externa		155
Formandos	Nº de Formandos	737
Volume de Horas		18 362
Volume de Horas na Formação Interna	Nº de Horas	11 704
Volume de Horas na Formação Externa		6 658

S1-14

MÉTRICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA

O compromisso com a segurança e saúde no trabalho é uma constante e, como tal, após internalização do serviço de medicina do trabalho, a Porto Ambiente aposta na proteção e a promoção da saúde nos locais de trabalho, promovendo atividades neste âmbito

Neste âmbito, foram realizados 1 173 exames médicos, abrangendo admissões, exames periódicos e ocasiões específicas, **além de 3 311 exames complementares de diagnóstico.**

A Empresa garante a segurança dos colaboradores através da entrega de fardamento e Equipamento de Proteção Individual (EPI), com a distribuição total de 114 521 unidades, das quais 4 881 unidades de fardamento de alta-visibilidade e 1 158 pares de botas de proteção.

1173 Exames médicos

A área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) promoveu quase 773 horas de formação interna sobre diversos temas, incluindo saúde e segurança no trabalho, primeiros socorros, manuseamento de produtos químicos e gestão de emergências, além das 428 visitas aos postos de trabalho para monitorização das práticas de segurança.

Durante o ano, são elaborados relatórios de análise de causas relacionadas com acidentes de trabalho, que resultam na implementação de medidas preventivas.

A colaboração da área de SST com outras áreas da Porto Ambiente é crucial para otimização de métodos, organização do trabalho e bem-estar de todos os colaboradores.

S1-15

MÉTRICAS DE EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PRIVADA

A Porto Ambiente promove um conjunto alargado de iniciativas orientadas para o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos seus colaboradores, indo além do estritamente previsto no enquadramento legal aplicável.

Em 2025, todos os trabalhadores que reuniram os requisitos legais beneficiaram do direito a licença para assistência à família, assegurando-se o pleno cumprimento deste direito e a necessária conciliação entre responsabilidades profissionais e familiares.

Adicionalmente, a Empresa disponibiliza, através do seu portal interno, informação atualizada e de f**ácil acesso relativa ao regime legal da parentalidade e aos direitos associados**, promovendo o conhecimento, a transparência e o apoio aos colaboradores neste domínio.

S1-16

MÉTRICAS DE REMUNERAÇÃO (DISPARIDADE ALARIAL E REMUNERAÇÃO TOTAL)

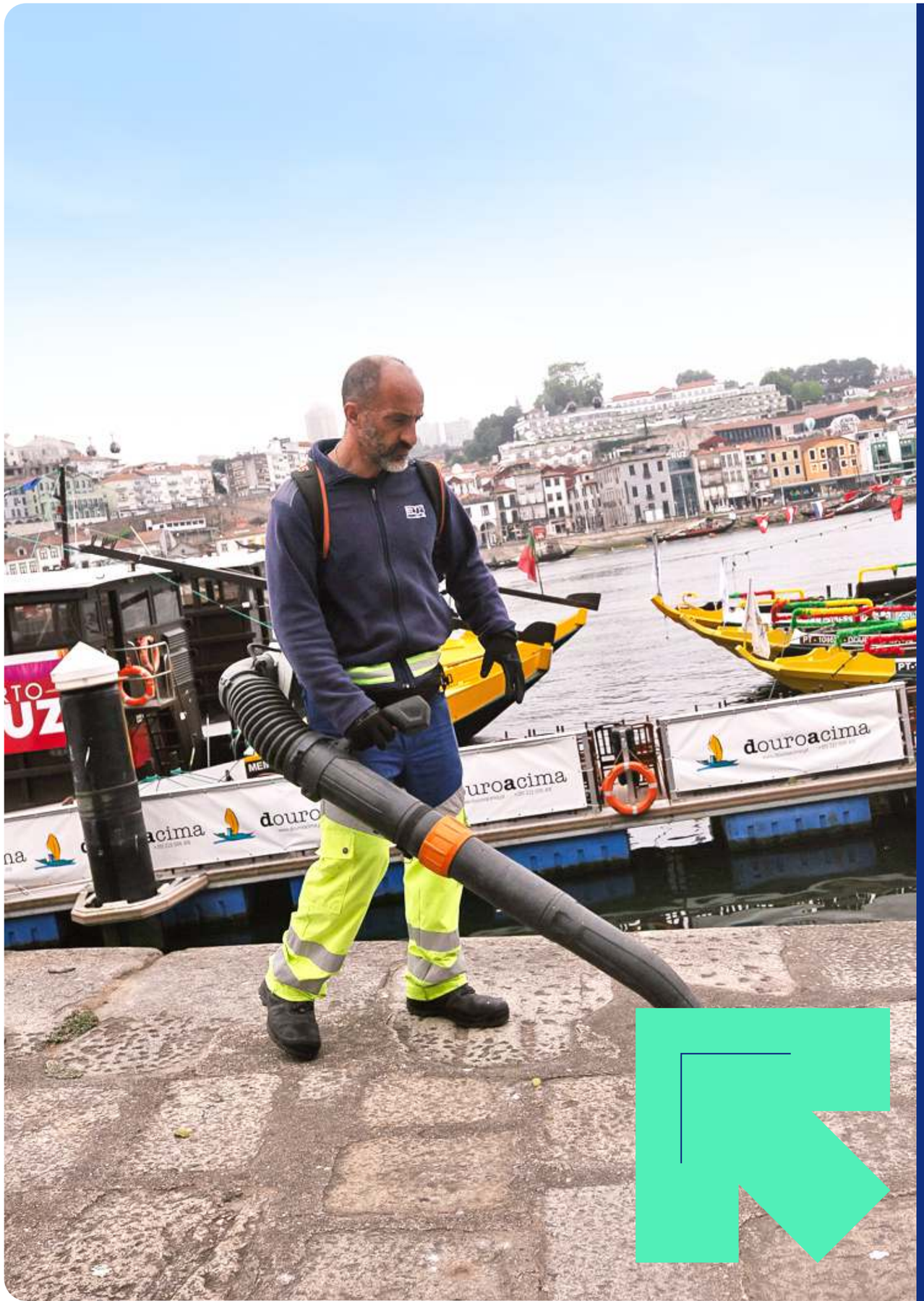
No âmbito da transparência promovida, a Empresa aplica aos seus colaboradores a tabela salarial equiparada à função pública, e no aplicável, ao Município do Porto, estando assim mitigados os riscos de disparidade salarial.

S1-17

INCIDENTES, QUEIXAS E GRAVES IMPACTOS E INCIDENTES DE DESRESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS

Além disso, no decorrer de 2025, não se registaram quaisquer incidentes ou queixas relativas ao desrespeito dos direitos humanos.

A Empresa aplica aos seus colaboradores a tabela salarial equiparada à função pública



9.

Políticas, Cultura e Ética Empresarial

G1-1

POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL

A Porto Ambiente materializa na sua cultura elevados padrões de ética e de conduta nos comportamentos internos e externos, fundamentados no Código de Ética e Conduta, cuja gestão é feita pelo Departamento Jurídico, um órgão independente que conta com o total apoio do Conselho de Administração.

Reconhecendo a importância da transparência e da integridade na cultura empresarial, a Porto Ambiente estabelece mecanismos robustos para a identificação, comunicação e investigação de comportamentos ilícitos ou contrários ao seu código de conduta. Assim, promove-se um ambiente seguro para a comunicação de preocupações, considerando as contribuições de partes interessadas internas e externas.

De forma a proteger os denunciantes, foram criados canais internos de denúncia de irregularidades, incluindo a designação de pessoal qualificado para receber e tratar as denúncias, garantindo a inexistência de retaliação, em conformidade com a legislação aplicável que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937.

Adicionalmente, a Porto Ambiente dispõe de procedimentos para a investigação de incidentes de conduta empresarial, incluindo corrupção e suborno, assegurando investigações rápidas, independentes e objetivas.



A Porto Ambiente materializa na sua cultura elevados padrões de ética

G1-1

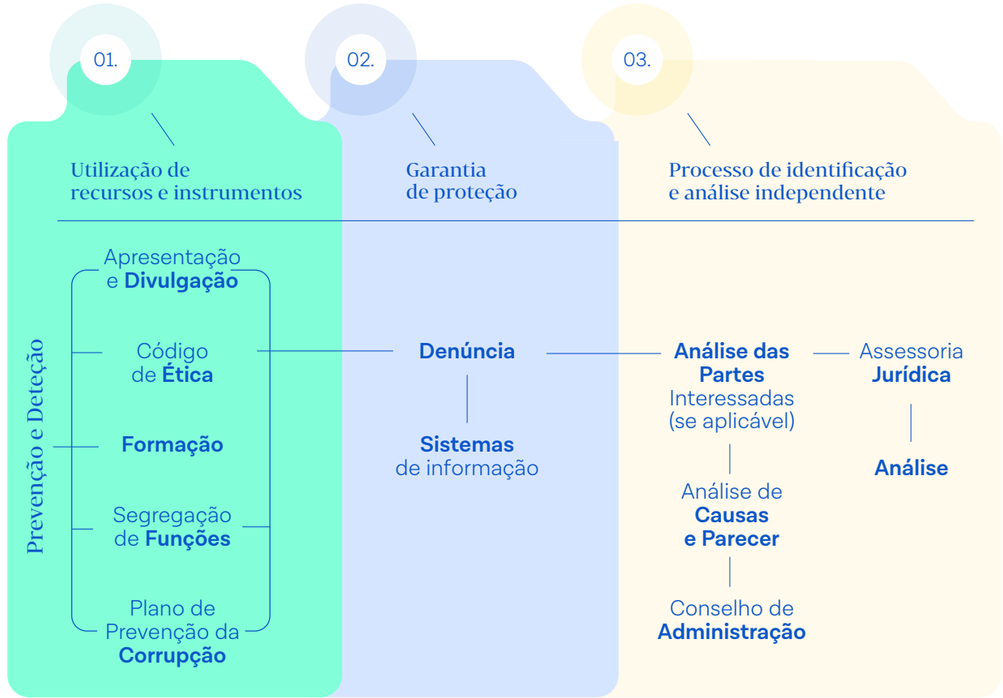
POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL

G1-3

PREVENÇÃO E DETEÇÃO DE CORRUPÇÃO E SUBORNO

Quanto à conduta empresarial, prevenção e deteção de corrupção e suborno, a Porto Ambiente detém instrumentos para a sua mitigação, nomeadamente o Plano de Prevenção da Corrupção e o Código de Ética, sendo estas políticas divulgadas a todos os colaboradores, quer no site público, quer no "Quiosque" interno, bem como na apresentação da Empresa aquando da entrada de novos colaboradores.

Para melhor análise, abaixo se apresenta o fluxograma dos procedimentos da Empresa, quanto a este tema.



G1-4

INCIDENTES DE CORRUPÇÃO OU SUBORNO

Em 2025, não foram registados casos de corrupção ou suborno.

G1-5

INFLUÊNCIA POLÍTICA E ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE

A Porto Ambiente não exerce qualquer influência política através de donativos ou outros meios de contribuição, assegurando a independência e integridade desta empresa municipal.



10.

Contratação Pública

946 Contratos Públicos

A Porto Ambiente materializa na sua cultura elevados padrões de ética

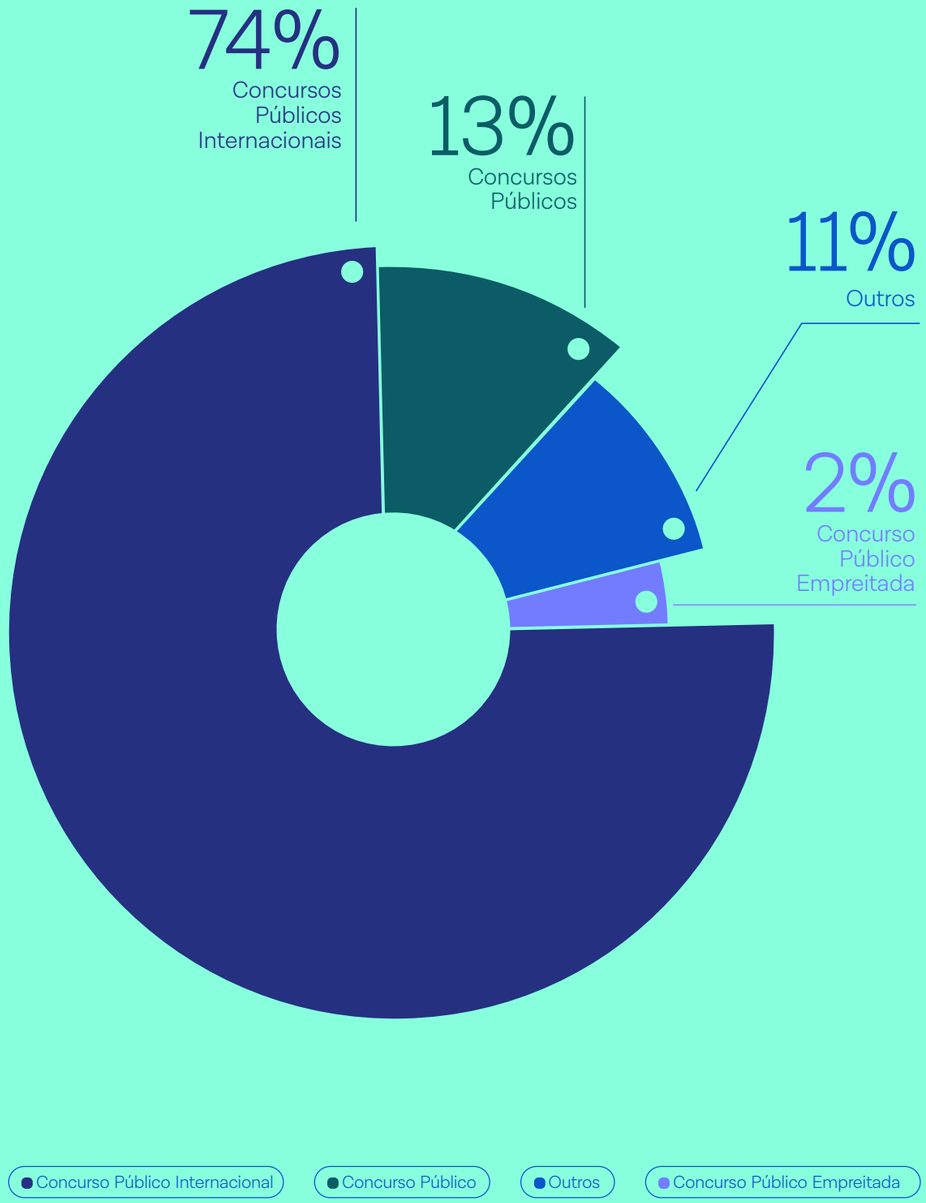
A Porto Ambiente está, por regra, sujeita, às regras gerais da concorrência nacionais e europeias, encontrando-se vinculada ao cumprimento das disposições aplicáveis em matéria de contratação pública, em conformidade com a os artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A sujeição da Empresa às regras da contratação pública decorre especificamente da sua natureza de empresa local, caracterizada como entidade adjudicante e como contraente pública, para efeitos da aplicação do regime no Código dos Contratos Públicos, bem como à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e ao controlo financeiro.

Em 2025, foram despoletados 946 procedimentos pré-contratuais, instruídos nos termos e em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos, totalizando um montante de 19 834 402,73 Euros, expurgando o valor relativo à contratação excluída da parte II do CCP e excluído do âmbito de aplicação, cujas adjudicações se caracterizem da seguinte forma:

Tipologia de procedimentos

Expurgando os contratos excluída para parte II do CCP e excluídos do âmbito de aplicação)



19 834 402,73€

Montante dos Contratos Públicos

Ações, Metas e Resultados das Compras e Aprovisionamento

Numa ótica de melhoria contínua, a unidade de Compras e Aprovisionamento reúne um conjunto de ações e metas com recurso à definição de métricas mensuráveis, cujos resultados se apresentam de seguida.

Objetivo	Indicador	Iniciativa	Resultados
Compras Sustentáveis	ECO 360 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023	Implementação do plano de ação definido para os objetivos estratégicos	62,53%
	Indicadores de Cumprimento estratégico	ICE 1 - Preço dos contratos celebrados no âmbito do Procurement Sustentável	43,00%
		ICE 2 - Número de contratos celebrados no âmbito do Procurement Sustentável	5,55%
	KPI(s)	Indicador 1 - Procedimentos pré-contratuais lista PA e ENCPE2020	65,97%
		Indicador 2 - Montante financeiro lista PA e ENCPE2020	
Qualidade de produto / serviços	Índice de qualidades dos fornecedores (IQF)	Avaliação semestral e anual	93,94%
Fontes de financiamento	Número de candidaturas submetidas	Número de candidaturas submetidas	3,00
	Número de candidaturas aprovadas	Número de candidaturas aprovadas	6,00
Organização de Armazéns	Reorganização física dos armazéns da Porto Ambiente	Aplicação da metodologia kaizen	5,00
Promoção de procedimentos contínuos	Identificação de procedimentos concursais	Levantamento histórico relativo a 2024	21,00
Atualização de competências técnicas	Avaliação da eficácia da formação	Avaliação global	91,60%
Implementação Kaizen Compras	Grau de execução do plano ação kaizen	Sexta(s)-feira(s) kaizen (15 em 15 dias)	53,54%
Identificação de necessidades - Cliente	Grau de satisfação do cliente interno	Inquérito de satisfação	94,95%

Relação com Fornecedores

G1-2

GESTÃO DAS RELAÇÕES COM OS FORNECEDORES

No âmbito do processo de melhoria contínua com os fornecedores, privilegia-se um acompanhamento sistemático do qual surge uma avaliação, cujos critérios são, designadamente:

- Qualidade, isto é, a avaliação da conformidade do bem/serviço com os requisitos aplicáveis no momento de receção do bem ou da conclusão da realização do serviço;
- Prazo, onde de verifica a adequabilidade dos prazos praticados e/ou o grau de cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Cumprimento dos requisitos administrativos em que confere o cumprimento da indicação do número de requisição na fatura.

Em 2025, foram avaliados 387 fornecedores, dos quais 101 fornecedores foram também avaliados no âmbito do Índice de Qualidade de Fornecedores - 26% - resultando, 85,15 % em aprovações.

De acordo com as disposições de ordem ambiental no Código dos Contratos Públicos, a sustentabilidade constitui um dos priNcípios gerais a observar na formação e execução dos contratos públicos. Desta feita, a Porto Ambiente tem implementado critérios sociais e ambientais para a seleção de fornecedores em alinhamento com a sustentabilidade, designadamente: económicas – como preço, qualidade, disponibilidade e funcionalidade –, ambientais – com consideração no ciclo de vida, transporte e embalagens utilizadas –, sociais – com condições de trabalho, formação dos colaboradores, assinatura e implementação do Código de Conduta para Fornecedores da Porto Ambiente – e, circularidade – reparação e reciclagem.



Compras Públicas Ecológicas – ECO360

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, que aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030, designada por ECO360, visa alavancar a reforma ecológica por forma a conferir à administração pública um papel preponderante na transição para uma economia ambientalmente mais sustentável, competitiva e resiliente.

No alinhamento com a otimização e sustentabilidade das compras e aprovisionamento da Porto Ambiente, são apresentados supra os objetivos, indicadores e cumprimento de metas de 2025.

A Porto Ambiente materializa na sua cultura elevados padrões de ética



Práticas de Pagamento

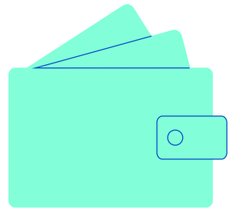
G1-6

PRÁTICAS DE PAGAMENTO

As práticas de pagamento são acordadas bilateralmente entre o fornecedor e a Porto Ambiente através do preenchimento da ficha de fornecedor, disponibilizada pelo departamento de Compras e Aprovisionamento aquando da adjudicação, tendo em consideração o cumprimento do disposto no artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, especialmente o número três e quatro do referido, sendo que são excecionais os casos em que é definido um prazo de pagamento a 60 dias.

A Porto Ambiente apura o prazo médio de pagamentos com referência à data de emissão da fatura, tendo registado, em 2025, 79,66% de pagamentos efetuados dentro do prazo. Do total de 7 040 pagamentos a fornecedores, 1 190 ocorreram após o vencimento, com um atraso médio de 64 dias.

Importa salientar que parte dos pagamentos aqui considerados como atrasados, resulta de situações técnicas ou documentais, nomeadamente faturas que não reúnem os requisitos formais exigidos ou que não cumprem o previsto contratualmente, designadamente em matéria de faturação eletrónica. Nestes casos, os pagamentos ficam temporariamente suspensos até à respetiva regularização, circunstância que se encontra a penalizar negativamente o cálculo do indicador.



79,66%

Pagamentos efetuados dentro do prazo

Mantendo o compromisso de melhoria contínua, a Empresa prossegue o reforço dos seus procedimentos internos e do diálogo com fornecedores, visando a progressiva otimização deste desempenho.

Sendo os prazos definidos bilateralmente, no que concerne às pequenas e médias empresas estas optam, geralmente, por prazos de vencimento mais curtos por questões de gestão de tesouraria e, como tal, todo o processo de entrada, validação e conferência de documentos é efetuado da forma mais célere possível.

Fontes de Financiamento - Projetos

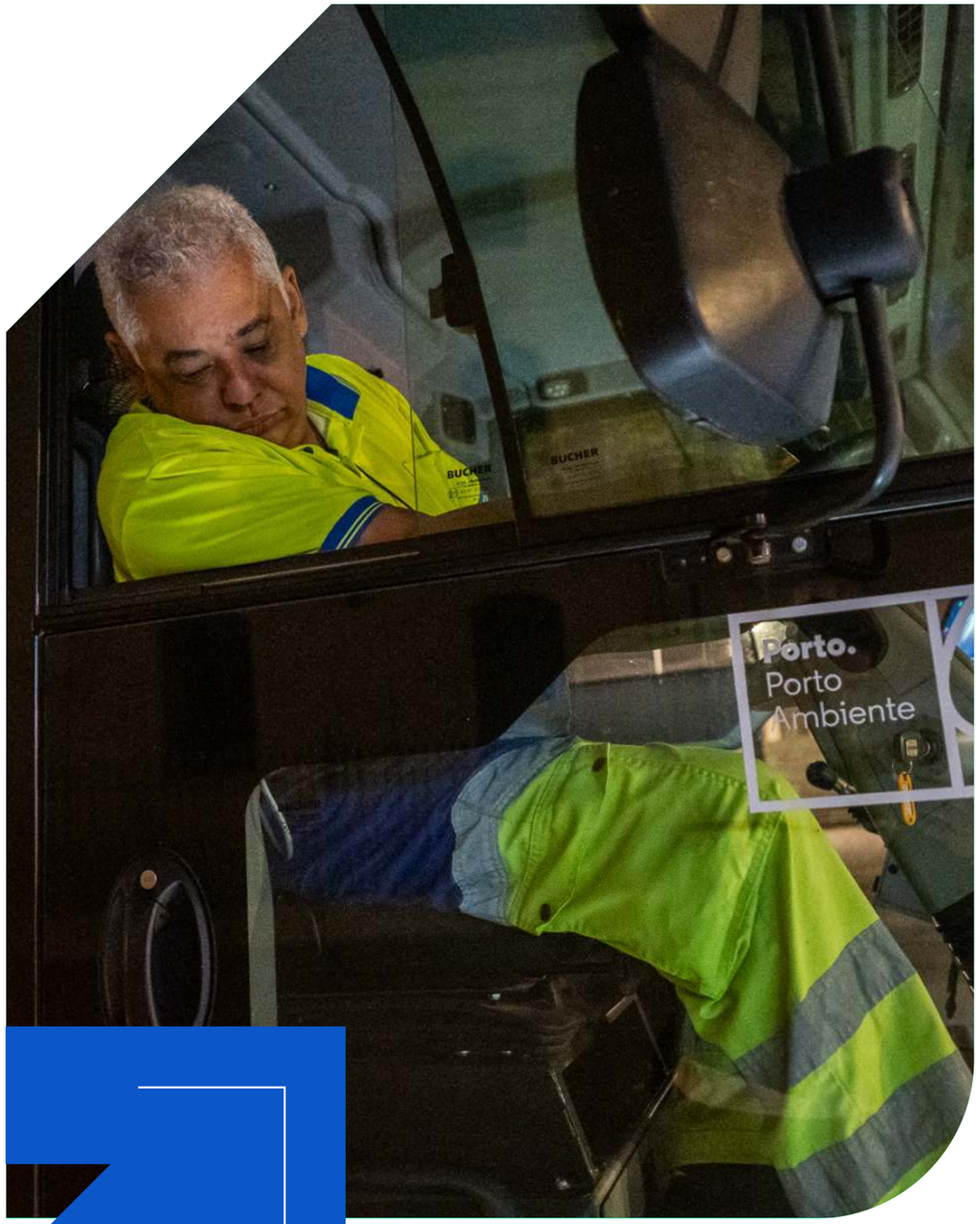
- **Projeto "Wake Up! – Wider approach to keep engaged citizens on sustainable urban policies"**

A Porto Ambiente é um dos parceiros do consórcio responsável pelo desenvolvimento e implementação do projeto, inserido na iniciativa NetZeroCities, com o objetivo de acelerar a transição das cidades para a neutralidade carbónica até 2030. O projeto é liderado pelo Município do Porto e abrange cinco áreas de intervenção: Água, Energia, Mobilidade/Transporte, Alimentação e Resíduos.

Com o objetivo de disponibilizar um aplicativo móvel e uma plataforma web, onde os cidadãos que se inscreverem no "Cartão Porto." poderão aderir a diversos domínios de sustentabilidade. Os participantes terão acesso a informações sobre o impacto de seus comportamentos nas áreas mencionadas, bem como a conteúdos pedagógicos relacionados com o aconselhamento climático, permitindo a adoção de práticas que contribuam para a redução da sua pegada ambiental.

O prazo de execução teve início em 1 de maio de 2024 e termina a 30 de junho de 2026.

> Uma plataforma web, onde os cidadãos que se Inscreverem no "Cartão Porto."



Porto Lisboa Guimarães

• A+ Class – Alliance for climate leadership for actionable sustainability solutions

O programa Enabling City Transformation, dotado de um financiamento de 22,8 milhões de euros pelo Horizonte Europa, visa apoiar as Cidades Missão na superação de desafios sistémicos para a ação climática. Este foi inspirado no programa Pilot Cities (cujo envolvimento do Porto é através do projeto "WAKE UP!") onde, durante os 18 meses de duração, o programa é acessível apenas às Cidades Missão e procura soluções inovadoras e replicáveis para acelerar o desenvolvimento urbano sustentável.

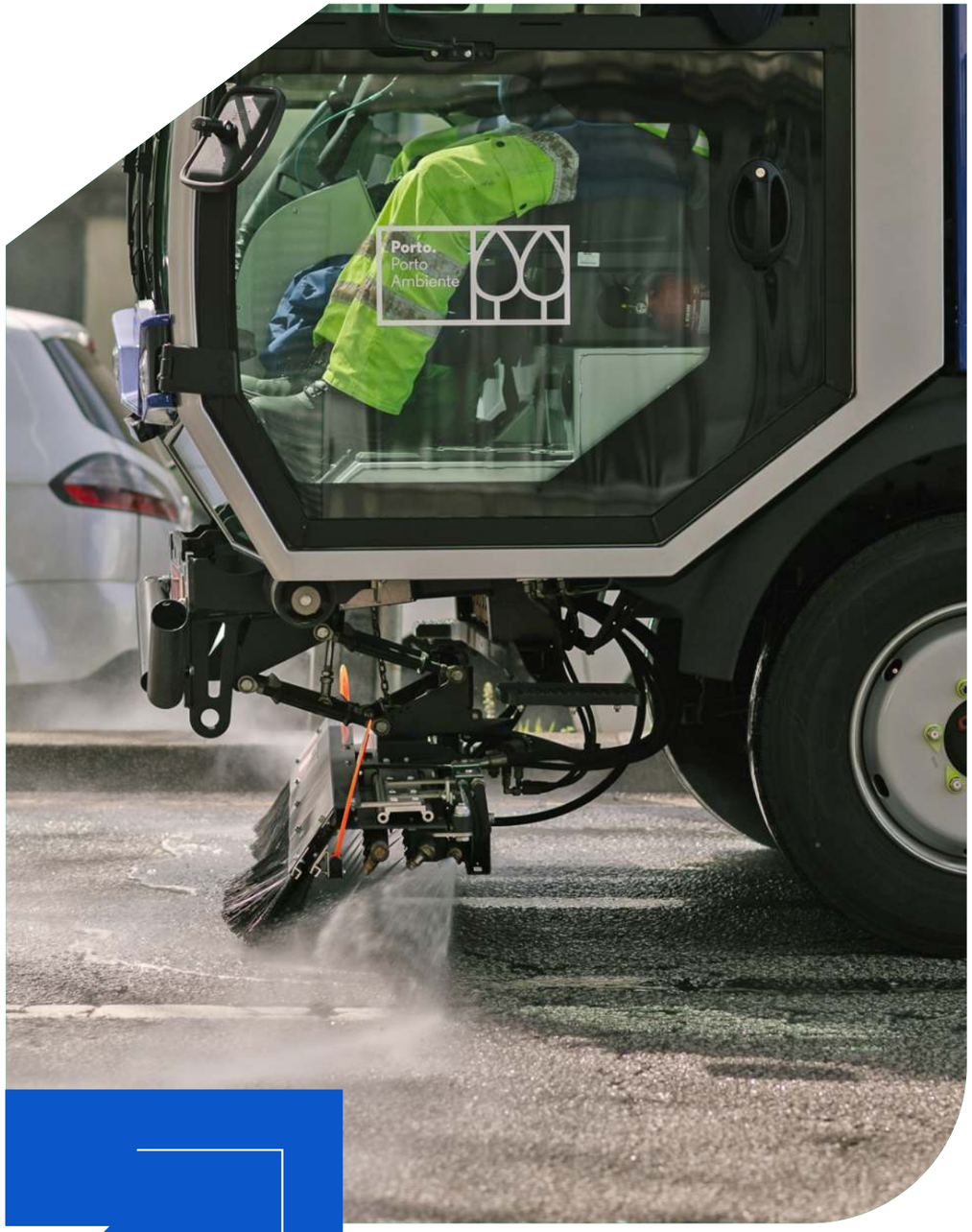
A+

3 cidades
missão portuguesas

Neste contexto, o Projeto A+ Class articula com as três Cidades Missão portuguesas, designadamente: Guimarães, Porto e Lisboa, para abordar dois grandes desafios na implementação das suas estratégias de neutralidade climática, como garantir a capacidade de medição e monitorização eficaz através de um sistema de monitorização dos Contratos Climáticos de Cidade (CCC) e **promover a ação coletiva coordenada, evitando a fragmentação e duplicação de esforços.**



Acelerar o desenvolvimento urbano sustentável



• EUI – Porto positive energy

O projeto Porto Positive Energy simplifica e democratiza o acesso a fontes locais de energia limpa em Campanhã, de 2025 a 2029, onde os principais desafios passam pelo fornecimento de energia limpa e acessível aos cidadãos e pequenas e médias empresas, capacitação e envolvimento das comunidades locais, impacto em eventos de grandes escalas, como o Mundial de Futebol – FIFA 2030 e melhoria da resiliência da rede energética.

A proposta inovadora do projeto centra-se na criação de um Bairro de Energia Positiva, que integrará uma Central Elétrica Virtual, aproveitando as instalações fotovoltaicas existentes e futuras, sistemas de armazenamento com baterias de segunda vida, e carregadores elétricos V2G, além de plataformas inteligentes para gestão da eficiência energética.

> Bairro de Energia Positiva, que integrará uma Central Elétrica Virtual

O projeto também enfatiza a formação comunitária em sustentabilidade, com foco na transição energética para gestores de entradas de edifícios sociais, e na realização de serviços de apoio à comunicação. Esta abordagem alinha-se perfeitamente com os esforços já desenvolvidos no âmbito do Pacto do Porto para o Clima, que procura envolver cidadãos e organizações para uma articulação efetiva com o EcoPorto. Uma das iniciativas destacadas é a realização de workshops de reparabilidade, destinados à comunidade local, oferecendo formação prática sobre a reparação e manutenção de sistemas fotovoltaicos e baterias. Esses workshops estimularão um sentido de responsabilidade e propriedade entre os participantes, promovendo a colaboração e a partilha de conhecimento.

Social Food Webs

O projeto Social Food Webs, integrado no programa de financiamento Interreg Europe do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objetivo melhorar as políticas que apoiam os circuitos alimentares locais, de forma a torná-los mais eficazes, sustentáveis, conectados e inclusivos, através dos princípios da economia circular. Estes circuitos visam promover e incentivar a prevenção do desperdício alimentar e a recirculação de alimentos e de resíduos orgânicos, com especial enfoque na redistribuição de excedentes alimentares, gerando benefícios ambientais, sociais e económicos.

O desperdício alimentar é um desafio de natureza sistémica, que exige uma estreita colaboração entre Instituições Públicas, Instituições de Ensino Superior, Empresas Privadas, Entidades da Economia Social, Organizações Não Governamentais (ONG) e Cidadãos.

O projeto centra-se na aprendizagem interregional entre oito regiões europeias, promovendo a partilha de experiências, o trabalho conjunto na melhoria de políticas e acompanhamento dos resultados alcançados. As boas práticas identificadas serão disseminadas na plataforma do Interreg Europe, com o objetivo de inspirar políticas públicas e contribuir para a transição para um sistema alimentar europeu sustentável. A aprendizagem desenvolve-se em três eixos principais:

- Desenvolvimento de redes de prevenção do desperdício alimentar para benefícios sociais e ambientais;
- Gestão e tecnologias de monitorização da redistribuição alimentar;
- Apoio a novos modelos de negócio na distribuição de excedentes alimentares.

O projeto Social Food Webs reforça as capacidades regionais para desenvolver redes sólidas, orientadas para a r**edução do desperdício alimentar e o reforço da segurança alimentar.**



O desperdício alimentar é um desafio de natureza sistémica

A ferramenta web DICORE será de acesso aberto

No âmbito do projeto serão definidos e parametrizados diferentes cenários operacionais, concebidos algoritmos de apoio à decisão e desenvolvida uma plataforma web que permitirá aos serviços municipais de gestão de resíduos otimizar a gestão da recolha seletiva.

A ferramenta web DICORE será de acesso aberto, embora o seu desenvolvimento e fase de projeto-piloto decorram no Norte e Centro de Portugal e na Andaluzia.

A integração dos princípios da especialização inteligente na gestão municipal de resíduos constitui um fator diferenciador e inovador, contribuindo para a modernização do setor e para o reforço da eficiência dos serviços públicos.

• DICORE

O secretariado do POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal), aprovou o projeto DICORE cujo objetivo é desenvolver uma ferramenta web para o dimensionamento inteligente da recolha seletiva das diferentes frações de resíduos, aplicável a diversos contextos urbanos.

A Porto Ambiente é um dos parceiros efetivos do projeto, juntamente com o Município de Córdoba (ES), da Universidade de Salamanca e da CIM da Região de Coimbra (PT). O projeto conta ainda com a participação do Município de Góios (PT), do Município de Oliveira do Hospital (PT) e da ANEPMA (Associação Nacional de Empresas Públicas de Meio Ambiente) (ES).

• HOOP

O projeto HOOP, financiado pelo Programa Horizon2020, apoia cidades europeias selecionadas a implementar as tecnologias mais adequadas para a reciclagem de biorresíduos. O Projeto tem como principal objetivo ajudar a desbloquear investimentos de base biológica e a implantar bio economias locais na Europa.

A fim de desenvolver os conhecimentos técnicos, económicos, financeiros e jurídicos necessários para desenvolver investimentos concretos para valorizar a fração orgânica dos resíduos urbanos ou as lamas de águas residuais urbanas, o projeto inclui oito cidades-farol e polos urbanos, da Alemanha, Grécia, Espanha, Finlândia, Itália e Portugal. A HOOP também pretende ser um contributo para a mudança do comportamento e da aceitação dos cidadãos em relação aos produtos de base biológica.

Em janeiro de 2025, a Porto Ambiente acolheu o grupo de trabalho do projeto HOOP e teve a oportunidade de apresentar o sistema de recolha seletiva de biorresíduos da cidade, bem como a compostagem comunitária.

Em novembro de 2025, a Porto Ambiente visitou a cidade de Florença (IT), onde conheceu a estratégia da cidade na gestão dos biorresíduos, nomeadamente as boas-práticas na prevenção, combate ao desperdício alimentar, bem como o sistema automatizado de recolha e os equipamentos de deposição utilizados.

Aceitação dos cidadãos em relação aos produtos de base biológica.

NORTE 2030

- **NORTE 2030**

Em 2025, a Porto Ambiente obteve aprovação da sua candidatura ao Aviso NORTE2030-2024-27, para consolidação e expansão dos serviços de recolha seletiva de resíduos no concelho do Porto. No âmbito desta candidatura está prevista a aquisição de oito viaturas, que irão permitir a expansão dos serviços de recolha seletiva multimaterial e de biorresíduos. Através desta fonte de financiamento serão ainda adquiridos contentores para a expansão da rede de deposição seletiva multimaterial e de orgânicos de proximidade e o serviço de recolha porta-a-porta multimaterial, de resíduos orgânicos e de resíduos verdes, nos setores residencial e não residencial.

> No âmbito desta candidatura está prevista a aquisição de oito viaturas

- **Fundo Ambiental**

O Fundo Ambiental, através da Área Metropolitana do Porto (AMP), promove o Programa "RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos", com o objetivo de apoiar projetos que promovam o aumento da recolha seletiva e tratamento na origem de biorresíduos. Em 2025, **a Porto Ambiente assinou novo protocolo com a AMP no âmbito deste Programa, através do qual prevê a aquisição de sacos de papel biodegradáveis** para distribuição aos aderentes ao projeto Orgânico. Estes sacos pretendem tornar a separação dos resíduos orgânicos mais simples e cómoda, melhorando assim as taxas de participação no projeto Orgânico, sem colocar em causa a eficiência do tratamento dos resíduos.



> Estes sacos pretendem tornar a separação dos resíduos orgânicos mais simples e cómoda

FUNDO AMBIENTAL
Ambiente



11.

Comunicação e Imagem

Em 2025, reconhecendo a importância da Coordenação de Comunicação e Imagem, o Conselho de Administração da Porto Ambiente promoveu esta área a Assessoria da Administração, reforçando assim o papel desta equipa na prossecução dos objetivos estratégicos da Empresa, e a sua relevância para a consolidação da sua imagem institucional junto dos seus públicos.

Através de um planeamento assente em ações vocacionadas para diferentes públicos, foram alcançados resultados históricos, que atestam a importância da comunicação para uma organização em permanente crescimento e que se (re)inventa diariamente.

Com um total de 133 notícias, que representam **um retorno mediático a rondar os 2 milhões de euros, obtidos a custo zero**, via assessoria de imprensa, consolidou-se a empresa como uma referência nas áreas da gestão de resíduos, limpeza urbana e circularidade.

O sucesso na produção de conteúdos relevantes e o crescente reconhecimento da Porto Ambiente no mundo digital

Nas plataformas digitais, a página de LinkedIn da Porto Ambiente cresceu 17%, verificando-se um crescimento mensal linear de 1%, o que permitiu fechar o ano com mais de 7 240 seguidores.

O grande destaque vai para as designadas métricas de impacto como o "*Click Through Rate*" anual de 16% e a taxa de engajamento médio anual de 21%, ambas acima da média para páginas do setor com a mesma dimensão e que nos permitem aferir o sucesso na produção de conteúdos relevantes e o crescente reconhecimento da Porto Ambiente no mundo digital.

17%

Crescimento no **LinkedIn**

Um outro exemplo disso é a performance obtida a nível de desempenho e tráfego do website da Porto Ambiente cuja gestão de conteúdos está a cargo da área de comunicação e imagem. O número de utilizadores ao longo de todo o ano manteve-se constante, mas verificou-se um aumento da percentagem de visualizações em 3% e do tempo de interação utilizador/website, indiciando a importância e clareza dos conteúdos publicados.

Estes resultados, visivelmente positivos, podem ser explicados pela estratégia integrada – entre o website e LinkedIn – através da qual se faz a divulgação do website e dos seus conteúdos, remetendo os utilizadores, em cada post, para uma página alojada no sítio da Porto Ambiente.



Numa análise mais macro, os resultados obtidos demonstram que **2025 foi o ano de consolidação da reputação da Porto** Ambiente no mundo digital, através de conteúdo totalmente orgânico, mas claramente relevante, com construção de uma comunidade digital sólida e ativa.



6%

Aumento de pedidos da **Ecolinha**

12. Ecolinha

A ECOlinha é o serviço de atendimento (telefónico ou via e-mail) integrado no número único da CMP que permite, aos cidadãos, apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações. De acordo com o estabelecido com a Autarquia, e no âmbito do projeto do Número Único, o *front-office* (atendimento telefónico) da Ecolinha foi transferido para a CMP tendo o *back-office* deste serviço continuado sob tutela desta empresa.

Em 2025, verificou-se um aumento de 6%, no número total de pedidos recebidos, comparativamente ao ano anterior.

Em média, a Porto Ambiente respondeu (execução) a estes pedidos num prazo de 10,22 dias de calendário.

13.

Execução Orçamental

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2025, o Resultado líquido ascende a 395 652 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 98,11% dos Gastos e de 98,90% dos Rendimentos, conforme ilustrado:

Porto Ambiente	2025				
		Execução		Desvio	
	Orçamento	Euro	%	Euro	%
Vendas e serviços prestados	21 700 971,12	21 872 776,65	100,79%	-171 805,53	-0,79%
Contratos programa	11 707 035,83	10 973 132,20	93,73%	733 903,63	6,27%
Outros subsídios à exploração	3 000,00	134 009,11	4466,97%	-131 009,11	-4366,97%
Outros rendimentos (incluindo TGR recebida)	1 134 127,41	1 185 959,46	104,57%	-51 832,04	-4,57%
Total Rendimentos / Receita	**34 545 134,37**	**34 165 877,42**	**98,90%**	**379 256,95**	**1,10%**
Fornecimentos e serviços externos	-13 525 716,71	-13 000 918,56	96,12%	-524 798,15	3,88%
Subcontratos	-39 396,67	-39 396,67	100,00%	0,00	0,00%
Tratamento de resíduos	-6 389 382,30	-6 408 989,59	100,31%	0,00	0,00%
Aluguer de viaturas	-882 444,07	-806 486,24	91,39%	0,00	0,00%
Manutenção	-1 222 729,01	-985 237,91	80,58%	0,00	0,00%
Combustíveis	-1 629 703,85	-1 621 426,22	99,49%	0,00	0,00%
Seguros	-267 671,48	-269 457,31	100,67%	0,00	0,00%
Outros trabalhos especializados	-711 927,57	-1 671 148,10	234,74%	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos - outros	-2 382 461,76	-1 198 776,51	50,32%	0,00	0,00%
Gastos com pessoal	-16 983 306,81	-16 845 373,11	99,19%	-137 933,71	0,81%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-443 694,51	-443 659,70	99,99%	-34,81	0,01%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-240 000,00	-131 820,43	54,93%	-108 179,57	45,07%
Juros e gastos similares suportados	-319 149,32	-283 224,82	88,74%	-35 924,50	11,26%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 028 931,48	-1 944 113,46	95,82%	-84 818,02	4,18%
Outros gastos	-838 627,31	-1 080 915,77	128,89%	242 288,46	-28,89%
Total Gastos / Despesa	**-34 379 426,13**	**-33 730 025,84**	**98,11%**	**-649 400,30**	**1,89%**
Resultado liquido do período	**121 298,43**	**395 652,19**	**326,18%**	**-274 353,76**	**-226,18%**

14.

Cumprimento dos Indicadores de Eficácia e Eficiência - Relativo ao Ano de 2025

Dando cumprimento ao disposto no nº. 2 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos nos contratos programa celebrados para o período de 2022 a 2025, por remissão ao contrato de gestão delegada, objetivos a alcançar pela Porto Ambiente. Para cada objetivo são definidos indicadores chave de eficiência e eficácia, os quais são monitorizados pelo Município com periodicidade trimestral, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 31 de dezembro de 2025, dos quais a sua generalidade atingiu uma avaliação eficaz ou muito eficaz:

Valores expressos em euros

#	Descrição	Fonte	Nível de classificação para o ano de 2025		
			Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
Q1	**Acessibilidade do serviço de recolha seletiva multimaterial (%)** Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição seletiva multimaterial de resíduos, a uma distância máxima de 100 (cem) metros, do limite do prédio	ERSAR			☑
Q2.1	**Lavagem de contentores de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos** Frequência de lavagem de contentores do serviço de deposição indiferenciada de resíduos urbanos e deposição seletiva de biorresíduos	ERSAR			☑
Q2.2	**Lavagem e de contentores de recolha seletiva multimaterial** Frequência de lavagem de contentores de deposição seletiva multimaterial de resíduos	ERSAR	☑		
Q3	**Abrangência do serviço de limpeza do espaço público** Garantia da acessibilidade dos munícipes ao serviço de limpeza do espaço público	Interno			☑
Q4	**Satisfação dos utilizadores** Rácio entre os utilizadores satisfeitos com o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores	Interno		☑	
Q5	**Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (%)** Percentagem de reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos ou via contacto telefónico que foram objeto de resposta escrita e/ou auditável num prazo não superior a 22 dias úteis	ERSAR			☑
D1.1	**Meta de preparação para reutilização e reciclagem** Cumprimento da meta de preparação para a reutilização e reciclagem definida no plano estratégico em vigor	ERSAR			☑ (1)
D1.2	**Meta de retomas de recolha seletiva** Cumprimento da meta de retomas de recolha seletiva definida no plano estratégico em vigor	ERSAR			☑ (1)
D2.1	**Emissões de gases de efeito de estufa da recolha seletiva de biorresíduos e indiferenciada (kg CO2 /t)** Quantidade total de emissões de CO2 com origem nas viaturas de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos por tonelada de resíduos urbanos indiferenciados e biorresíduos recolhidos	ERSAR	☑		
D2.2	**Emissões de gases de efeito de estufa da recolha seletiva multimaterial (kg CO2 /t)** Quantidade total de emissões de CO2 com origem nas viaturas de recolha seletiva de embalagens por tonelada de resíduos urbanos recolhidos para reciclagem	ERSAR			☑
P1	**Adequação dos recursos humanos afetos à recolha (nº/1000 t)** Número total equivalente de trabalhadores a tempo inteiro afetos ao serviço de recolha de resíduos urbanos por 1000 t de resíduos urbanos recolhidos	ERSAR			☑
P2	**Estrutura de pessoal administrativo** Rácio entre a estrutura de pessoal administrativo face à estrutura de pessoal operacional	Interno			☑
P3	**Absentismo** Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos	Interno			☑
E1	**Orçamento de exploração** Grau de execução do orçamento de exploração anual	Interno			☑
E2	**Plano de atividades** Taxa de cumprimento do plano de atividades anual	Interno	N/d	N/d	N/d
E3	**Gastos com pessoal** Nível de gasto anual médio por trabalhador	Interno			☑
E4	**Gastos indiretos** Rácio de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais	Interno		☑	
E5	**Gestão de tesouraria** Cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e restantes credores	Interno	☑		
E6	**Renovação do parque de viaturas (km/viatura** Distância média acumulada percorrida por viatura afeta ao serviço de recolha de resíduos urbanos	ERSAR			☑
E7	**Disponibilidade das viaturas de recolha (%)** Tempo de disponibilidade médio das viaturas de recolha face às horas de operação planeadas	ERSAR		☑	
E8.1	**Rentabilização do parque de viaturas de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos (kg/m³.ano)** Quantidade (kg) de resíduos recolhidos de forma indiferenciada e seletiva de biorresíduos alimentares por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	ERSAR	☑		
E8.2	**Rentabilização do parque de viaturas de recolha seletiva de embalagens (kg/m3.ano)** Quantidade (kg) de resíduos de embalagens, de plástico, metal e ECAL, recolhidas seletivamente, por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	ERSAR			☑
E8.3	**Rentabilização do parque de viaturas de recolha seletiva de papel/cartão (kg/m3.ano)** Quantidade (kg) de resíduos de papel/cartão de embalagens e não embalagens recolhidos seletivamente, por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	ERSAR			☑
	Indicadores de cumprimento do Contrato Programa para a Direção do Pacto do Porto para o Clima				
PPC1	**Execução orçamental** Grau de execução do orçamento de exploração anual	Interno	☑		
PPC2	**Plano de atividades** Taxa de cumprimento do plano de atividades anual	Interno			☑

(1) - O cálculo das metas deverá seguir a fórmula e os indicadores constantes do Plano Estratégico atualizado, não obstante, serão mantidas estas até nova revisão do CCD.

Seguinte

15.

Análise dos Critérios para 2025 – Constantes do Artigo 62.º da Lei N.º 50/2012, de 31 de Agosto

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a Porto Ambiente não cumpre com os critérios de dissolução:

Valores expressos em euros

Indicador	2025 - 12 meses	Status
Artigo 35º CSC (Total de Capital próprio / Capital social) > 50%	235%	☑
Garantir que nos últimos 3 anos o VN cobre 50% dos Gastos totais, em cada período ((Vendas + Prest. Serv.)/(Gastos Totais - Provisões - Imparidades - Depreciações)) > 50%	65%	☑
Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas (Subsídios à Exploração / Receitas totais) < 50%	32%	☑
Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é > 0 (EBITDA > 0)	2 663 189,86	☑
Garantir que nos últimos 3 anos o RLP è > 0 (Resultado do periodo > 0)	395 652,19	☑

16.

Endividamento

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, “os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior” (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2025, não foi verificado o incumprimento de qualquer das regras constantes no âmbito do referido equilíbrio de contas. De referir, contudo, que a política de financiamento seguida pela empresa relativamente a investimentos significativos, como foram os processos de renovação de frota de recolha e de varredoras tem privilegiando o recurso a capitais alheios, concretamente o recurso a endividamentos externo sob a forma de locação financeira, ascendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2025, a 9 261 685 Euros.

17.

Divulgações Obrigatórias

Participações Detidas por Acionista

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

Valores expressos em euros

Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade

		Câmara Municipal do Porto	Total
Ações detidas no começo do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	
	Valor nominal total	-	-
Ações alienadas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	
	Valor nominal total	-	-
Ações detidas no fim do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00	100,00%

Existência de Sucursais da Sociedade

Não se verificou, em 2025, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

Aquisição ou Alienação de Quotas Próprias

Durante o exercício de 2025, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

Situação Perante o Estado e a Segurança Social

Em observação da Lei n.º 36/2019, de 29 de maio, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.metade do capital:

Porto, 13 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Catarina da Rocha Araújo (Presidente)

José Pedro Maia da Silva Mendes (Vice-presidente)

Sofia da Costa de Sá Azeredo (Vogal)

18.

Balanço
em 31 de dezembro de 2024 e 2025

Valores expressos em euros

Porto Ambiente	Notas	31.12.2025	31.12.2024	Variação Euro	Variação %
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	7; 9	14 522 168,63	12 857 592,89	1 664 575,74	12,95%
Edifícios e Outras Construções		35 230,22	37 151,87	-1 921,65	-5,17%
Equipamento Básico		13 752 924,20	12 449 854,09	1 303 070,11	10,47%
Equipamento de Transporte		51 233,85	5 627,40	45 606,45	810,44%
Equipamento Administrativo		52 529,21	62 174,33	-9 645,12	-15,51%
Outros Ativos Tangíveis		104 496,75	115 122,43	-10 625,68	-9,23%
Investimentos em Curso - Tangíveis		525 754,40	187 662,77	338 091,63	180,16%
Ativos intangíveis	6; 9	50 416,78	49 099,07	1 317,71	2,68%
Outros investimentos financeiros		32 631,76	52 033,52	-19 401,76	-37,29%
Ativos por impostos diferidos	14	20 947,89	28 205,58	-7 257,69	-25,73%
		14 626 165,06	12 986 931,06	1 639 234,00	12,62%
Ativo corrente					
Inventários	10	310 680,69	361 842,04	-51 161,35	-14,14%
Matérias Primas		310 680,69	361 842,04	-51 161,35	-14,14%
Clientes	5; 9; 16.2	4 380 715,52	4 039 548,24	341 167,28	8,45%
Estado e outros entes públicos	16.4	53 266,30	0,00	53 266,30	0,00%
Outros créditos a receber	9; 16.2	456 213,87	161 012,61	295 201,26	183,34%
Diferimentos	16.7	85 177,15	471 072,72	-385 895,57	-81,92%
Caixa e depósitos bancários	4	4 051 775,48	4 448 730,83	-396 955,35	-8,92%
		9 337 829,01	9 482 206,44	-144 377,43	-1,52%
Total do Ativo		**23 963 994,07**	**22 469 137,50**	**1 494 856,57**	**6,65%**

Valores expressos em euros

Porto Ambiente	Notas	31.12.2025	31.12.2024	Variação Euro	Variação %
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio					
Capital subscrito	15	3 265 566,00	3 265 566,00	0,00	0,00%
Reservas legais		113 707,67	86 634,23	27 073,44	31,25%
Outras reservas	7	164 700,00	164 583,33	116,67	0,07%
Resultados transitados		2 160 445,76	1 646 050,46	514 395,30	31,25%
Ajustamentos/outras variações no CP		1 560 281,75	483 076,49	1 077 205,26	222,99%
		7 264 701,18	5 646 000,93	1 618 700,25	28,67%
Resultado líquido do período		395 652,19	541 468,74	-145 816,55	-26,93%
Total do Capital Próprio	-	**7 660 353,37**	**6 187 469,67**	**1 472 883,70**	**23,80%**
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	8	7 580 320,39	8 230 454,48	-650 134,09	-7,90%
Passivos por impostos diferidos	14	458 180,42	140 274,26	317 906,16	226,63%
		8 038 500,81	8 370 728,74	-332 227,93	-3,97%
Passivo Corrente					
Fornecedores	16.2	2 071 383,03	2 726 393,32	-655 010,29	-24,02%
Estado e outros entes públicos	16.4	352 583,98	365 811,66	-13 227,68	-3,62%
Financiamentos obtidos	8	1 681 364,33	1 499 028,47	182 335,86	12,16%
Outras dividas a pagar	16.2	2 134 150,17	1 982 817,30	151 332,87	7,63%
Diferimentos	16.7	2 025 658,38	1 336 888,34	688 770,04	51,52%
		8 265 139,89	7 910 939,09	354 200,80	4,48%
Total do Passivo		**16 303 640,70**	**16 281 667,83**	**21 972,87**	**0,13%**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**23 963 994,07**	**22 469 137,50**	**1 494 856,57**	**6,65%**

Porto, 13 de março de 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista certificado)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Catarina da Rocha Araújo
(Presidente)

José Pedro Maia da Silva Mendes
(Vice-presidente)

Sofia da Costa de Sá Azeredo
(Vogal)

19.

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2025

Valores expressos em euros

Porto Ambiente		Notas	Períodos 2025	2024
Vendas e serviços prestados	+	5; 11; 16.1	21 872 776,65	19 819 084,94
Subsídios à exploração	+	5; 11; 16.1	11 107 141,31	10 140 157,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10.3; 16.1	-443 659,70	-335 174,83
Fornecimentos e serviços externos	-	8; 16.1	-13 000 918,56	-11 806 434,77
Gastos com pessoal	-	16.1; 16.3	-16 845 373,10	-15 781 157,23
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	-131 820,43	-81 287,51
Outros rendimentos e ganhos	+	16.1	1 185 959,46	1 264 806,21
Outros gastos e perdas	-	16.1	-1 080 915,77	-816 866,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	-	2 663 189,86	2 403 127,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-1 944 113,46	-1 508 023,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	-	719 076,40	895 103,75
Juros e gastos similares suportados			-283 224,82	-304 342,33
Resultado antes de impostos	=		435 851,58	590 761,42
Imposto sobre rendimento do período			-40 199,39	-49 292,68
Resultado liquido do período	=		395 652,19	541 468,74
Resultado por acção básico			0,12	0,17

Porto, 13 de março de 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista certificado)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Catarina da Rocha Araújo
(Presidente)

José Pedro Maia da Silva Mendes
(Vice-presidente)

Sofia da Costa de Sá Azeredo
(Vogal)

20.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2025

Valores expressos em euros

Porto Ambiente	Notas	Períodos 2025.12	2024.12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	+	32 924 753,52	19 963 053,17
Pagamentos a fornecedores	-	-14 792 328,52	-13 675 392,43
Pagamentos ao pessoal	-	-15 608 032,02	-14 367 708,91
Fluxo gerado pelas operações	=	2 524 392,98	-8 080 048,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	-118 167,63	-24 818,72
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	175 631,22	10 426 041,89
Fluxos das atividades operacionais	(1)	2 581 856,57	2 321 175,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	1 877,85	1 564,60
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Subsídios para investimentos	+	1 752 728,46	0,00
Juros e rendimentos similares	+	0,00	0,00
Outros Ativos	+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-2 813 899,86	-427 176,97
Ativos intangíveis	-	-48 585,00	0,00
Outros Ativos	-		0,00
Fluxos das atividades de investimento	(2)	-1 107 878,55	-425 612,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento	+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-1 587 708,55	-1 116 150,61
Juros e custos similares	-	-283 224,82	-304 342,33
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos das atividades de financiamento	(3)	-1 870 933,37	-1 420 492,94
Variação de caixa e seus equivalentes	**(1)+(2)+(3)**	**-396 955,35**	**475 069,69**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**4 448 730,83**	**3 973 661,14**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**4 051 775,48**	**4 448 730,83**

Porto, 13 de março de 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista certificado)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Catarina da Rocha Araújo
(Presidente)

José Pedro Maia da Silva Mendes
(Vice-presidente)

Sofia da Costa de Sá Azeredo
(Vogal)

21.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 e 2025

Valores expressos em euros

24

Porto Ambiente

		Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							
					Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Variações Capitais Próprios	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início do período em 01.01.2024	6	17	3 265 566,00	75 820,43	163 183,33	1 440 588,25	1 149,06	596 876,47	216 276,01	5 759 459,55	0,00	5 759 459,55
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis					1 400,00		-1 058,64			341,36		341,36
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				10 813,80		205 462,21		-113 799,98	-216 276,01	-113 799,98		-113 799,98
	7		0,00	10 813,80	1 400,00	205 462,21	-1 058,64	-113 799,98	-216 276,01	-113 458,62	0,00	-113 458,62
Resultado Líquido do Período	8								541 468,74	541 468,74		541 468,74
Resultado Integral	9=7+8	15	0,00	10 813,80	1 400,00	205 462,21	-1 058,64	-113 799,98	325 192,73	428 010,12	0,00	428 010,12
Outras operações	10									0,00		0,00
Posição no fim do período em 31.12.2024	**11=6+7+8+10**		**3 265 566,00**	**86 634,23**	**164 583,33**	**1 646 050,46**	**90,42**	**483 076,49**	**541 468,74**	**6 187 469,67**	**0,00**	**6 187 469,67**

25

Porto Ambiente

		Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							
					Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Variações Capitais Próprios	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início do período em 01.01.2025	6	17	3 265 566,00	86 634,23	164 583,33	1 646 050,46	90,42	483 076,49	541 468,74	6 187 469,67	0,00	6 187 469,67
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis					116,67		-90,42			26,25		26,25
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				27 073,44		514 395,30		1 077 205,26	-541 468,74	1 077 205,26		1 077 205,26
	7		0,00	27 073,44	116,67	514 395,30	-90,42	1 077 205,26	-541 468,74	1 077 231,51	0,00	1 077 231,51
Resultado Líquido do Período	8								395 652,19	395 652,19		395 652,19
Resultado Integral	9=7+8	15	0,00	27 073,44	116,67	514 395,30	-90,42	1 077 205,26	-145 816,55	1 472 883,70	0,00	1 472 883,70
Outras operações	10									0,00		0,00
Posição no fim do período em 31.12.2024	**11=6+7+8+10**		**3 265 566,00**	**113 707,67**	**164 700,00**	**2 160 445,76**	**0,00**	**1 560 281,75**	**395 652,19**	**7 660 353,37**	**0,00**	**7 660 353,37**

Porto, 13 de março de 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista certificado)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Catarina da Rocha Araújo
(Presidente)

José Pedro Maia da Silva Mendes
(Vice-presidente)

Sofia da Costa de Sá Azeredo
(Vogal)

22.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Do período findo em 31 de dezembro de 2025

Nota 1 – Identificação da Entidade

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A. (doravante também designada por Porto Ambiente), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e a Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, no momento da constituição, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da Operação.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

A Porto Ambiente é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Rua de S. Dinis, 249, | 4250-434 Porto, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, das seguintes competências:

(i) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;

(ii) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU 2030), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2030);

(iii) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

(iv) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

Neste âmbito, a receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

- Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- Subsídio à exploração, no âmbito do pacto para a neutralidade carbónica.

Nota 2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

(i) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;

(ii) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;

(iii) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;

(iv) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;

(v) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e res-petivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

> O SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.

Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos intangíveis

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição das plataformas eletrónicas (i) ERP "PRIMAVERA", (ii) gestão documental "FILEDOC", (iii) avaliação de fornecedores UEBE.Q, (iv) faturação eletrónica YET e, (v) a plataforma de recursos humanos, assim como outros desenvolvimentos pontuais sobre as mesmas. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Descrição	Anos
Edifícios e outras construções	-
Equipamento Básico	2 - 12
Equipamento de transporte	2 - 9
Equipamento Administrativo	3 - 7
Outros Ativos fixos tangíveis	3 - 7

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a sua vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento adicional, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

> Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo

Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à Porto Ambiente), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Inventários

Matérias subsidiárias e de consumo: encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o "Custo médio ponderado" como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros

As **dívidas de terceiros** são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

> As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

1. Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

a. O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;

b. As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;

c. As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

2. Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;

3. Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

Os **empréstimos** são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período, de acordo com o regime de acréscimo.

Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de que a sua liquidação seja efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

Os montantes incluídos na rubrica de "**Caixa e depósitos bancários**" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

As provisões são revistas na data de balanço

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

(i) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, nos períodos em que tal se verifique necessário, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;

(ii) Atividade não regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

(iii) Neutralidade Carbónica (Pacto para o Clima): transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima;

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados às transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 20%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeita à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% - (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (ii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Os **resultados por ação** são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

A **demonstração dos fluxos de caixa** é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

> As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, são utilizadas estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

(i) Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;

(ii) Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes àquela data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



Nota 4 – Fluxos de Caixa

Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

A 31 de Dezembro de 2025 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontravam disponíveis para uso respeitam exclusivamente a cauções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

A 31 de dezembro de 2025, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2025			31.12.2024		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Total	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Total
Numerário	1 922,31	0,00	1 922,31	1 462,32	0,00	1 462,32
Cartões pré-pagos	2 295,02	0,00	2 295,02	328,45	0,00	328,45
Depósitos à ordem	3 966 333,15	81 225,00	4 047 558,15	4 395 218,96	51 721,10	4 446 940,06
Total	**3 970 550,48**	**81 225,00**	**4 051 775,48**	**4 397 009,73**	**51 721,10**	**4 448 730,83**

Nota 5
Partes Relacionadas

Relacionamento com a empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata: Câmara Municipal do Porto

As contas da entidade são integradas nas contas consolidadas da Câmara Municipal do Porto.

Transações com as partes relacionadas

Para uma completa leitura do quadro seguinte, sublinhamos que no mesmo consta o impacto em resultados decorrentes de operações com entidades relacionadas, considerando, no caso dos gastos e perdas, o valor do IVA não dedutível, e independentemente de terem sido faturadas no período (princípio da especialização do período), destacando as seguintes operações:

3.1.1. O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente a:

(i) Tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal, às entidades do perímetro Municipal, nessa qualidade;

(ii) Prestação de serviços de apoio a eventos, recolhas ou transportes de resíduos que não se inscrevam no âmbito das obrigações de Limpeza de espaço público ou recolha de resíduos urbanos;

24
Transações com as partes relacionadas

		Rendimentos e Ganhos			Gastos e Perdas		
		Vendas e prestação de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Outros Gastos	**Compras**
	Câmara Municipal do Porto	325 561,71	10 103 829,67	20 328,04	-13 830,42	0,00	-1 287,41
Outras partes relacionadas	CMPEAE - Empresa de Aguas e Energia do Munícipio do Porto	56 726,61	0,00	0,00	-665 827,32	-426,69	0,00
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	46 628,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Gestão de Obras Públicas, EM	7 161,72	0,00	22 355,08	0,00	0,00	0,00
	LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	0,00	0,00	0,00	-5 303 344,70	-754 716,38	0,00
	Porto Vivo SRU	2 805,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Associação Porto Digital	186,21	0,00	4 336,98	-28 831,44	0,00	0,00
	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	10 076,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	STCP Serviços	3 468,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Domus Social, EM	14 952,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	**467 567,98**	**10 103 829,67**	**47 020,10**	**-6 011 833,88**	**-755 143,07**	**-1 287,41**

25
Transações com as partes relacionadas

		Rendimentos e Ganhos			Gastos e Perdas		
		Vendas e prestação de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Outros Gastos	Compras
	Câmara Municipal do Porto	331 022,78	10 973 132,20	4 135,56	-15 116,00	-30,00	-631,00
Outras partes relacionadas	CMPEAE - Empresa de Aguas e Energia do Munícipio do Porto	65 061,31	0,00	0,00	727 182,19	-65,97	0,00
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	56 716,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Gestão de Obras Públicas, EM	10 011,43	0,00	16 254,99	-439,28	0,00	0,00
	LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	0,00	0,00	0,00	-6 192 532,30	-985 802,43	0,00
	Porto Vivo SRU	3 526,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Associação Porto Digital	181,39	0,00	0,00	-28 831,44	0,00	0,00
	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	12 433,85	0,00	0,00	-153 749,97	0,00	0,00
	STCP Serviços	7 062,29	0,00	0,00	-17,70	0,00	0,00
	Domus Social, EM	14 129,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	**500 145,79**	**10 973 132,20**	**20 390,55**	**-7 117 868,88**	**-985 898,40**	**-631,00**



3.1.2. O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos pro-grama para 2025:

(i) Gestão de resíduos urbanos, no montante de 527 244,69 Euro;

(ii) Limpeza do espaço público, no montante de 10 353 296,26 Euro;

(iii) Neutralidade carbónica, no montante de 92 591,25 Euro.

(iv) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a CMPEAE respeita, ao valor do fee de faturação e cobrança, assim como da contratação de serviços de fornecimento de água e saneamento;

(v) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos, assim como a componente relativa à TGR, classificada em Outros gastos.

(vi) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Porto Digital respeita aos montantes relativos à prestação de serviços de comunicações e datacenter.

Saldos pendentes com partes relacionadas

25

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas	Saldos pendentes em 31.12.2025				
	Ativo		Passivo		
	Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido
Câmara Municipal do Porto	696,98	125,31	-2 670,00	-470,00	-1 180 333,95
Outras partes relacionadas					
CMPEAE - Empresa de Aguas e Energia do Munícipio do Porto	5 776 442,51	0,00	-98,24	-240 170,79	0,00
Ágora - Cultura e Desporto do Porto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão de Obras Públicas, EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	0,00	0,00	-583 288,10	-731 548,18	0,00
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	0,00	0,00	-16 506,27	-16 100,09	0,00
Porto Vivo SRU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Digital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Domus Social, EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**5 777 139,49**	**125,31**	**-602 562,61**	**-988 289,06**	**-1 180 333,95**

24

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas	Saldos pendentes em 31.12.2024				
	Ativo		Passivo		
	Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido
Câmara Municipal do Porto	60,00	2 157,63	0,00	-4 680,35	-966 915,83
Outras partes relacionadas					
CMPEAE - Empresa de Aguas e Energia do Munícipio do Porto	5 324 289,54	0,00	-883,43	-164 184,35	0,00
Ágora - Cultura e Desporto do Porto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão de Obras Públicas, EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	0,00	0,00	-330,00	-996 436,21	0,00
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Vivo SRU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Digital	0,00	0,00	-2 402,62	0,00	0,00
Domus Social, EM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**5 324 289,54**	**2 157,63**	**-3 616,05**	**-1 165 300,91**	**-966 915,83**

No caso do saldo no Ativo com a Águas do Porto (CMPEA), é de referir que os valores apresentados respeitam à tarifa de resíduos faturada aos munícipes cuja cobrança se encontra a cargo da referida entidade relacionada.

Pessoal chave de gestão

Valores expressos em euros

Remunerações do pessoal chave da gestão	2025	2024
Total de Remunerações;	121 645,35	115 046,95
Outros benefícios a curto prazo dos empregados;	2 742,00	2 802,00
Benefícios pós emprego;	0,00	0,00
Outros benefícios a longo prazo;	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego; e	0,00	0,00
Benefícios de remuneração em capital próprio;	0,00	0,00
Total	**124 387,35**	**117 848,95**

Nota 6
Ativos Intangíveis

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.

As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Valores expressos em euros

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis		Programas de computador
Vidas Úteis Indefinidas	Razões e fatores preponderantes	N. a.
Vidas Úteis Finitas*	de	3 Anos
	a	3 Anos
	Taxa de Depreciação**	33,33%
	Método de Depreciação	Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens
* Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amor-tizações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da de-monstração dos resultados:

Valores expressos em euros

	Ativos Intangíveis	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	187 425,24	24 292,50	211 717,74
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-162 618,67	0,00	-162 618,67
	Quantias líquidas escrituradas	24 806,57	24 292,50	49 099,07
	Adições	24 292,50	0,00	24 292,50
	Revalorizações	0,00	0,00	0,00
	Transferências	24 292,50	-24 292,50	0,00
	Reclass. para Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00
	Alienações, sinistros e abates	0,00	0,00	0,00
	Outras alterações	0,00	0,00	0,00
	Amortizações	-22 974,79	0,00	-22 974,79
31.12.2025	Quantias brutas escrituradas	236 010,24	0,00	236 010,24
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-185 593,46	0,00	-185 593,46
	Quantias líquidas escrituradas	50 416,78	0,00	50 416,78

A aquisição relativa ao ano de 2025 à solução integrada de recursos humanos e de segu-rança e saúde no trabalho, já adquirida em 2024.

Nota 7
Ativos Fixos Tangíveis

Método de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação

Valores expressos em euros

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas Úteis*	de	2 Anos	2 Anos	3 Anos	2 Anos
	a	12 Anos	9 Anos	7 Anos	7 Anos
	Taxa de Depreciação**	10,00%	25,00%	10,00%	25,00%
	Método de Depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens
* Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

Decomposição por classe e movimentos do exercício

Valores expressos em euros

Ativos Fixos Tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Totais
31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	38 432,97	16 656 600,04	17 981,52	111 454,57	162 666,87	187 662,77	17 174 798,74
	Depreciações e perdas imp. Acumuladas	-1 281,10	-4 206 745,95	-12 354,12	-49 280,24	-47 544,44	0,00	-4 317 205,85
	Quantias líquidas escrituradas	37 151,87	12 449 854,09	5 627,40	62 174,33	115 122,43	187 662,77	12 857 592,89
	Adições	0,00	2 408 953,23	50 331,60	10 980,70	0,00	1 140 151,08	3 610 416,61
	Transferências	0,00	799 017,66	0,00	-3 105,75	6 147,54	-802 059,45	0,00
	Alienações, sinistros e abates - brutos	0,00	-102 503,57	0,00	-630,39	0,00	0,00	-103 133,96
	Depreciações - Exercício	-1 921,65	-1 880 611,90	-4 725,15	-17 106,75	-16 773,22	0,00	-1 921 138,67
	Depreciações - Alien., sinistros e abates	0,00	78 214,69	0,00	217,07	0,00	0,00	78 431,76
31.12.2025	Quantias brutas escrituradas	38 432,97	19 762 067,36	68 313,12	118 699,13	168 814,41	525 754,40	20 682 081,39
	Depreciações e perdas imp. Acumuladas	-3 202,75	-6 009 143,16	-17 079,27	-66 169,92	-64 317,66	0,00	-6 159 912,76
	Quantias líquidas escrituradas	35 230,22	13 752 924,20	51 233,85	52 529,21	104 496,75	525 754,40	14 522 168,63

No ano de 2025, os montantes mais significativos dos investimentos realizados no período respeitam a:

(i) Aquisição de dois compactadores de 26m3 para o Ecocentro da Prelada;
(ii) Aquisição de dois autocompactadores;
(iii) Reforço de contentorização;
(iv) Aquisição de viaturas para reforço da frota.

Conciliação entre o montante do excedente reconhecido no início e no final do período

Valores expressos em euros

Conciliação do montante do excedente no início e no final do período	31.12.2024	Excedente reconhecido	Excedente realizado: Depreciações	Excedente realizado: Alienação	Excedente realizado: Outros	31.12.2025
Excedentes de revalorização - V.B.	116,47	0,00	-116,47			0,00
Excedentes de revalorização - IDP	-26,05	0,00	26,05			0,00
Outras reservas	164 583,33	0,00	116,67			164 700,00

Valor das depreciações incluídas na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração de resultados

Valores expressos em euros

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Totais
31.12.2024	Depreciações reconhecidas nos resultados	1 281,10	1 455 945,77	1 029,48	19 108,32	16 305,25	1 493 669,92
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos						0,00
31.12.2025	Depreciações reconhecidas nos resultados	1 921,65	1 880 611,90	4 725,15	17 106,75	16 773,22	1 921 138,67
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos						0,00

Nota 8
Locações

Locações financeiras – locatários

Após concluído, em 2021, o processo de renovação de frota, com a aquisição de 30 novas viaturas tecnologicamente mais evoluídas, com melhores condições de trabalho, mais eficientes e menos poluentes, a Porto Ambiente, em 2025, com recurso a locação financeira, volta a inovar através da aquisição de 20 varredoras (12 elétricas e 8 mais pequenas que, tendo em consideração as características de mobilidade, são a combustão), bem como do reforço da frota de recolha de resíduos, pela aquisição de 10 novos veículos.

O total da locação financeira da Porto Ambiente, tendo em consideração as aquisições supra, ascende o montante em dívida a 31 de dezembro de 2025, a 9 261 685 euros.

Detalhe dos ativos adquiridos e montantes em dívida

Valores expressos em euros

	Locações financeiras em vigor (Locatários)					Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras			
Tipo	Locadora	Id. Bem	Começo	Fim	Valor do ativo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pesada	Caixa Leasing	AB-02-FB	10/08/2020	09/08/2028	32 020,54	11 606,26	20 414,28	0,00	32 020,54
Pesada	Caixa Leasing	AB-00-FB	10/08/2020	09/08/2028	32 020,54	11 606,26	20 414,28	0,00	32 020,54
Pesada	Caixa Leasing	AB-30-UL	10/08/2020	09/08/2028	35 548,44	12 885,00	22 663,44	0,00	35 548,43
Pesada	Caixa Leasing	AC-49-GP	20/08/2020	19/08/2028	58 777,09	21 292,36	37 484,73	0,00	58 777,09
Pesada	Caixa Leasing	AC-50-GP	20/08/2020	19/08/2028	58 777,09	21 292,36	37 484,73	0,00	58 777,09
Pesada	Caixa Leasing	AD-18-AE	10/12/2020	09/12/2028	90 948,54	25 844,49	55 338,21	0,00	81 182,70
Pesada	Caixa Leasing	AD-25-AE	10/12/2020	09/12/2028	90 948,54	25 844,49	55 338,21	0,00	81 182,70
Pesada	Caixa Leasing	AD-32-AE	10/12/2020	09/12/2028	90 948,54	25 844,49	55 338,21	0,00	81 182,70
Pesada	Caixa Leasing	AD-40-AE	10/12/2020	09/12/2028	90 948,54	25 844,49	55 338,21	0,00	81 182,70
Pesada	Caixa Leasing	AD-41-AE	10/12/2020	09/12/2028	89 667,58	25 480,49	54 558,80	0,00	80 039,28
Pesada	Caixa Leasing	AD-43-AE	10/12/2020	09/12/2028	90 948,54	25 844,49	55 338,21	0,00	81 182,70
Pesada	Caixa Leasing	AD-48-AE	10/12/2020	09/12/2028	90 948,54	25 844,49	55 338,21	0,00	81 182,70
Pesada	Caixa Leasing	AE-87-GZ	20/12/2020	19/12/2028	72 771,14	23 166,67	49 604,47	0,00	72 771,14
Pesada	Caixa Leasing	AE-82-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AE-79-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AE-97-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AE-86-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AE-98-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AE-77-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AE-74-GZ	20/12/2020	19/12/2028	78 243,12	28 350,26	59 305,08	0,00	87 655,35
Pesada	Caixa Leasing	AD-85-OF	20/12/2020	19/12/2028	96 261,25	30 064,76	66 196,49	0,00	96 261,25
Pesada	Caixa Leasing	AD-81-OF	20/12/2020	19/12/2028	96 261,25	30 064,76	66 196,49	0,00	96 261,25
Pesada	Caixa Leasing	AD-80-OF	20/12/2020	19/12/2028	96 261,25	30 064,76	66 196,49	0,00	96 261,25
Pesada	Caixa Leasing	AD-05-FE	10/11/2020	09/11/2028	85 565,83	28 445,73	57 120,10	0,00	85 565,83
Pesada	Caixa Leasing	AD-35-CE	10/11/2020	09/11/2028	85 565,83	28 445,73	57 120,10	0,00	85 565,83
Pesada	Caixa Leasing	AF-17-SX	20/12/2020	19/12/2028	103 296,51	33 409,07	69 887,44	0,00	103 296,51
Varredoras	Caixa Leasing	BF-68-ZV	01/03/2024	01/03/2032	220 238,78	32 559,12	140 314,14	46 596,18	219 469,44
Varredoras	Caixa Leasing	BF-67-ZV	01/03/2024	01/03/2032	220 238,78	32 559,12	140 314,14	46 596,18	219 469,44
Varredoras	Caixa Leasing	BF-93-VI	01/03/2024	01/03/2032	220 238,78	32 559,12	140 314,14	46 596,18	219 469,44
Varredoras	Caixa Leasing	BF-69-ZV	01/03/2024	01/03/2032	220 238,78	32 559,12	140 314,14	46 596,18	219 469,44
Varredoras	Caixa Leasing	BF-94-VI	01/03/2024	01/03/2032	220 238,78	32 559,12	140 314,14	46 596,18	219 469,44
Varredoras	Caixa Leasing	BG-98-AZ	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-36-SJ	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-35-SJ	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-24-IT	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-07-GP	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-06-GP	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-05-GP	01/03/2024	01/03/2032	376 853,03	55 712,27	240 093,10	79 731,24	375 536,60
Varredoras	Caixa Leasing	BF-05-DN	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-95-HX	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-94-HX	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-06-DN	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-03-DN	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-83-DM	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-82-DM	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Varredoras	Caixa Leasing	BF-71-DM	01/03/2024	01/03/2032	95 926,23	14 181,31	61 114,61	20 295,22	95 591,14
Pesada	Caixa Leasing	BP-76-OI	20/01/2025	20/01/2032	189 152,04	24 788,20	106 455,48	57 247,61	188 491,29
Pesada	Caixa Leasing	BP-73-OI	20/01/2025	20/01/2032	189 152,04	24 788,20	106 455,48	57 247,61	188 491,29
Pesada	Caixa Leasing	BL-64-ZO	01/02/2025	01/02/2033	275 838,28	36 202,26	155 285,72	83 386,74	274 874,72
Pesada	Caixa Leasing	BL-66-ZO	01/02/2025	01/02/2033	275 838,28	36 202,26	155 285,72	83 386,74	274 874,72
Pesada	Caixa Leasing	BL-68-ZO	01/02/2025	01/02/2033	275 838,28	36 202,26	155 285,72	83 386,74	274 874,72
Pesada	Caixa Leasing	BL-63-ZO	01/02/2025	01/02/2033	508 320,68	65 853,25	282 461,91	158 229,84	506 545,01
Pesada	Caixa Leasing	BP-74-OI	17/01/2025	10/01/2032	281 544,10	36 472,83	156 446,31	87 641,47	280 560,61
Pesada	Caixa Leasing	BQ-27-ZR	07/03/2025	01/03/2033	118 164,26	14 924,14	64 001,92	38 825,42	117 751,49
Pesada	Caixa Leasing	BQ-46-VP	11/04/2025	10/04/2033	262 051,92	32 715,55	140 189,42	88 231,55	261 136,52
Pesada	Caixa Leasing	BR-75-DB	11/06/2025	10/06/2033	370 697,08	45 640,45	193 973,47	129 788,24	369 402,16
Total					**9 289 359,39**	**1 681 364,33**	**5 759 487,12**	**1 820 833,28**	**9 261 684,72**

Seguinte

Locações financeiras em vigor (Locatários)

Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras

Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour, S.A.	21/12/2019	29/12/2024	45 756,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour, S.A.	21/12/2019	29/12/2024	47 232,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máq. de Lavagem	Tetracontour, S.A.	19/04/2024	27/12/2024	19 680,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máq. de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	30/04/2024	29/08/2024	50 184,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 1: Varredora	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	18/05/2023	22/01/2024	5 350,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 2: Varredora	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	18/05/2023	22/01/2024	5 778,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 3: Lava-Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	18/05/2023	22/01/2024	3 638,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 4: Máq. De Lavagem de Alta Pressão	Máq. de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	18/05/2023	22/01/2024	1 284,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 1: Varredoras Ref. A	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	31/08/2023	31/01/2024	9 225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 2: Varredora Ref.B	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	26/06/2023	31/01/2024	9 963,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 3: Lava-Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	26/06/2023	14/04/2024	31 365,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 4: Máq. De Lavagem de Alta Pressão	Máq. de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	26/06/2023	24/02/2024	1 837,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 5: Varredora Ref.A	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	31/08/2023	31/01/2024	9 225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 6: Varredora Ref.B	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	31/08/2023	31/01/2024	49 815,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 7: Varredora Ref. C	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	31/08/2023	31/01/2024	3 936,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lote 9: Máq. De Lavagem de Alta Pressão	Máq. de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	31/08/2023	01/03/2024	4 159,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguer de Compactadores	Compactadores	EcoAmbiente, S.A.	09/01/2019	08/01/2025	38 825,88	0,00	0,00	0,00	0,00
BD-68-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	29/09/2023	29/09/2028	7 644,30	6 346,92	18 511,85	0,00	24 858,77
AV-11-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	23/01/2023	22/01/2028	8 530,23	7 869,48	22 952,65	0,00	30 822,13
AV-41-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	23/01/2023	22/01/2028	8 530,23	7 869,48	22 952,65	0,00	30 822,13
BC-37-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	19/07/2023	19/07/2028	5 833,37	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-56-EN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	19/07/2023	19/07/2028	5 833,38	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-83-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	19/07/2023	19/07/2028	5 833,38	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-44-OZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	26/07/2023	26/07/2028	5 416,99	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-59-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,06	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-80-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-57-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-65-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-67-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-73-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	6 301,88	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-62-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-70-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-66-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-72-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-63-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	6 141,75	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BC-71-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42

	Locações financeiras em vigor (Locatários)				Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras				
Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
BC-79-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/07/2023	27/07/2028	5 421,16	5 266,32	15 360,10	0,00	20 626,42
BD-26-CX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	25/08/2023	25/08/2028	10 786,73	11 610,84	33 864,95	0,00	45 475,79
BD-60-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	28/09/2023	28/09/2028	6 353,16	6 346,92	18 511,85	0,00	24 858,77
BD-41-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	28/09/2023	28/09/2028	6 353,16	6 346,92	18 511,85	0,00	24 858,77
BD-68-RO	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/09/2023	27/09/2028	6 353,34	6 347,28	18 512,90	0,00	24 860,18
BD-64-QA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	27/09/2023	27/09/2028	6 230,68	6 347,04	18 512,20	0,00	24 859,24
AZ-35-QN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	20/09/2023	20/09/2028	9 730,89	9 663,60	28 185,50	0,00	37 849,10
BB-47-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	16/10/2023	16/10/2028	7 275,18	7 247,64	21 138,95	0,00	28 386,59
BB-06-ZA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	16/10/2023	16/10/2028	7 275,14	7 247,52	21 138,60	0,00	28 386,12
BB-66-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	16/10/2023	16/10/2028	7 275,12	7 247,52	21 138,60	0,00	28 386,12
BE-85-PP	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	29/11/2023	29/11/2028	3 629,72	6 761,16	19 720,05	0,00	26 481,21
Aluguer de Empilhador Elétrico	Empilhador	Toyota Caetano, S.A.	19/01/2022	18/01/2027	5 645,73	7 306,20	7 610,63	0,00	14 916,83
10-UA-77	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/11/2018	30/11/2022	822,55	0,00	0,00	0,00	0,00
52-VT-23	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/11/2018	05/11/2022	1 338,57	0,00	0,00	0,00	0,00
52-VT-24	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/11/2018	05/11/2022	2 470,06	0,00	0,00	0,00	0,00
16-TI-96	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	24/07/2017	27/07/2022	-497,16	0,00	0,00	0,00	0,00
99-UQ-63	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	11/05/2018	10/05/2022	-611,89	0,00	0,00	0,00	0,00
99-UQ-43	Veículo Ligeiro	LeasePlan , Lda.	11/05/2018	10/05/2022	-186,43	0,00	0,00	0,00	0,00
04-UX-00	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	6 133,19	0,00	0,00	0,00	0,00
55-UH-80	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	26/01/2024	977,33	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-39	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	12/01/2024	593,04	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-82	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	08/03/2024	1 534,39	0,00	0,00	0,00	0,00
92-UA-89	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	4 081,57	0,00	0,00	0,00	0,00
92-UA-96	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	3 145,84	0,00	0,00	0,00	0,00
46-UZ-86	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	2 724,28	0,00	0,00	0,00	0,00
03-UX-06	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	2 702,38	0,00	0,00	0,00	0,00
50-UG-93	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	1 674,13	0,00	0,00	0,00	0,00
31-VJ-10	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	4 134,25	0,00	0,00	0,00	0,00
99-VB-95	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	2 683,94	0,00	0,00	0,00	0,00
86-UX-18	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	2 787,72	0,00	0,00	0,00	0,00
03-UX-30	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	2 825,12	0,00	0,00	0,00	0,00
03-UX-40	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	3 935,35	0,00	0,00	0,00	0,00
03-UX-54	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	2 997,49	0,00	0,00	0,00	0,00
96-UH-70	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	3 147,92	0,00	0,00	0,00	0,00
AZ-86-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	31/12/2024	7 249,15	0,00	0,00	0,00	0,00
BA-53-XM	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	30/05/2028	6 855,58	6 855,58	16 567,64	0,00	23 423,22
Subtotal					**597 329,77**	**200 941,54**	**568 952,57**	**0,00**	**769 894,11**

Seguinte

Locações operacionais – gastos reconhecidos e pagamentos futuros Período de 2024

Valores expressos em euros

24
31.12.2024

Locações financeiras em vigor (Locatários)

Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras

Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
BB-31-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	30/05/2028	6 855,58	0,00	16 567,64	0,00	23 423,22
BB-24-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	13/06/2028	7 933,33	7 867,97	19 669,91	0,00	27 537,88
BB-33-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	28/06/2028	7 933,12	7 867,97	19 669,91	0,00	27 537,88
BB-32-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	28/06/2028	8 208,64	8 141,17	20 352,93	0,00	28 494,11
BC-71-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	28/06/2028	9 034,48	9 034,60	22 586,49	0,00	31 621,09
BC-74-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	18/07/2028	9 034,46	9 034,60	23 339,37	0,00	32 373,97
BB-21-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	18/07/2028	12 691,72	12 691,83	32 787,22	0,00	45 479,05
BC-89-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	17/07/2028	7 761,06	8 110,03	20 950,91	0,00	29 060,94
BC-94-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	17/07/2028	7 761,07	8 110,03	20 950,91	0,00	29 060,94
BC-85-DU	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	17/07/2028	11 506,46	12 023,50	31 060,70	0,00	43 084,19
BC-01-TR	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	17/07/2028	7 685,30	7 706,05	19 907,29	0,00	27 613,34
BD-09-AM	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	10/08/2028	12 691,89	12 691,83	33 844,88	0,00	46 536,71
AV-46-XL	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	18/01/2023	11/08/2028	8 598,05	8 598,00	22 928,00	0,00	31 526,00
55-UH-61	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	18/01/2028	3 601,69	5 518,17	11 496,20	0,00	17 014,37
56-UH-74	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	3 745,71	0,00	0,00	0,00	0,00
06-VI-64	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	6 218,70	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-08	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	4 945,21	0,00	0,00	0,00	0,00
96-UH-80	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	4 493,66	0,00	0,00	0,00	0,00
55-UH-53	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	3 550,84	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-35	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	3 388,82	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-44	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	3 434,43	0,00	0,00	0,00	0,00
BE-85-MS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	24/10/2024	12 167,32	0,00	0,00	0,00	0,00
AU-17-ZZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	29/05/2024	7 645,68	0,00	0,00	0,00	0,00
AV-63-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	15/11/2024	12 742,80	0,00	0,00	0,00	0,00
BG-54-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	22/08/2024	11 263,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-11-BL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	09/02/2025	7 035,60	1 279,20	0,00	0,00	1 279,20
BH-55-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/03/2024	06/03/2025	12 546,00	3 763,80	0,00	0,00	3 763,80
BH-56-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/03/2024	06/03/2025	12 546,00	3 763,80	0,00	0,00	3 763,80
BH-58-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/03/2024	06/03/2025	12 546,00	3 763,80	0,00	0,00	3 763,80
BF-22-PV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	10/10/2024	17 013,68	19 680,00	0,00	0,00	19 680,00
AR-68-ZM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	16/02/2024	06/08/2024	13 331,60	0,00	0,00	0,00	0,00
BH-36-LF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	29/05/2024	29/05/2025	6 371,40	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-13-CX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/08/2024	06/08/2025	8 316,40	15 744,00	0,00	0,00	15 744,00
BL-84-RV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	22/08/2024	22/08/2025	2 754,08	10 194,24	0,00	0,00	10 194,24
BG-51-CS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	10/10/2024	10/10/2025	4 634,32	19 680,00	0,00	0,00	19 680,00
BC-85-AD	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	24/10/2024	24/10/2025	1 849,76	12 742,80	0,00	0,00	12 742,80

Seguinte

Locações operacionais – gastos reconhecidos e pagamentos futuros
Período de 2024

Valores expressos em euros

Locações financeiras em vigor (Locatários)					Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras				
Identificação do Bem	**Tipo**	**Locadora**	**Começo**	**Fim**	**Gastos reconhecidos**	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
BD-85-LQ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	15/11/2024	15/11/2025	1 274,28	14 017,08	0,00	0,00	14 017,08
BC-42-BJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/12/2024	06/12/2025	593,18	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BP-95-PA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BP-57-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BP-15-PZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BP-32-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BP-32-PZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BO-34-ZC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	136,89	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BG-18-TN	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	136,89	8 487,00	0,00	0,00	8 487,00
BN-17-CJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/12/2024	11/12/2025	949,88	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BI-77-CT	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BL-91-JV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
AT-59-CM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	271,39	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BD-57-OE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	271,39	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BH-04-LF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	01/12/2024	01/12/2025	45,23	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BG-91-RZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/12/2024	06/12/2025	1 176,04	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BL-15-RZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	10/12/2024	10/12/2025	995,11	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BC-23-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/12/2024	11/12/2025	949,88	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BL-54-RV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/12/2024	11/12/2025	949,88	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BG-20-OL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BL-56-LG	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
BL-98-RX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	407,10	16 826,40	0,00	0,00	16 826,40
AV-63-AA	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	29/12/2023	28/01/2024	637,16	0,00	0,00	0,00	0,00
AU-17-ZZ	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	29/12/2023	29/05/2024	5 804,54	0,00	0,00	0,00	0,00
BE-85-MS	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	29/12/2023	29/05/2024	2 981,48	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-25-FC	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	29/12/2023	28/01/2024	1 369,20	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-13-DQ	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	18/01/2024	17/02/2024	2 103,30	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-11-BL	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	18/01/2024	17/02/2024	2 103,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Trator: Limpeza das Praias	Trator	NP Tratores, Lda.	09/07/2024	03/09/2024	5 904,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trator: Limpeza das Praias	Trator	Torre Marco, SA	06/06/2024	04/10/2024	11 020,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Equipamento Informático	Equipamento	BaseDois, Lda	15/11/2024	14/11/2027	10 814,31	10 590,30	17 871,90	0,00	28 462,20
Locação de Equipamento Informático	Equipamento	Divultec , Lda.	01/09/2023	31/08/2026	21 290,98	19 926,56	13 285,70	0,00	33 212,26
Locação de Equipamento Informático	Equipamento	BCN, S.A.	11/06/2024	03/10/2027	10 973,91	10 545,58	16 774,82	0,00	27 320,39
Aluguer de Equipamentos de Lavagem	Equipamento	Safetykleen	01/11/2024	31/10/2025	5 198,59	8 275,08	0,00	0,00	8 275,08
Instalações Amovíveis	Instalações Amovíveis	Algeco, SA	21/12/2023	20/12/2026	46 720,00	27 671,70	13 632,50	0,00	41 304,20
Subtotal					**431 913,78**	**592 528,44**	**377 677,29**	**0,00**	**970 205,73**
Total					**1 029 243,55**	**793 469,97**	**946 629,86**	**0,00**	**1 740 099,84**

Locações financeiras em vigor (Locatários)

Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras

Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
97-88-XX	Veículo Pesado	Tetracontour, S.A.	30/12/2023	204/03/2025	7 626,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80-20-ZP	Veículo Pesado	Tetracontour, S.A.	30/12/2023	04/03/2025	7 872,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lava-Ruas	Máquina de Lavagem	Tetracontour, S.A.	19/12/2024	27/02/2025	9 840,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BD-68-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	29/09/2023	28/09/2028	6 346,90	6 346,92	11 107,11	0,00	17 454,03
AV-11-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	7 869,48	7 869,48	13 115,80	0,00	20 985,28
AV-41-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	7 869,48	7 869,48	13 115,80	0,00	20 985,28
BC-37-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-56-EN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-83-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-44-OZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-59-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-80-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-57-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-65-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-67-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-73-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-62-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-70-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-66-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-72-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-63-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-71-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BC-79-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	5 266,32	5 266,32	8 777,20	0,00	14 043,52
BD-26-CX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	11 610,84	11 610,84	19 351,40	0,00	30 962,24
BD-60-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	6 346,92	6 346,92	10 578,20	0,00	16 925,12
BD-41-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	6 346,92	6 346,92	10 578,20	0,00	16 925,12
BD-68-RO	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	6 347,28	6 347,28	10 578,80	0,00	16 926,08
BD-64-QA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	6 347,04	6 347,04	10 578,40	0,00	16 925,44
AZ-35-QN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	9 663,60	9 663,60	16 106,00	0,00	25 769,60
BB-47-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	7 247,64	7 247,64	12 079,40	0,00	19 327,04
BB-06-ZA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	7 247,52	7 247,52	12 079,20	0,00	19 326,72
BB-66-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	7 247,52	7 247,52	12 079,20	0,00	19 326,72
BE-85-PP	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	22/11/2022	21/08/2028	6 761,18	6 761,16	11 268,60	0,00	18 029,76
Aluguer de Empilhador Elétrico	Empilhador	Toyota Caetano, S.A.	19/01/2022	18/01/2027	7 306,20	7 306,20	353,53	0,00	7 659,73
BJ-23-UM	Veículo Ligeiro	PRORENT, Lda	05/06/2025	04/06/2027	3 987,19	6 934,20	2 889,25	0,00	9 823,45
BR-43-RR	Veículo Ligeiro	PRORENT, Lda	05/06/2025	04/06/2027	3 948,65	6 934,20	2 889,25	0,00	9 823,45
BO-27-ML	Veículo Ligeiro	PRORENT, Lda	05/06/2025	04/06/2027	3 948,65	6 934,20	2 889,25	0,00	9 823,45
BG-34-QX	Veículo Ligeiro	PRORENT, Lda	17/02/2025	04/06/2027	7 633,01	13 992,48	5 830,20	0,00	19 822,68

Valores expressos em euros

Locações financeiras em vigor (Locatários)

Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras

Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Alugueres de curta duração	Veículo Ligeiro	PRORENT, Lda	01/03/2025	31/05/2025	3 581,82	0,00	0,00	0,00	0,00
BU-09-AB	Veículo Ligeiro	PRORENT, Lda	05/06/2025	04/06/2027	7 695,86	13 992,48	5 830,20	0,00	19 822,68
AV-46-XL	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	18/01/2023	17/01/2028	8 598,00	8 598,00	9 314,50	0,00	17 912,50
AZ-86-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	7 249,08	7 249,08	13 289,98	0,00	20 539,06
BA-53-XM	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	6 855,60	6 855,60	12 568,60	0,00	19 424,20
BB-21-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	12 691,80	12 691,80	23 268,30	0,00	35 960,10
BB-24-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	7 867,92	7 867,92	14 424,52	0,00	22 292,44
BB-31-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	6 855,60	6 855,60	12 568,60	0,00	19 424,20
BB-32-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	8 141,16	8 141,16	14 925,46	0,00	23 066,62
BB-33-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	7 867,92	7 867,92	14 424,52	0,00	22 292,44
BC-01-TR	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	7 706,04	7 706,04	14 127,74	0,00	21 833,78
BC-71-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	9 034,56	9 034,56	16 563,36	0,00	25 597,92
BC-74-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	9 034,56	9 034,56	16 563,36	0,00	25 597,92
BC-85-DU	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	12 023,52	12 023,52	22 043,12	0,00	34 066,64
BC-89-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	8 109,84	8 109,84	14 868,04	0,00	22 977,88
BC-94-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	8 109,84	8 109,84	14 868,04	0,00	22 977,88
BD-09-AM	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	06/01/2023	05/10/2028	12 691,80	12 691,80	23 268,30	0,00	35 960,10
10-UA-77	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/11/2018	30/11/2022	-1 258,93	0,00	0,00	0,00	0,00
55-UH-80	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	26/01/2024	-149,63	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-39	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	12/01/2024	214,59	0,00	0,00	0,00	0,00
86-UX-18	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	1 041,54	0,00	0,00	0,00	0,00
31-VJ-10	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	964,15	0,00	0,00	0,00	0,00
96-UH-70	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	19/07/2023	31/12/2024	1 387,25	0,00	0,00	0,00	0,00
56-UH-74	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	-338,29	0,00	0,00	0,00	0,00
06-VI-64	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	04/07/2023	29/12/2024	900,76	0,00	0,00	0,00	0,00
92-UA-89	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	142,78	0,00	0,00	0,00	0,00
04-UX-00	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/05/2023	31/12/2024	1 291,39	0,00	0,00	0,00	0,00
BS-49-RX	Trator	Torre Marco, SA	07/02/2025	06/02/2030	10 237,29	17 549,64	54 111,39	0,00	71 661,03
BC-11-BL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	03/06/2025	3 129,90	0,00	0,00	0,00	0,00
BH-55-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	03/06/2025	8 938,20	0,00	0,00	0,00	0,00
BH-56-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	03/06/2025	6 273,17	0,00	0,00	0,00	0,00
BH-58-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	03/06/2025	6 273,17	0,00	0,00	0,00	0,00
BH-36-LF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	22/07/2025	7 645,84	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-13-CX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	30/06/2025	7 724,76	0,00	0,00	0,00	0,00
BL-84-RV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	28/07/2025	7 645,84	0,00	0,00	0,00	0,00
BG-51-CS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	10/10/2024	01/07/2025	11 808,06	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-85-AD	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	06/06/2025	6 371,56	0,00	0,00	0,00	0,00
BD-85-LQ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	08/02/2024	28/07/2025	7 645,84	0,00	0,00	0,00	0,00
BV-06-PO	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/05/2025	25/05/2028	5 811,68	9 963,00	14 114,25	0,00	24 077,25
Subtotal					476 757,30	403 223,40	637 822,27	0,00	1 041 045,67

Seguinte

Locações financeiras em vigor (Locatários)

Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras

Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
BS-04-ZE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	6 408,50	11 104,35	37 939,85	0,00	49 044,20
BS-01-MC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-05-MC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-06-MC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-18-ZE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	6 478,32	11 104,35	37 939,85	0,00	49 044,20
BS-99-MB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,13	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-17-ZE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	6 478,32	11 104,35	37 939,85	0,00	49 044,20
BS-11-NA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-15-NA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-00-MC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-11-OJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-36-ZE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	6 478,32	11 104,35	37 939,85	0,00	49 044,20
BS-07-MC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	30/05/2025	29/05/2030	5 530,14	9 479,66	32 388,83	0,00	41 868,49
BS-28-LH	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/06/2025	05/06/2030	5 826,51	9 754,58	33 328,14	0,00	43 082,72
BS-18-LH	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/06/2025	05/06/2030	6 639,21	9 754,58	33 328,14	0,00	43 082,72
BT-97-RL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	22/07/2025	21/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-82-RL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	25/07/2025	21/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-38-TV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	25/07/2025	21/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-58-TV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	22/07/2025	21/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-15-RM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	22/07/2025	21/07/2030	8 052,11	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-85-RN	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	22/07/2025	21/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-79-RN	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	25/07/2025	24/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-65-RO	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	25/07/2025	24/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BT-19-RN	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	25/07/2025	24/07/2030	6 273,80	12 547,89	43 917,61	0,00	56 465,50
BR-27-FX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	05/07/2025	04/07/2030	6 715,32	11 512,45	40 293,57	0,00	51 806,02
BS-40-VB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	07/07/2025	06/07/2030	6 715,32	11 512,45	40 293,57	0,00	51 806,02
BU-33-RP	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/07/2025	10/07/2030	8 915,46	15 283,87	53 493,54	0,00	68 777,40
BU-47-RP	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/07/2025	10/07/2030	8 915,46	15 283,87	53 493,54	0,00	68 777,40
BQ-23-BI	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	01/07/2025	30/06/2030	8 322,78	16 645,60	58 259,59	0,00	74 905,19
BU-15-BH	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/06/2025	19/06/2030	6 631,67	11 996,34	41 987,18	0,00	53 983,51
BU-86-ED	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/06/2025	19/06/2030	6 631,67	11 996,34	41 987,18	0,00	53 983,51
BU-89-ED	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/06/2025	19/06/2030	5 666,20	11 996,34	41 987,18	0,00	53 983,51
BX-90-HE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/01/2026	08/01/2030	0,00	16 645,59	49 936,77	0,00	66 582,36
BX-50-HF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/01/2026	08/01/2030	0,00	16 645,59	49 936,77	0,00	66 582,36
BF-22-PV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	10/10/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AR-68-ZM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	16/02/2024	06/08/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-42-BJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/12/2024	06/12/2025	3 467,85	0,00	0,00		
BL-54-RV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/12/2024	11/12/2025	8 412,48	0,00	0,00		
BN-17-CJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/12/2024	11/12/2025	5 608,08	0,00	0,00		

	Locações financeiras em vigor (Locatários)				Futuros pagamentos mínimos das locações financeiras				
Identificação do Bem	Tipo	Locadora	Começo	Fim	Gastos reconhecidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
BH-04-LF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	01/12/2024	01/12/2025	8 413,08	0,00	0,00	0,00	0,00
BG-91-RZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	06/12/2024	06/12/2025	7 010,88	0,00	0,00	0,00	0,00
BL-15-RZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	10/12/2024	10/12/2025	4 906,98	0,00	0,00	0,00	0,00
BC-23-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	11/12/2024	11/12/2025	8 413,08	0,00	0,00	0,00	0,00
BP-95-PA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	3 183,51	0,00	0,00	0,00	0,00
BP-57-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	3 183,51	0,00	0,00	0,00	0,00
BP-15-PZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	2 994,95	0,00	0,00	0,00	0,00
BP-32-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	3 183,51	0,00	0,00	0,00	0,00
BP-32-PZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	20/12/2024	20/12/2025	3 183,51	0,00	0,00	0,00	0,00
BO-34-ZC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	3 324,93	0,00	0,00	0,00	0,00
BG-18-TN	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	3 324,93	0,00	0,00	0,00	0,00
BI-77-CT	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	5 701,56	0,00	0,00	0,00	0,00
AU-17-ZZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	29/05/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AV-63-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	15/11/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BE-85-MS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	24/10/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BG-54-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	09/02/2024	22/08/2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BG-20-OL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	8 413,08	0,00	0,00	0,00	0,00
BL-56-LG	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	8 412,48	0,00	0,00	0,00	0,00
BL-98-RX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	5 514,60	0,00	0,00	0,00	0,00
BL-91-JV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	23/12/2024	23/12/2025	5 514,60	0,00	0,00	0,00	0,00
AT-59-CM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	7 010,88	0,00	0,00	0,00	0,00
BH-39-LE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	8 413,08	0,00	0,00	0,00	0,00
BD-57-OE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	6 589,62	0,00	0,00	0,00	0,00
BO-81-ZB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	3 536,26	0,00	0,00	0,00	0,00
BO-62-ZB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	3 536,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Viaturas de substituição	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	26/12/2024	26/12/2025	-4 867,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquina de Lavagem	Equipamentos	Torres e Torres, Lda.	18/11/2025	17/05/2026	6 695,30	5 022,50	0,00	0,00	5 022,50
Instalações Amovíveis	Instalações	Algeco , S.A.	21/12/2023	20/12/2026	27 651,14	11 395,29	0,00	0,00	11 395,29
3.º Fórum Biorresíduos	Espaços	Farminveste, S.A.	05/06/2025	05/06/2025	4 674,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encontro de Limpeza Urbana 2025	Espaços	AMTC	07/07/2025	09/07/2025	61 930,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Trator - Limpeza de Praias	Trator	Manuel Alberto Oliveira, Lda	01/07/2025	15/09/2025	7 072,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Equipamento Informático	Equipamentos	BaseDois, Lda	15/11/2024	14/11/2027	10 590,30	10 590,31	7 509,15	0,00	18 099,46
Locação de Equipamento Informático	Equipamentos	Divultec, Lda.	01/09/2023	31/08/2026	19 925,52	14 172,02	0,00	0,00	14 172,02
Locação de Equipamento Informático	Equipamentos	BCN, S.A.	11/06/2024	03/10/2027	10 914,60	10 545,60	7 909,20	0,00	18 454,80
Aluguer de Equipamentos de Lavagem	Equipamentos	Safetykleen	01/11/2024	31/10/2027	9 658,28	10 032,96	8 360,80	0,00	18 393,76
Aluguer de compactadores	Equipamentos	Ecoambiente, S.A.	01/12/2018	30/06/2025	14 029,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Viatura Cab. Dupla caixa aberta	Veículo Ligeiro	FLAVIA - RENT-A-CAR, Lda.	11/04/2025	10/08/2025	5 608,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Alugueres Operacionais - Correções	Veículo Ligeiro	LeasePlan, Lda.	01/01/2025	31/12/2025	203,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal					**510 176,37**	**463 451,56**	**1 400 621,68**	0,00	**1 864 073,24**
Total					**986 933,67**	**866 674,96**	**2 038 443,95**	0,00	**2 905 118,91**

Nota 9
Imparidades de Ativos

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade

25

Valores expressos em euros

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de Ativos sujeitos a perdas de imparidade	Quantias brutas	Depreciações Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	20 682 081,39	-6 159 912,76	0,00	14 522 168,63
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	236 010,24	-185 593,46	0,00	50 416,78
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros	32 631,76	0,00	0,00	32 631,76
Inventários	310 680,69	0,00	0,00	310 680,69
Clientes	5 856 710,85	0,00	-1 475 995,33	4 380 715,52
Outras contas a receber	456 213,87	0,00	0,00	456 213,87
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos	4 211 166,82	0,00	0,00	4 211 166,82
Total	**31 785 495,62**	**-6 345 506,22**	**-1 475 995,33**	**23 963 994,07**

24

Valores expressos em euros

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de Ativos sujeitos a perdas de imparidade	Quantias brutas	Depreciações Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	17 174 798,74	-4 317 205,85	0,00	12 857 592,89
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	213 451,48	-164 352,41	0,00	49 099,07
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros	52 033,52	0,00	0,00	52 033,52
Inventários	361 842,04	0,00	0,00	361 842,04
Clientes	5 383 723,14	0,00	-1 344 174,90	4 039 548,24
Outras contas a receber	161 012,61	0,00	0,00	161 012,61
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos	4 948 009,13	0,00	0,00	4 948 009,13
Total	**28 294 870,66**	**-4 481 558,26**	**-1 344 174,90**	**22 469 137,50**

Reconciliação entre as perdas por imparidade no início e no final do período

Valores expressos em euros

Conciliação do montante do excedente no início e no final do período	31.12.2025	Reforços	Reversões	Abates e Incobráveis	31.12.2024
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	1 475 995,33	131 820,43	0,00	0,00	1 344 174,90
Outras dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 10 - Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio "custo médio ponderado", em que o inventário é valorizado pelo preço médio de compra ou de produção, podendo essa média ser móvel ou refletir as entradas de determinado período.

Quantia escriturada de inventários

Valores expressos em euros

Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses	2025			2024		
	Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 meses	Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 meses	Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses	Quantias (líquidas) escrituradass
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 475 995,33	0,00	310 680,69	361 842,04	0,00	361 842,04
Total	**0,00**	**0,00**	**310 680,69**	**361 842,04**	**0,00**	**361 842,04**

Custo das matérias consumidas

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período		2025			2024		
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	0,00	361 842,04	361 842,04	0,00	291 054,06	291 054,06
Compras	Compras	0,00	689 748,77	689 748,77	0,00	675 691,25	675 691,25
Compras	Devoluções de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	Descontos e abatimentos em compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificações	Perdas por quebras	0,00	-32,94	-32,94	0,00	-5 822,84	-5 822,84
Reclassificações	Outras perdas	0,00	-0,60	-0,60	0,00	0,00	0,00
Reclassificações	Consumos de fardamento	0,00	-273 207,43	-273 207,43	0,00	-240 563,92	-240 563,92
Reclassificações	Consumos de Óleos e lubrificantes	0,00	-24 335,55	-24 335,55	0,00	-28 530,17	-28 530,17
Reclassificações	Ganhos por sobras	0,00	106,35	106,35	0,00	5 188,49	5 188,49
Reclassificações	Outros ganhos	0,00	219,75	219,75	0,00	0,00	0,00
Inventários no começo do período		0,00	-310 680,69	-310 680,69	0,00	-361 842,04	-361 842,04
Total		**0,00**	**443 659,70**	**443 659,70**	**0,00**	**335 174,83**	**335 174,83**

Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses.

Valores expressos em euros

Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses	2025			2024		
	Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 meses	Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias que se espera que sejam recuperadas a menos de 12 meses	Quantias que se espera que sejam recuperadas a mais de 12 meses	Quantias (líquidas) escrituradass
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 475 995,33	0,00	310 680,69	361 842,04	0,00	361 842,04
Total	**0,00**	**0,00**	**310 680,69**	**361 842,04**	**0,00**	**361 842,04**

Nota 11 - Rédito

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de serviços - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo.

c) Subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base cobertura de gasto e em regime de acréscimo.

Quantias de inventários que se espera que sejam recuperadas (pelo consumo ou pela alienação) até, e após, doze meses	2025			2024		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	21 872 776,65	66,32%	10,36%	19 819 084,94	66,15%	9,98%
Tarifa de Gestão de RU	21 762 417,72	65,99%	10,52%	19 691 349,85	65,73%	9,79%
Outras prestações de serviços	110 358,93	0,33%	-13,60%	127 735,09	0,43%	49,91%
Subsídios à exploração	11 107 141,31	33,68%	9,54%	10 140 157,11	33,85%	2,34%
Cobertura de tarifa	527 244,69	1,60%	0,00%	0,00	0,00%	-%
Limpeza do Espaço Público	10 353 296,26	31,39%	5,01%	9 859 536,86	32,91%	10,46%
Neutralidade Carbónica	92 591,25	0,28%	-62,10%	244 292,81	0,82%	30,27%
AMP Bioresíduos	0,00	0,00%	-%	30 531,25	0,10%	-44,32%
Social Food Webs	27 654,06	0,08%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Wake Up!	83 990,99	0,25%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
A+ Class	14 671,06	0,04%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cityloops	0,00	0,00%	-%	0,10	0,00%	-100,00%
Asprela	0,00	0,00%	-%	112,92	0,00%	-99,51%
Outros	4 693,00	0,01%	74,91%	2 683,17	0,01%	-97,99%
Outros apoios do Estado	3 000,00	0,01%	0,00%	3 000,00	0,01%	2,31%
Total	**32 979 917,96**	**100,00%**	**10,08%**	**29 959 242,05**	**100,00%**	**7,27%**

Nota 12 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos eem que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 31 de dezembro de 2025, não existiam em curso quaisquer processos cíveis, judiciais ou de outra natureza cuja expectativa da Administração e Departamento Jurídico relativamente ao respetivo desfecho fosse desfavorável para a Empresa, aspeto pelo qual não foram vertidos quaisquer impactos contabilísticos naquela data em sede de provisões.

À data da apresentação de contas, a Porto Ambiente tem em curso um processo judicial, na qualidade de autora, referente a uma arbitragem envolvendo a SUMA na qualidade de ré. A decisão arbitral do referido processo foi favorável à Porto Ambiente, contudo a proposta quanto à forma e montante de concretização apresentada pela Ré não se verificou satisfatória, pelo que o processo voltou a ser devolvido aos advogados para apreciação completar quanto às próximas opções a esgotar.

Nota 13 Acontecimentos Após a Data de Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Como referido no Relatório de Gestão, a abordagem da Porto Ambiente em relação aos eventos subsequentes, especialmente no que diz respeito à evolução do contexto político, económico e financeiro internacional, num cenário ainda marcado por instabilidade geopolítica, tensões comerciais e reconfiguração das cadeias de valor globais, tendo vindo a ser estratégica e adaptativa. A Porto Ambiente, como qualquer organização enfrenta desafios significativos devido à volatilidade daqueles eventos e respetivas consequências económicas, tendo vindo a adotar medidas de mitigação, como já anteriormente exposto.

Assim, entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, reitera-se que não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 14 - Impostos Sobre o Rendimento

Quantias dos principais componentes de gasto/(rendimento) de impostos

Quantias dos principais componentes de (gasto) / rendimento de impostos				2025			2024		
				Demonstração dos Resultados	Outras rubricas do capital próprio	Total	Demonstração dos Resultados	Outras rubricas do capital próprio	Total
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	Impostos correntes			32 941,70	0,00	32 941,70	41 759,39	0,00	41 759,39
	Gastos/ rendimentos por impostos diferidos"	De diferenças temporárias		7 257,69	0,00	7 257,69	7 533,29	0,00	7 533,29
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Usados para reduzir gastos de impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Imposto diferido		7 257,69	0,00	7 257,69	7 533,29	0,00	7 533,29
Imposto sobre o rendimento do período				40 199,39	0,00	40 199,39	49 292,68	0,00	49 292,68
Total				**40 199,39**	**0,00**	**40 199,39**	**49 292,68**	**0,00**	**49 292,68**

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/ (rendimentos) de impostos			2025			2024		
			Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		395 652,19	20,00%	79 130,44	541 468,74	21,00%	113 708,44
	Gastos/rendimentos de impostos				0,00	49 292,68		0,00
	Resultado antes de impostos		**395 652,19**	**20,00%**	**79 130,44**	**590 761,42**	21,00%	124 059,90
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrecer	90 896,75	20,00%	18 179,35	72 631,63	21,00%	15 252,64
		A deduzir	-177 222,50	20,00%	-35 444,50	-218 919,28	21,00%	-45 973,05
	Diferenças definitivas	A acrecer	116,67	20,00%	23,33	1 891,21	21,00%	397,15
		A deduzir	-27 345,81	20,00%	-5 469,16	-36 138,89	21,00%	-7 589,17
Lucro / (Prejuízo fiscal)			**282 097,30**	**20,00%**	**-5 445,83**	**410 226,09**	**21,00%**	**86 147,48**
Dedução de perdas fiscais			0,00	20,00%	0,00	0,00	21,00%	0,00
Matéria colectável / colecta			282 097,30	20,00%	56 419,46	410 226,09	21,00%	86 147,48
Benefícios fiscais por dedução à colecta			-39 493,62	100,00%	-39 493,62	-63 520,58	100,00%	-63 520,58
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma		193 818,12	6,08%	11 784,41	82 284,81	15,37%	12 650,80
	Derrama Municipal		282 097,32	1,50%	4 231,46	432 112,79	1,50%	6 481,69
	Derrama Estadual		0,00	3,00%	0,00	0,00	3,00%	0,00
	Derrama Estadual		0,00	5,00%	0,00	0,00	5,00%	0,00
Imposto corrente			395 652,19	8,33%	32 941,70	590 761,42	7,07%	41 759,39
Imposto diferido			33 756,70	21,50%	7 257,69	33 481,29	22,50%	7 533,29
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média			395 652,19	10,16%	40 199,39	590 761,42	8,34%	49 292,68

Em conformidade com o disposto na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II, é concedido um benefício fiscal, correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021, com um montante máximo de despesas elegíveis de 5 000 000 euros e até à concorrência de 70 % da coleta deste imposto.

Em conformidade com o disposto no Artigo 41.º - A do Estatuto dos Benefícios fiscais, na determinação do lucro tributável, relativa ao período de tributação e nos cinco períodos de seguintes, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % ao montante das entradas realizadas até (euro) 2 000 000, por entregas em dinheiro, ou do aumento do capital social, tendo sido deduzidos os seguintes montantes:

Valores expressos em euros

Benefícios dedutíveis ao Lucro Tributável	2025 Entrada em numerário	2025 Máximo elegível	2025 Taxa	2025 Dedução anual	2025 Limite
Remuneração convencional do capital social (2020)	2 800 000,00	2 000 000,00	7,00%	140 000,00	2025

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos

Quantias de Ativos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período		2025 Saldo no começo do período	2025 Movimentos do período via Demonstração de resultados	2025 Movimentos do período via Outras rubricas do capital próprio	2025 Saldo no fim do período	2024 Saldo no começo do período	2024 Movimentos do período via Demonstração de resultados	2024 Movimentos do período via Outras rubricas do capital próprio	2024 Saldo no fim do período
Ativos	Perdas por imparidade não aceites	28 205,58	-7 257,69	0,00	20 947,89	35 738,87	-7 533,29	0,00	28 205,58
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		28 205,58	-7 257,69	0,00	20 947,89	35 738,87	-7 533,29	0,00	28 205,58
Passivos	Excedentes de revalorização	-26,25	0,00	26,25	0,00	-367,61	0,00	341,36	-26,25
	Subsídios ao investimento	-140 248,01	0,00	-317 932,41	-458 180,42	-173 286,73	0,00	33 038,72	-140 248,01
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		-140 274,26	0,00	-317 906,16	-458 180,42	-173 654,34	0,00	33 380,08	-140 274,26

Nota 15 – Instrumentos Financeiros

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

A 31 de dezembro de 2025, a Empresa detinha um capital social de 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) euros, representados por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada. As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto, como se discrimina em seguida:

Valores expressos em euros

25

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período	Quantidade de ações: Ações ordinárias	Quantidade de ações: Total	Valor nominal das ações: Ações ordinárias	Valor nominal das ações: Total
Ações em circulação no começo do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00
Ações emitidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações em circulação no fim do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período.

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2025 discrimina-se no quadro seguinte:

Valores expressos em euros

24

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no começo e no fim do período	Quantidade de ações: Ações ordinárias	Quantidade de ações: Total	Valor nominal das ações: Ações ordinárias	Valor nominal das ações: Total
Ações em circulação no começo do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00
Ações emitidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações em circulação no fim do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00

A Porto Ambiente foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000€ em capital e 265 566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euros (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro.

Nota 16 – Subsídios ao Investimento

A presente nota incide sobre os subsídios ao investimento associados a projetos cofinanciados pelos programas POSEUR e NORTE 2030, bem como por outras fontes de financiamento de menor expressão individual, aqui identificadas como “Outros”, designadamente o programa Mobilidade Verde e o Programa RecolhaBio.

O reconhecimento em resultados do período corresponde à transferência progressiva dos subsídios para rendimentos, em consonância com a vida útil dos ativos financiados e com as condições de elegibilidade e de recebimento do financiamento estabelecidas para cada projeto.

Para além dos subsídios ao investimento, o quadro apresentado evidencia igualmente os impostos diferidos registados em resultado das diferenças temporárias entre o enquadramento fiscal e o tratamento contabilístico dos ativos e passivos associados aos projetos cofinanciados.

Estes impostos diferidos são reconhecidos na medida em que, com base nas projeções de exploração dos projetos, nos planos de investimento e nos fluxos fiscais esperados, seja considerada provável a existência de matéria coletável futura suficiente para permitir a sua recuperação.

Os projetos acima referidos encontram-se detalhados no Capítulo 10 – Fontes de Financiamento – Projetos.

Valores expressos em euros

	Subsídios ao investimento				
Porto Ambiente	POSEUR 03-1911-FC 000166	POSEUR 03-1911-FC 000338	NORTE 2030	Outros	Total
			Valores brutos		
Posição no início do período em 01.01.2025	-376 235,98	-182 241,56	0,00	-64 846,97	
Atribuições no período	0,00	-72 982,35	-1 309 447,29	-160 999,74	-1 543 429,38
Reconhecimento em resultados no período	53 069,37	40 739,87	37 115,85	17 308,30	148 233,39
Outros	0,00	0,00	58,32	0,00	58,32
Posição no início do período em 31.12.2025	-323 166,61	-214 484,04	-1 272 273,12	-208 538,41	-1 395 137,67
			Impostos diferidos		
Posição no início do período em 01.01.2025	84 653,09	41 004,35	0,00	14 590,58	
Atribuições no período	0,00	21 523,98	294 625,74	40 224,94	356 374,66
Reconhecimento em resultados no período	-11 940,60	-14 269,41	-8 351,06	-3 894,30	-38 455,37
Outros	0,00	0,00	13,12	0,00	13,12
Posição no início do período em 31.12.2025	72 712,49	48 258,92	286 287,80	50 921,22	317 932,41
Total	**-250 454,12**	**-166 225,12**	**-985 985,32**	**-157 617,19**	**-1 077 205,26**

Complementarmente à informação apresentada, são evidenciados de seguida os montantes relativos aos recebimentos ocorridos no ano de 2025, a título de subsídios ao investimento.

Valores expressos em euros

Projeto	Recebimentos do período
POSEUR-03-1911-FC-000166	0,00
POSEUR-03-1911-FC-000338	72 982,35
NORTE 2030	1 526 615,10
Outros	233 491,21
Total	**1 760 106,31**

Nota 17 – Outras Divulgações

Demonstração dos resultados por atividade

Conforme inicialmente preconizado, a atividade da Empresa é essencialmente financiada pelas seguintes fontes de rendimento:

a) Tarifa de resíduos urbanos, faturada ao consumidor final na fatura da água, por intermédio da entidade CMPEA;

b) Subsídios à exploração – Cobertura de tarifa de RU: subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, quando aplicável, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final; e,

c) Receitas provenientes do Município – Limpeza de espaço público: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário;

d) Receitas provenientes do Município – Neutralidade Carbónica: transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima;

No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade seguidamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

Valores expressos em euros

Porto Ambiente	2025				
	Recolha de resíduos	Serviços Auxiliares	Neutralidade Carbónica	Limpeza de espaço público	Total
Vendas e serviços prestados	21 200 078,70	672 697,95	0,00	0,00	21 872 776,65
Contratos Programa	527 244,69	0,00	92 591,25	10 353 296,26	10 973 132,20
Subsídios à exploração	32 347,06	6,78	98 662,05	2 993,22	134 009,11
Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumi.	-141 350,86	-932,13	-4,36	-301 372,35	-443 659,70
Fornecimentos e serviços externos	-10 929 844,45	-145 337,11	-37 505,93	-1 888 231,07	-13 000 918,56
Subcontratos	-39 396,67	0,00	0,00	0,00	-39 396,67
Tratamento de resíduos	-6 120 085,57	-100 746,24	0,00	-188 157,78	-6 408 989,59
Aluguer de viaturas	-291 678,85	-3 657,81	-6 909,91	-504 239,68	-806 486,24
Manutenção	-744 011,74	-6 077,09	-14,19	-235 134,89	-985 237,91
Combustíveis	-1 434 270,24	-12 481,74	-344,99	-174 329,25	-1 621 426,22
Seguros	-200 404,77	-1 822,42	-450,27	-66 779,85	-269 457,31
Outros trabalhos especializados	-1 297 192,18	-12 692,81	-25 343,83	-335 919,28	-1 671 148,10
Fornecimentos e serviços externos - outros	-802 804,44	-7 859,00	-4 442,74	-383 670,33	-1 198 776,51
Gastos com pessoal	-9 229 337,99	-83 553,25	-143 937,79	-7 388 544,08	-16 845 373,11
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-130 850,58	-969,85	0,00	0,00	-131 820,43
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	1 158 845,03	60,31	362,64	26 691,48	1 185 959,46
Outros gastos e perdas	-1 034 475,71	-12 914,18	-7 928,72	-25 597,16	-1 080 915,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**1 452 655,90**	**429 058,53**	**2 239,14**	**779 236,30**	**2 663 189,86**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 306 427,11	-10 543,54	-2 057,97	-625 084,84	-1 944 113,46
Imparidade de investimentos depreciáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de finananciamento e impostos)	**146 228,79**	**418 514,99**	**181,17**	**154 151,45**	**719 076,40**
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-137 998,38	-1 605,53	0,00	-143 620,91	-283 224,82
Resultado antes de impostos	**8 230,41**	**416 909,46**	**181,17**	**10 530,55**	**435 851,58**
Imposto sobre rendimento do período	-8 230,40	-21 257,26	-181,17	-10 530,55	-40 199,39
Resultado liquido do período	**0,00**	**395 652,19**	**0,00**	**0,00**	**395 652,19**

Valores expressos em euros

Maturidade das contas a receber e a pagar

25

Maturidade das contas a receber e a pagar	Até 30 dias	de 30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Créditos a receber				
Clientes	1 050 685,45	3 144 058,45	185 971,62	4 380 715,52
CMPEA - Empresa de Aguas do Municipio do Porto, EM	1 047 667,59	3 120 378,30	1 608 396,62	5 776 442,51
Outros	3 017,86	23 680,15	53 570,33	80 268,34
Perdas por imparidade	0,00	0,00	-1 475 995,33	-1 475 995,33
Outros créditos a receber	42 839,75	41 240,00	372 134,12	456 213,87
Acréscimos de rendimentos	41 382,27	41 240,00	317 531,77	400 154,04
Outros	1 457,48	0,00	54 602,35	56 059,83
Total créditos a receber	**1 093 525,20**	**3 185 298,45**	**558 105,74**	**4 836 929,39**
Dívidas a pagar				
Fornecedores	-2 071 383,03	0,00	-117 086,23	-2 188 469,26
Camara Municipal do Porto	-2 670,00	0,00	0,00	-2 670,00
LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-1 249 602,52	0,00	0,00	-1 249 602,52
Outros	-819 110,51	0,00	-117 086,23	-936 196,74
Outras dívidas a pagar	-2 012 744,29	0,00	-4 319,65	-2 017 063,94
Acréscimos de gastos	-2 012 744,29	0,00	0,00	-2 012 744,29
Outros	0,00	0,00	-4 319,65	-4 319,65
Total dívidas a pagar	**-4 084 127,32**	**0,00**	**-121 405,88**	**-4 205 533,20**

24

Maturidade das contas a receber e a pagar	Até 30 dias	de 30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Créditos a receber				
Clientes	801 114,19	3 132 384,87	106 049,18	4 039 548,24
CMPEA - Empresa de Aguas do Municipio do Porto, EM	751 414,00	3 143 931,82	1 429 132,59	5 324 478,41
Outros	56 575,57	163,45	2 505,71	59 244,73
Perdas por imparidade	-6 875,38	-11 710,40	-1 325 589,12	-1 344 174,90
Outros créditos a receber	46 219,09	27 876,54	86 916,98	161 012,61
Acréscimos de rendimentos	45 456,17	27 876,54	78 423,77	151 756,48
Outros	762,92	0,00	8 493,21	9 256,13
Total créditos a receber	**847 333,28**	**3 160 261,41**	**192 966,16**	**4 200 560,85**
Dívidas a pagar				
Fornecedores	-2 726 393,32	0,00	0,00	-2 726 393,32
Camara Municipal do Porto	0,00	0,00	0,00	0,00
LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-996 436,21	0,00	0,00	-996 436,21
Outros	-1 729 957,11	0,00	0,00	-1 729 957,11
Outras dívidas a pagar	-1 736 751,77	-168 584,87	-77 480,66	-1 982 817,30
Acréscimos de gastos	-1 736 751,77	-168 464,87	-4 098,72	-1 909 315,36
Outros	0,00	-120,00	-73 381,94	-73 501,94
Total dívidas a pagar	**-4 463 145,09**	**-168 584,87**	**-77 480,66**	**-4 709 210,62**

Gastos com o pessoal

Ao nível dos Recursos Humanos, como consequência da constituição de novas equipas de trabalho, na procura de dar resposta ao expectável aumento da produção de resíduos, bem como a internalização da limpeza urbana, o pessoal da Porto Ambiente, em 31 de dezembro de 2025, era constituído por 759 elementos, cujo número de colaboradores, encargo médio e variação face ao total de gastos abaixo se detalha.

Valores expressos em euros

Gastos com pessoal	2025	2024
Número de trabalhadores no final do período	759,00	716,00
Número médio de trabalhadores ao longo do período	748,92	715,00
Gastos com o pessoal	-16 845 373,10	-15 781 157,23
Gasto médio, mensal, por colaborador (12 meses)	-1 874,42	-1 839,30

Valores expressos em euros

Gastos com pessoal	2025 Gastos do período	2025 Serviços Proporção face ao total dos gastos	2025 Variação percentual face aos gastos anteriores	2024 Gastos do período	2024 Serviços Proporção face ao total dos gastos	2024 Variação percentual face aos gastos anteriores
Remunerações do pessoal	12 621 823,31	74,93%	4,82%	12 041 509,80	76,30%	34,17%
Encargos sobre remunerações	3 115 589,60	18,50%	18,52%	2 628 703,86	16,66%	34,39%
Seguros acid. trab. e doenças profisionais	466 321,06	2,77%	-18,37%	571 246,77	3,62%	170,33%
Outros custos com o pessoal	641 639,13	3,81%	18,89%	539 696,80	3,42%	10,74%
Total	**16 845 373,10**	**100,00%**	**23,86%**	**15 781 157,23**	**100,00%**	**35,70%**

Estado e outros entes públicos

Valores expressos em euros

Estado e Outros entes Públicos	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	53 266,30	0,00
Total Ativo	**53 266,30**	**0,00**
Passivo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	0,00	-32 018,39
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS)	-54 276,62	-50 097,00
Contribuições para a segurança social (SS)	-286 348,35	-238 289,25
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-11 959,01	-7 500,19
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	0,00	-37 906,83
Total Passivo	**-352 583,98**	**-365 811,66**

Responsabilidades por garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2025, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data ou ao longo do período, eventos que justifiquem o reconhecimento. Por outro lado, para efeitos de garantia do cumprimento contratual, a empresa apresenta, a seu favor, as seguintes garantias:

Valores expressos em euros

Garantias prestadas a favor da Empresa como garantia do cumprimento contratual	Tipo de Garantia	Valor da Garantia
Iveco Portugal Com.Veiculos Industriais, SA	Seguro Caução	401 259,50
KINTO PORTUGAL, S.A.	Seguro Caução	40 162,08
LeasePlan Portugal- Com. Alug. Automóveis e Eq.Lda	Seguro Caução	30 562,29
MURALHANÓNIMA, LDA	Seguro Caução	33 466,83
SOMA - ENVIRONMENTAL SOLUTIONS,LDA	Seguro Caução	78 253,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Depósito Caução	212 154,05
Graump Maquinaria Industrial	Depósito Caução	57 950,00
MURALHANÓNIMA, LDA	Depósito Caução	42 226,81
DouroGás Natural - Com. de Gás Nat e Energia, S.A.	Garantia Bancária	98 940,60
Resitul Lda	Garantia Bancária	205 700,00
SOMA - ENVIRONMENTAL SOLUTIONS,LDA	Garantia Bancária	16 080,00
VALPI RENT, LDA.	Garantia Bancária	78 261,66
Formato Bin, Lda.	Transferência	34 350,00
Formato Bin, Lda.	Transferência	31 750,00
Horizonperspective, S.A.	Transferência	15 125,00
Cops-Companhia Operacional de Segurança, Unip. Lda	Retenção de Garantia	11 296,56
RIOBOCO - Serv. Gerais, Eng.ª Man.ªº, SA	Retenção de Garantia	13 739,96
EUROFACILITIES - SERVIÇOS INTEGRADOS, LDA	Retenção de Garantia	10 824,71
Total	**-**	**1 412 103,05**

Diferimentos

Valores expressos em euros

Diferimentos	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Licenças e suporte informático	61 759,15	65 638,26
Seguros	0,00	389 062,85
Licenciamento Azitek	6 783,41	5 446,81
Outros não discriminados	16 634,59	10 924,80
Total Ativo	**85 177,15**	**471 072,72**
Passivo		
Contratos Programa	-1 180 333,95	-966 915,83
Outros rendimentos com subsídios	-598 004,43	-122 652,51
Adiantamento de processo por Incumprimento Contratual (em curso)	-247 320,00	-247 320,00
Total do Passivo	**-2 025 658,38**	**-1 336 888,34**

Outras divulgações obrigatórias

Dando cumprimento ao previsto na alínea b) do número 1 do Artigo 66.º- A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a totalidade dos honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais de contas, no montante de 15 777 euros, respeitam a trabalhos de garantia de fiabilidades decorrentes da revisão legal das contas anuais.

O exercício de 2025 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante de 395 652,19 Euro (trezentas e noventa e cinco mil seiscentos e cinquenta e dois euros), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 19 782,61 Euro (dezanove mil setecentos e oitenta e dois euros e sessenta e um cêntimos);

- Resultados transitados, no montante de 375 869,58 Euro (trezentos e setenta e cinco mil oitocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).

Porto, 13 de março de 2026

CONTABILISTA CERTIFICADO	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Paulo Sérgio Oliveira da Cruz (Contabilista certificado)	Ana Catarina da Rocha Araújo (Presidente)	José Pedro Maia da Silva Mendes (Vice-presidente)	Sofia da Costa de Sá Azeredo (Vogal)

23.

Certificado Legal de Contas

Relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025

forvis mazars

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 23 983 994,07 euros e um total de capital próprio de 7 660 353,37 euros, incluindo um resultado líquido de 395 652,19 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Base para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 13º Piso, C - D, 1600-209 Lisboa – Portugal
Porto: Edifício ICON Douro, Rua Manuel Pinto de Azevedo, nº106-126, Piso 1, Q2 e Q3, 4100-320 Porto, Portugal
Tel:+351 226 051 020, email: forvismazars.geral.pt@forvismazars.com
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 218.660,00 €

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 9 de abril de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)

24.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologias consideradas adequadas, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a atividade **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade) examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Durante o ano de 2025 emitimos documentos relativos às seguintes matérias: (i) parecer prévio do Financiamento por Locação Financeira para aquisição de equipamentos, (ii) parecer ao Aditamento ao Contrato-programa 2022-2025, abrangendo o ano de 2026, (iii) parecer aos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental do ano de 2025 e (iv) parecer aos Instrumentos de Gestão Previsional (de 2025 a 2029).

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da Entidade reportadas a 31 de dezembro de 2025 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Com referência ao exercício de 2025, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Porto: Edifício ICON Douro, Rua Manuel Pinto de Azevedo, nº106-126, Piso 1, Q2 e Q3, 4100-320 Porto, Portugal.
Tel:+351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 218.660,00 €

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2º Que não existam objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 9 de abril de 2026

O Fiscal único

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)

25.

Considerações Finais

Nota 1 – Identificação da Entidade

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (forward looking statements) no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da Porto Ambiente, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (forward looking statements) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados às alterações na regulação, na indústria, na concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais se acredita serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados ou subentendidos, ou dos projetados pelas informações e indicações futuras.

Alertamos ainda para o facto de que, à data de conclusão deste relatório e em consequência das atuais circunstâncias geopolíticas, o Conselho de Administração se encontra a acompanhar de forma muito atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e no Médio Oriente, face às as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, uma vez que a evolução destas situações poderá vir a ter impacto relevante na atividade da Entidade.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.

26.

Índice ESRS

ESRS 2 BP-1 | BASE GERAL PARA A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

ESRS 2 BP-2 | DIVULGAÇÕES EM RELAÇÃO A CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS

ESRS 2 GOV-5 | GESTÃO DE RISCOS E CONTROLOS INTERNOS DO RELATO DE SUSTENTABILIDADE

ESRS 2 GOV-1 | PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO

ESRS 2 GOV-2 | INFORMAÇÕES PRESTADAS E QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE ABORDADAS PELOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE DIREÇÃO E DE SUPERVISÃO DA EMPRESA

ESRS 2 GOV-4 | DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA

ESRS 2 SBM-1 | ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR

ESRS SBM-1 | ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR

ESRS 2 SBM-2 | INTERESSES E PONTOS DE VISTA DAS PARTES INTERESSADAS

ESRS 2 IRO-1 | DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS

ESRS 2 SMB-3 | IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

ESRS 2 SMB-3 | IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

E1-2 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS

E1-3 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

E1-4 | METAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS

E1-6 | EMISSÕES BRUTAS DE GEE DE ÂMBITO 1, 2, 3 E EMISSÕES TOTAIS DE GEE

E4-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO E CONSIDERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS NA ESTRATÉGIA E NO MODELO EMPRESARIAL

E4-2 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

E4-3 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

E4-4 | METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

E4-5 | MÉTRICAS DE IMPACTO RELACIONADAS COM A ALTERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS

E4-6 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS

E2-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO

E2-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E2-3 | METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO

E2-4 | POLUIÇÃO DO AR, DA ÁGUA E DO SOLO

E2-5 | SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM PREOCUPAÇÃO E SUBSTÂNCIAS QUE SUSCITAM ELEVADA PREOCUPAÇÃO

E2-6 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E1-5 | CONSUMO ENERGÉTICO E COMBINAÇÃO DE ENERGIA

E1-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-3 | METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-4 | CONSUMO DE ÁGUA | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-5 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-3 | METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-4 | ENTRADAS DE RECURSOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-5 | SAÍDAS DE RECURSOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E1-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E1-2 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A ADAPTAÇÃO ÀS MESMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E1-3 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E2-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E2-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E2-3 | METAS RELACIONADAS COM A POLUIÇÃO| GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E3-3 | METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E4-2 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E4-3 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E4-4 | METAS RELACIONADAS COM A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-3 | METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E5-6 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS

E1-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-3 | METAS RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-4 | CONSUMO DE ÁGUA | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E3-5 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-2 | AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-3 | METAS RELACIONADAS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-4 | ENTRADAS DE RECURSOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-5 | SAÍDAS DE RECURSOS | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E5-6 | EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM A ECONOMIA CIRCULAR | LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

E1-1 | PLANO DE TRANSIÇÃO PARA A ATENUAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | PACTO PARA O CLIMA

ESRS 2 SBM-3 | IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS E A SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIOS

S1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

S1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

S1-2 | PROCESSOS PARA DIALOGAR COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA E COM OS REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES SOBRE IMPACTOS

S1-3 | PROCESSOS PARA CORRIGIR OS IMPACTOS NEGATIVOS E CANAIS PARA A PRÓPRIA MÃO DE OBRA EXPRESSAR PREOCUPAÇÕES

S1-4 | TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

S1-1 | POLÍTICAS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA

S1-4 | TOMADA DE MEDIDAS SOBRE OS IMPACTOS MATERIAIS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA E ABORDAGENS PARA GERIR OS RISCOS MATERIAIS E PROCURAR OPORTUNIDADES MATERIAIS RELACIONADAS COM A PRÓPRIA MÃO DE OBRA, BEM COMO A EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

S1-5 | METAS RELACIONADAS COM A GESTÃO DOS IMPACTOS MATERIAIS NEGATIVOS, A PROMOÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS

S1-6 | CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA EMPRESA

S1-7 | CARACTERÍSTICAS DOS NÃO ASSALARIADOS NA PRÓPRIA MÃO DE OBRA DA EMPRESA

S1-9 | MÉTRICAS DE DIVERSIDADE

S1-8 | COBERTURA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DIÁLOGO SOCIAL

S1-10 | SALÁRIOS ADEQUADOS

S1-11 | PROTEÇÃO SOCIAL

S1-9 | MÉTRICAS DE DIVERSIDADE

S1-12 | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

S1-13 | MÉTRICAS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

S1-14 | MÉTRICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA

S1-15 | MÉTRICAS DE EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PRIVADA

S1-16 | MÉTRICAS DE REMUNERAÇÃO (DISPARIDADE SALARIAL E REMUNERAÇÃO TOTAL)

S1-17 | INCIDENTES, QUEIXAS E GRAVES IMPACTOS E INCIDENTES DE DESRESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS

G1-1 | POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL

G1-1 | POLÍTICAS DE CONDUTA EMPRESARIAL E CULTURA EMPRESARIAL

G1-3 | PREVENÇÃO E DETEÇÃO DE CORRUPÇÃO E SUBORNO

G1-4 | INCIDENTES DE CORRUPÇÃO OU SUBORNO

G1-5 | INFLUÊNCIA POLÍTICA E ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE

G1-2 | GESTÃO DAS RELAÇÕES COM OS FORNECEDORES

G1-6 | PRÁTICAS DE PAGAMENTO

Relatório Integrado

Porto.
Porto Ambiente

Rua de S. Dinis, nº 249
4250-434 Porto | Portugal
+351 228 348 770
geral@portoambiente.pt
portoambiente.pt

2025